

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Edital 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RAPHAEL BARROS GOMES DE CARVALHO	17/06/2026 09:50 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	296/2026	25000.120323/2025-14

Preâmbulo

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90296/2026

(Processo Administrativo nº25000.120323/2025-14)

CONTRATANTE (UASG): (250110)

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde II, por meio do Registro de Preços, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 125.327.997,86 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 29/06/2026 às 09:30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Torna-se público que o **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, por meio da **COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, sediado em Brasília/DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde II, por meio do Registro de Preços, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida por grupo único, formado por três itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo-se oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. sociedades cooperativas;

3.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;0

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,15 (quinze centavos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.22. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 304, de 2023, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 304, de 2023, conforme exigido no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias , contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência /Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de solicitação via e-mail dipli@saude.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: dipli@saude.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice A - Especificações Técnicas da Solução de TIC

16.11.1.2. Apêndice B - Localidades para Entrega e Instalação

16.11.1.3. Apêndice C - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

16.11.1.4. Apêndice D - Termo de Ciência

16.11.1.5. Apêndice E - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens

16.11.1.6. Apêndice F - Modelo de Termo de Aceitação

16.11.1.7. Apêndice G - Termo de Improdutividade

16.11.1.8. Apêndice H - Termo de Recebimento Provisório

16.11.1.9. Apêndice I - Termo de Recebimento Definitivo

16.11.1.10. Apêndice J - Termo de Encerramento do Contrato

16.11.1.11. Apêndice K - Modelo de Proposta de Preços e Planilha de Custo e Formação de Preços

16.11.1.12. Apêndice L - Planilha para Qualificação Técnica - Apresentação de Atestados

16.11.1.13. Apêndice M - Planilha de Comprovação Técnica - "Ponto a Ponto"

16.11.1.14. Apêndice N - Estudo Técnico Preliminar.

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA

Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 09:50:39.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Referência 77/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
77/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	ERNANO ARRAIS JUNIOR	29/05/2026 18:03 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	296/2026	25000.120323/2025-14

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde II, por meio do Registro de Preços, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo Único Nacional									
Item	Tipo	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Televisor	Smart TV 42 /43 polegadas, Full HD 1.920 x 1.080, Bluetooth, WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação: bivolt AC 100-240V,	479242	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.709,34	R\$ 21.843.655,86

		50/60Hz, com							
		suporte de							
		parede.							
2	Notebook	Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.	618642	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 6.200,00	R\$ 79.229.800,00
3	Câmera de videoconferência	Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa, Zoom mínimo de 1.2 x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para	479217	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.898,00	R\$ 24.254.542,00

		melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone multirecional /omnidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior.							
Total do Grupo								R\$ 9.807,34	R\$ 125.327.997,86

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser definidos no edital por meio de especificações objetivas e que são adequadas a estabelecer o padrão de qualidade desejado por este Ministério da Saúde, de acordo com características usuais no mercado.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da classificação dos bens e serviços

1.6. Em observância ao disposto no art. 3º, incisos I e II da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, registra-se que a contratação não incorrerá em mais de uma solução de TIC em um único contrato, bem como não se constitui em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, alterado pelo Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, cuja execução indireta é vedada, inclusive a gestão de processos de TIC e a gestão de segurança da informação.

1.7. Sobre o disposto no art. 4º da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, registra-se que não é objeto da contratação em tela a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC.

1.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta, com isso não incidindo nas vedações do rol detalhado do art. 5º da Instrução Normativa SGD nº 94/2022.

1.9. A Equipe de Planejamento da Contratação observou os guias, instrumentos, manuais e modelos publicados pelo órgão do SISP conforme recomenda o art. 8º, §2 da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, sendo que a supervisão será exclusivamente por servidores deste Ministério da Saúde.

1.10. Os serviços a serem contratados não estão contemplados nos itens disponibilizados no Catálogo Eletrônico de Padronização nos termos do art. 2º da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 fevereiro de 2022 e assim não é possível a sua utilização".

2. CLÁUSULA SEGUNDA

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se quanto a necessidade de formalizar o Registro de Preços para a aquisição de equipamentos destinados a operacionalização da estratégia de Telessaúde, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, com vistas a ampliar o acesso à saúde e a oferta de especialistas, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, e conforme contextualizado no estudo Técnico Preliminar - ETP.

2.2. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.2.1. O Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023 e alterações, foi instituído pelo Art. 40 da Lei Federal nº 14.133 /2021, que dispõe sobre normas gerais de Licitação e Contratação na esfera pública e preconiza:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

- I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
- II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;
- III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;
- IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;
- V - atendimento aos princípios:
 - a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
 - b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
 - c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

2.2.2. Assim, o artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, estabelece as hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

(...)

- II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

2.2.3. Baseado neste aspecto legal, vê-se um conjunto de benefícios quanto a adoção do Registro de Preços, a seguir enumerados:

2.2.3.1. **Adequado à imprevisibilidade do consumo:** como não há a obrigatoriedade da contratação imediata, a Administração poderá registrar os preços conforme seu planejamento e quando houver sua melhor disponibilidade, efetivar a contratação;

2.2.3.2. **Agiliza as aquisições:** com o Registro de Preços as aquisições são mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos;

2.2.3.3. **Independente de previsão orçamentária:** essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra;

2.2.3.4. **Proporciona a redução do número de licitações:** o Registro de Preços ainda proporciona a redução do número de licitações, pois projetos de mesma natureza podem ser demandados por outras organizações públicas. O Registro dos Preços deste processo pode ser aproveitado para implantação da solução no atendimento a essas necessidades, ressaltando ainda a possibilidade de reaproveitamento das funcionalidades implantadas, bem como do conhecimento desenvolvido, traduzindo não somente na racionalização dos recursos financeiros, mas também na integração de todos estes recursos no âmbito da administração pública.

2.2.4. Registra-se que a presente proposta de contratação enquadra-se no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 11.462 /2023, para a adoção do Registro de Preços;

2.2.5. O referido enquadramento justifica-se no que concerne à necessidade de entregas parceladas dos equipamentos para cada localidade, em âmbito nacional;

2.2.6. Outro ponto que demonstra a razoabilidade da utilização do SRP, é quanto a forma de cálculo a ser utilizada para determinar os quantitativos de bens a serem adquiridos para cada localidade, uma vez que, o quantitativo integral para cada localidade não será demandado de forma imediata e sim sendo escalonado a medida que sua implementação seja necessária;

2.2.7. Roborando o assunto, Marçal Justen Filho, em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, assim comenta o Sistema de Registro de Preços:

“No Sistema de Registro de Preços, a principal diferença reside no objeto da licitação. Usualmente, a licitação destina-se a selecionar um fornecedor e uma proposta para uma contratação específica, a ser efetivada posteriormente pela Administração. No Registro de Preços, a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir, se valerá dos preços registrados, tantas vezes quantas o desejar (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)”.

2.2.8. Ademais, dados os aspectos particulares e a disponibilidade para a realização de entrega em âmbito nacional, o sistema de registro de preços permitirá a execução e pagamento na exata proporção e também no calendário da necessidade de bens e serviços, no tempo em que eles ocorrerem.

2.3. Justificativa quanto a adesão ao Registro de Preços

2.3.1. Em amparo ao Decreto 11.642 Art. 32. § 2º:

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do caput, desde que:

- I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.2. A adesão à ata de registro de preços será permitida, com o objetivo de serem atendidos pelo programa de Telessaúde do Ministério da Saúde, evidenciando-se que os itens que compõem a contratação visam atender às necessidades específicas definidas na Portaria nº 4.160, de 7 de junho de 2024, destinada à estruturação dos Pontos de Telessaúde no âmbito do Programa SUS Digital.

2.3.3. Não menos importante, trata-se de demanda muito prioritária para o MS, considerando que este Órgão dispõe das mais relevantes informações referentes à área de saúde pública do Brasil, o que impõe à Administração o dever de zelar por esses dados e dispor de uma infraestrutura que garanta estabilidade, segurança, alta-disponibilidade e agilidade na utilização dos Pontos de Telessaúde;

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000018/2026;
- II - Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;
- III - Id do item no PCA: 465 / 466 / 467 / 468 / 469 / 470;
- IV - Classe/Grupo:
5836 - EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO;
7010 – COMPUTADORES; e
7730 - FONÓGRAFOS, RÁDIOS E TELEVISORES DE TIPO DOMÉSTICO
- V - Identificador da Futura Contratação: 250110-296/2026;

2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2024 do Ministério da Saúde, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ID	Objetivos Estratégicos	Nome do Documento
Diretiva 9. Infraestrutura de TIC	Políticas, planos, normas, serviços e demais ativos de TIC que garantem a sustentação e disponibilidade do parque tecnológico e das demais soluções de TIC do Ministério da Saúde, que impactam diretamente no SUS.	PDTIC 2022-2024
OE.12	Sustentar sistemas e serviços de TIC garantindo disponibilidade dos recursos técnicos e informacionais.	
N207	Disponibilizar infraestrutura tecnológica para ações de saúde digital o provimento de microinformática, nas unidades do SUS.	

*ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A28.1	Definir padrão de infraestrutura para atender os pontos e núcleos de telessaúde.	M28	Viabilizar a distribuição de 10 mil kits para pontos de telessaúde.
A28.2	Realizar contratação para atender os pontos e núcleos de telessaúde.		

*Com relação ao PDTIC, cabe destacar que o novo PDTIC 2025-2027 encontra-se em fase de elaboração e, em razão dessa circunstância, o PDTIC 2022–2024 foi formalmente prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme decisão do Comitê de Governança Digital (CGD), deliberada em reunião realizada em 14/07/2025 e registrada no Processo SEI nº 25000.126447/2022-52.

2.6. Alinhamento ao Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS

2.6.1. O Ministério da Saúde conta com o Planejamento de Logística Sustentável (PLS), publicado no endereço <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pls/ciclo-2024-2026/plano-de-logistica-sustentavel-do-ministerio-da-saude-ciclo-2024-2026>, o qual serviu de base para o planejamento da contratação e execução do objeto aqui tratado.

2.6.2. Durante a fase de elaboração dos artefatos da contratação, foram observadas as diretrizes do referido PLS, visando promover contratações públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País. Isso inclui a promoção de práticas sustentáveis em todas as etapas do processo licitatório, desde a definição dos critérios de seleção até a execução dos contratos, visando garantir a eficiência econômica, social e ambiental das aquisições realizadas pelo Ministério da Saúde.

2.7. Quanto a adoção de Grupo Único Nacional

2.7.1. A escolha da modalidade de licitação é crucial para o sucesso de qualquer projeto, especialmente na área de saúde, onde a eficiência e a qualidade são essenciais;

2.7.2. Para a aquisição de equipamentos de telessaúde, a contratação por itens agrupados se apresenta como a opção mais vantajosa, alinhando-se às necessidades do projeto, garantindo eficiência, economicidade, segurança jurídica e o mais importante, a efetividade da política pública de saúde;

2.7.3. A centralização da aquisição em um grupo único nacional estabelece uma matriz de governança coesa, eliminando a fragmentação administrativa e operacional que surge em modelos segmentados. Essa abordagem permite que o Ministério da Saúde exerça um controle rigoroso sobre a conformidade técnica de cada componente, garantindo que os 12.779 kits de telessaúde operem sob um padrão tecnológico rigorosamente uniforme.

2.7.4. Ao consolidar a gestão em um único contrato, otimizamos o monitoramento de cronogramas e as etapas de fiscalização, assegurando que a execução da política pública mantenha o mesmo nível de excelência em todo o território nacional.

2.7.5. A estratégia de grupo único maximiza a eficiência logística e a economia de escala, tornando o certame significativamente mais atraente para grandes fabricantes e integradores tecnológicos. A previsibilidade de um fornecimento em escala nacional reduz as incertezas de custo para o mercado e permite que a administração pública negocie condições de garantia e suporte técnico mais robustas e capilarizadas. Essa robustez contratual é essencial para a sustentabilidade da rede, assegurando que a manutenção e a atualização tecnológica ocorram de forma coordenada e simultânea em todas as regiões.

2.7.6. Por fim, a adoção de um lote unificado fortalece a soberania e a resiliência da infraestrutura do SUS Digital, criando um ambiente propício para a implementação célere de inovações futuras. Uma estrutura contratual centralizada facilita a replicação de modelos de sucesso e a correção ágil de eventuais desvios operacionais, protegendo o investimento público contra as volatilidades do mercado internacional de eletrônicos. Dessa forma, a aquisição nacional consolida uma base tecnológica resiliente, capaz de suportar a transformação digital da saúde com segurança jurídica e eficiência gerencial.

2.7.7. Com o objetivo de produzir uma métrica que opere como parâmetro para a distribuição dos recursos do Programa SUS Digital Brasil, o Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde (DEMÁS/SEIDIGI), por intermédio de sua Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação em Saúde (CGMA/DEMÁS/SEIDIGI), formulou um Índice de Critérios para Distribuição de Recursos Financeiros para o referido programa - ICSD;

2.7.8. Esse índice tem a premissa de refletir, de forma aproximada, sobre as desigualdades sociais e regionais do Brasil, com propósito de apontar uma metodologia de distribuição de recursos financeiros mais equânime para o Programa, incentivando, dessa forma, o acesso à saúde por meio do uso de tecnologias digitais em todo território nacional;

2.7.9. Para tanto, na formulação do ICSD, foi considerado um conjunto indicadores, análises e classificações de dois estudos já reconhecidos nacionalmente:

2.7.9.1. o Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA, 2015); e

2.7.9.2. a Proposta metodológica de caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil (IBGE, 2017).

2.7.10. O Índice de Critérios para a Distribuição de Recursos Financeiros para o Programa SUS Digital - ICSD, o qual agrega a “base de tipologia rural-urbana para recorte municipal” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE e o “Índice de Vulnerabilidade Social - IVS” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, visando a garantia da equidade por meio da ponderação dos atributos sócio-demográficos conforme explicitado na forma abaixo:

$$\text{ICSD} = \text{RU} + \text{IVS}$$

Sendo:

RU a tipologia rural urbana; e

IVS o índice de vulnerabilidade social.

2.7.11. Para fins de cálculo deste índice, foram atribuídos valores para cada tipologia rural urbana, criados de acordo com a proporção de municípios nas classes de IVS muito alta e alta, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tipologia rural urbana	Quantidade de municípios	Percentual de municípios em muito alta e alta vulnerabilidade	Valor
Rural Remoto	323	68%	1
Intermediário Remoto	64	60%	0,8
Rural Adjacente	3.040	41%	0,5
Intermediário Adjacente	686	35%	0,4
Urbano	1.457	16%	0,1

Fonte: IBGE (2017); IPEA (2015).

2.7.12. Aponta-se que a distribuição dos recursos reflete sobre as desigualdades sociais e regionais do Brasil, com o propósito de apontar uma metodologia de distribuição de recursos financeiros mais equânime para o Programa, incentivando, dessa forma, o acesso à saúde por meio do uso de tecnologias digitais em todo território nacional;

2.7.13. Com essa análise, observa-se que a adjudicação do objeto por itens separados seria inviável do ponto de vista técnico, tendo em vista os diversos pontos do Brasil que serão fornecidos os equipamentos;

2.7.14. Não menos importante, é necessário prever que, a contratação dos itens de modo separados e fornecidos por mais de uma empresa, acarretaria elevado custo administrativo e uma complexa rede de coordenação entre os projetos, o que, certamente, comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados a serem alcançados pelo SUS Digital;

2.7.15. Com a utilização de único fornecedor torna-se possível a integração e operacionalização de todos os componentes. A Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva, fiscalização do contrato e procedimentos padronizados, propiciando agilidade na resolução dos problemas advindos de falhas encontradas ou outros eventos relacionados ao objeto;

2.7.16. Por fim, almeja-se com a proposta de agrupamento alcançar os seguintes benefícios:

- Racionalização dos processos de compra e padronização dos equipamentos e serviços a serem adquiridos, que serão utilizados de forma integrada permite à Administração obter maior uniformidade na entrega dos produtos ou serviços, facilitando a gestão e o controle do contrato, além de assegurar uma melhor qualidade nos resultados obtidos;
- Economia de escala, em razão da maior quantidade que tende a resultar em preços mais vantajosos, podendo gerar uma redução significativa dos custos envolvidos e, consequentemente, uma economia para os cofres públicos;
- Eficiência operacional no fornecimento dos itens, com vistas a facilitar o acompanhamento da execução do contrato pela Administração, ao lidar com um número menor de contratos e fornecedores;
- Padronização tecnológica, os itens a serem adquiridos são interdependentes ou possuem uma complementaridade natural que justifica sua contratação em conjunto. Essa sinergia é fundamental para garantir que os produtos ou serviços sejam entregues de forma harmônica e sem descontinuidade, o que seria mais difícil de assegurar em licitações separadas;
- Aumentar a segurança e continuidade do fornecimento, especialmente em contratos que exigem um fornecimento regular e contínuo. Ao contratar um único fornecedor a Administração reduz os riscos de interrupções, o que é crucial;
- Garantir a integração e compatibilidade entre os componentes do sistema de tecnologia da informação, agrupar os equipamentos e serviços que necessitam funcionar em conjunto assegura que todos os itens adquiridos serão compatíveis entre si, evitando problemas de

interoperabilidade que poderiam comprometer o desempenho das soluções tecnológicas adotadas pela Administração;

g) A padronização de equipamentos e softwares, que é essencial para a gestão eficiente dos ativos de TI. A aquisição agrupada permite à Administração padronizar os modelos de hardware e as versões de software, facilitando o gerenciamento, manutenção, atualização e suporte técnico. Isso resulta em uma maior homogeneidade, reduzindo a complexidade e os custos operacionais;

h) Implementação mais eficiente e coordenada das soluções tecnológicas, ao lidar com um único fornecedor a Administração pode garantir um suporte técnico mais eficaz e ágil, pois o fornecedor estará plenamente ciente da configuração completa, o que facilita a resolução de problemas e a continuidade operacional;

i) Possibilidade de negociar melhores condições de preço, prazo e qualidade, aproveitando os benefícios da economia de escala. A aquisição de um volume maior de produtos relacionados pode resultar em descontos mais significativos e em condições contratuais mais favoráveis, o que contribui para a otimização dos recursos públicos;

j) Reduzir a necessidade de múltiplos contratos e fornecedores, simplificando a administração e a fiscalização dos contratos. Além disso, reduz-se a burocracia e os custos administrativos associados à gestão de vários processos licitatórios e contratos separados; e

k) Assegurar que todos os itens de TI adquiridos estarão em conformidade com os padrões de segurança exigidos e com as normas regulatórias aplicáveis. Isso é particularmente importante em ambientes críticos, onde a segurança da informação e a conformidade com as regulamentações são imperativas para a continuidade das operações e a proteção dos dados.

2.7.17. Pelo exposto, fica assegurado o interesse público e justifica-se a adoção do julgamento da demanda tendo como critério o de Menor Preço por Grupo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e apêndices deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste no Registro de Preços para a **aquisição de equipamentos destinados a operacionalização da estratégia de 12.779 (doze mil, setecentos e setenta e nove) Pontos de Telessaúde II**, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, com vistas a ampliar o acesso à saúde e a oferta de especialistas, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025.

3.3. Os quantitativos, por Grupo de Abrangência, reunidos por UF e Município, a serem entregues, estarão disponíveis no **Apêndice B**, deste Termo de Referência.

3.4. Em suma, a formalização do pretenso objeto compreende o fornecimento dos itens abaixo relacionados:

3.4.1. Televisor - Smart TV 43", Full HD, 1920 x 1080, Bluetooth, WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação = Bivolt AC 100-240V, 50 /60Hz, com fornecimento de suporte de parede.

3.4.2. Notebook - Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.

• Processador

<u>Fabricante</u>	<u>Família do processador</u>	<u>Tecnologia</u>	<u>Núcleos</u>	<u>Lançamento</u>	<u>Site</u>
<u>Intel</u>	<u>Core i5</u> <u>/Core 5</u>	<u>x86</u>	<u>10</u>	<u>Q4 2023</u>	<u>https://www.intel.com.br/content /www/br/pt/products /details/processors.html</u>
<u>AMD</u>	<u>Ryzen 5</u> <u>/Ryzen 5 Pro</u>	<u>x86</u>	<u>6</u>	<u>Q4 2023</u>	<u>https://www.amd.com/pt/products /specifications /processors.html</u>

	<u>Snapdragon</u>	<u>ARM</u>			<u>https://www.qualcomm.com/products/mobile/snapdragon</u>
<u>Qualcomm</u>	<u>X ou superior</u>		<u>8</u>	<u>Q4 2023</u>	<u>/pcs/product-list</u>

3.4.2.1. Só será admitida a oferta de “notebook” que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO.

3.4.3. Câmera de videoconferência - Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa, Zoom mínimo de 1.2x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone multirecional/omnidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior.

3.5. As especificações técnicas dos itens encontram-se detalhadas no **Apêndice A**, deste Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Equipar salas/ambientes para realização de atendimentos em saúde e apoio ao diagnóstico, mediados por meio de tecnologias de informação, com vistas a proporcionar oferta de serviços de tele saúde, de acordo com as demandas estaduais, distritais e municipais;

4.1.2. O cumprimento ao disposto na Portaria GM/MS nº 4.160, de 7 de junho de 2024, a qual institui incentivo financeiro federal de investimento destinado à estruturação dos Pontos de Tele saúde, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo da Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC;

4.1.3. Colaborar no que concerne à incorporação de softwares, hardwares e serviços, como parte do processo de transformação digital do SUS;

4.1.4. Proporcionar a estruturação e o funcionamento de soluções tecnológicas e serviços de saúde digital, no âmbito dos estabelecimentos e serviços de saúde;

4.1.5. Fortalecer a saúde digital, com vistas ao atendimento das populações negligenciadas, vulneráveis e isoladas geograficamente e dos povos originários;

4.1.6. Fomentar o desenvolvimento da infraestrutura necessária para “promover acesso equitativo, acessível e universal aos benefícios” das tecnologias de informação e conectividade (TIC), mediante implementação de serviços e sistemas de Saúde Digital numa escala global.

4.1.7. Melhoria na acessibilidade ao atendimento, e o aumento da eficiência no atendimento médico;

4.1.8. Melhoria do Acesso ao Atendimento de Saúde:

4.1.8.1. Muitas UBS enfrentam desafios para fornecer atendimento presencial a todos os pacientes, especialmente em áreas rurais ou de difícil acesso. A solução de teleatendimento permite ampliar o acesso a serviços de saúde, especialmente para populações vulneráveis ou distantes;

4.1.8.2. A Solução de teleatendimento de saúde (medicina), pode reduzir a necessidade de deslocamento dos pacientes, facilitando o acesso a consultas médicas, acompanhamento de doenças crônicas, e serviços de triagem inicial, contribuindo para uma maior cobertura de saúde;

4.1.9. Eficiência Operacional e Otimização de Recursos:

4.1.9.1. Os pontos de teleatendimento frequentemente lidam com recursos limitados, tanto em termos de pessoal quanto de equipamentos médicos. A ampliação do teleatendimento pode ajudar a otimizar a utilização de recursos humanos e materiais, melhorando a eficiência das operações diárias;

4.1.9.2. A ampliação do teleatendimento permitirá o uso mais eficiente dos profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, possibilitando que atendam a mais pacientes em menos tempo e reduzindo o tempo de espera para consultas;

4.1.10. Aumento da capacidade de resposta em situações de emergências:

4.1.10.1. Em situações de emergências ou surtos de doenças, como a pandemia de COVID-19, o teleatendimento oferece uma forma segura e eficiente de triagem e atendimento inicial sem expor pacientes e profissionais ao risco de contágio;

4.1.10.2. A solução de teleatendimento pode ser usada para consultas iniciais, monitoramento remoto de pacientes e aconselhamento médico, ajudando a reduzir a pressão sobre os serviços de saúde presencial em momentos críticos;

4.1.11. Melhoria na Qualidade do Atendimento e Continuidade de Cuidados:

4.1.11.1. A telemedicina pode melhorar a gestão contínua desses pacientes, permitindo consultas regulares sem a necessidade de visitas presenciais;

4.1.11.2. O teleatendimento pode facilitar o acompanhamento regular e proativo dos pacientes, com consultas virtuais para revisões, ajustes de tratamento, e monitoramento remoto, contribuindo para melhores resultados de saúde.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.4. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

4.5. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018: o qual dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.6. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010: que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4.7. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010: a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.8. Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017: o qual dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.9. Decreto nº 7.203/2010, de 4 de junho de 2010: dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal.

4.10. Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022: a qual dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.11. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012: regulamenta os procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

4.12. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: a qual dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações.

4.13. Portaria nº 271, de 27 de janeiro de 2017: que trata da Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Saúde - POSIC/MS.

4.14. Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023: estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.15. Portaria nº 589, de 20 de maio de 2015: que institui a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS).

Requisitos de Manutenção

4.16. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

4.17. O item relacionado ao equipamento de Notebook, deverá possuir garantia do Fabricante por período de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, e para a bateria deve ser considerado o mínimo de 36 (trinta e seis) meses e suporte técnico on-site em todas as localidades do país, consoante ao que determina a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023.

4.18. O suporte técnico em GARANTIA deverá estar disponível para acionamento, no mínimo, no período das 08h às 18h em dias úteis mediante telefone, e-mail ou sistema informatizado.

Requisitos Temporais

4.18.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.18.2. O modelo para elaboração da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e Termo de Recebimento Provisório encontram-se anexado a este Termo de Referência, conforme Apêndice E - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e Apêndice H – Modelo de Termo de Recebimento Provisório respectivamente.

4.19. Nos primeiros 10 (dez) dias corridos do período de vigência do Contrato, serão marcadas, pela CONTRATANTE, reuniões com a CONTRATADA para:

- a) Formalizar os documentos e arquivos eletrônicos para troca de informações entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- b) Detalhar o processo de entrega dos equipamentos (elaboração de Plano Executivo de Entrega), do qual resultará em um CRONOGRAMA

DE ENTREGA, observando os procedimentos e prazos definidos neste Termo de Referência, e compreendendo o repasse, pela CONTRATANTE para a CONTRATADA, do endereçamento dos locais de entrega dos equipamentos;

c) Definir a emissão de OFB pelo CONTRATANTE, o que deverá ocorrer a cada repasse de endereçamento dos locais de entrega, conforme o CRONOGRAMA DE ENTREGA. A emissão e entrega da primeira OFB por parte do CONTRATANTE definirá o início da contagem do prazo de execução do Contrato;

4.20. Todos os prazos são contados em dias corridos, exceto quando expresso o contrário. Ressaltando que, serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia conforme os prazos.

4.21. Na contagem dos prazos estabelecidos neste documento, quando não expressados de forma contrária, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.22. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e a CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato.

4.23. A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência para fins de segurança de dados e da entrega dos equipamentos, Apêndices C e D, deste Termo de Referência.

4.24. A CONTRATADA fica proibida de veicular e/ou comercializar as informações técnicas produzidas ou as que vier ter acesso durante a execução do contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do órgão.

4.25. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais estabelecidos pela Política de Segurança da Informação – POSIC (ou similar) em vigor no Ministério da Saúde, bem como os demais normativos especificados neste Termo de Referência.

4.26. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, no que diz respeito a todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste documento, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

4.27. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.28. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.28.1. A execução do objeto será realizada de acordo com os critérios contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, Lei nº 12.305/2010 e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

4.28.2. Os prestadores de serviço devem se apresentar, se for o caso, em trajes adequados à circulação em órgão e repartições públicas e o atendimento deve ser realizado de forma cortês, educada e discreta;

4.28.3. O fornecimento do objeto deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

4.28.4. A CONTRATADA obriga-se a implantar, no fornecimento do objeto, boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários, atender as normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis;

4.28.5. Deverão ser adotadas pela CONTRATADA, todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre a matéria, dentre as quais a seguinte:

4.28.5.1. Todos os resíduos gerados durante o serviço deverão ser dispostos em lugar adequado ou aterro sanitário, em conformidade com a resolução do CONAMA 307/2002 e suas posteriores alterações (Resoluções 348/2004, 431/2011 e 448/2012).

4.28.6. Os equipamentos utilizados diretamente ou indiretamente no objeto pretendido deverão estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.28.7. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 94/2022 /SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis;

4.28.8. Garantir mecanismos de limitação de consumo de recursos do ambiente;

4.28.9. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destacam-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber;

4.28.10. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, no que couber;

4.28.11. É dever da CONTRATADA observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção dos bens; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

4.28.12. A documentação das atividades e documentos produzidos pela CONTRATADA deverão estar em língua portuguesa de forma clara, objetiva e gramaticalmente correta, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Ainda, se for o caso, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer toda a documentação técnica completa e atualizada, preferencialmente, no idioma português, falado e escrito no Brasil, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes; e

4.28.13. A CONTRATADA deverá fornecer o objeto deste Termo de Referência, de forma completa, com atendimento a todos os requisitos presentes, sem que haja a necessidade de o MS realizar quaisquer contratações adicionais.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.29. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.29.1. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante;

4.29.2. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica (não podem ter sido reconicionados), de primeiro uso, da geração na respectiva linha de produtos do fabricante;

4.29.3. Os equipamentos deverão ser idênticos aos da proposta comercial da licitação. Qualquer alteração deverá ser expressamente autorizada pela Contratante; e

4.29.4. Os equipamentos fornecidos deverão observar as diretrizes estabelecidas no Apêndice A - Especificações Técnicas da Solução de TIC, deste Termo de Referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.30. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.30.1. A CONTRATADA deverá customizar uma logo/imagem do CONTRATANTE no boot de inicialização do Sistema Operacional Windows do notebook;

4.30.2. A logo/imagem será disponibilizada pelo CONTRATANTE, juntamente com a OFB, no momento de formalização de entrega dos equipamentos.

Requisitos de Implantação

4.31. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de fornecimento descritos a seguir:

4.31.1. O processo de entrega dos equipamentos deverá ser realizado pela CONTRATADA sob a supervisão do preposto, que dará conhecimento do andamento do fornecimento aos diversos locais ao gestor e fiscal do contrato; e

4.31.2. A CONTRATADA deverá apresentar as declarações/certificados do FABRICANTE, comprovando que o produto possui a garantia definida neste Termo de Referência.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.32. Para os equipamentos de televisor e câmera de vídeoconferência, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses on site, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.33. Para os equipamentos de notebooks, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, e para a bateria deve ser considerado o mínimo de 36 (trinta e seis) meses, conforme determina a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – incluindo suporte do fabricante e fornecimento de peças de reposição e correção de falhas.

4.34. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação formal da aquisição da garantia técnica junto ao FABRICANTE, abrangendo todos os equipamentos, objeto deste Termo de Referência. A entrega da garantia técnica do fabricante não exclui a responsabilidade da CONTRATADA da prestação de suporte técnico on-site para todas as localidades do país.

4.35. Caso os prazos de garantia oferecida pelo fabricante sejam inferiores aos estabelecidos nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia dos bens ofertados pelo período restante.

4.36. A garantia deverá ser prestada no local onde os equipamentos forem entregues, com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.36.1. Para efeito de cumprimento da garantia, a CONTRATADA deverá utilizar método de lacre que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao equipamento;

4.36.2. Toda operação de lacre do equipamento deverá ser identificada na OFB ou documento equivalente, da empresa responsável pela manutenção do equipamento, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento;

4.36.3. As cópias desses documentos deverão ser entregues aos responsáveis do CONTRATANTE e da CONTRATADA no ato da assinatura;

4.36.4. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pelo Ministério da Saúde e Interessado;

4.36.5. Entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido neste Termo de Referência;

4.36.6. A CONTRATADA estará isenta do compromisso de garantia sobre o(s) equipamento(s) quando o(s) mesmo(s) estiver(em) com o lacre de garantia violado e sua composição divergente do equipamento entregue.

4.37. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.38. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.39. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.40. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.41. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.42. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.43. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo

Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.44. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.45. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.46. Os serviços de assistência técnica e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.47. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.48. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.49. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.50. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 14 (quatorze) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.

4.51. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.52. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.58.1. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações do MS e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido deste Ministério no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal;

4.58.2. As partes se comprometem a manter em caráter confidencial, formalizado por meio de "Termo de Compromisso de Manutenção e Sigilo" mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso;

4.58.3. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, "Termo de Ciência", em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade;

4.58.4. O fornecimento dos equipamentos deverá estar em conformidade com a legislação aplicável;

4.58.5. Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pelo MS, incluindo, mas não se limitando, ao definido na Política de Segurança da Informação e Comunicações e suas normas complementares, durante o fornecimento dos equipamentos nas suas devidas localidades;

4.58.6. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos ao MS e a terceiros;

4.58.7. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

- a) Término ou rompimento do Contrato; e
- b) Solicitação do MS.

Sustentabilidade

4.59. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.59.1. A CONTRATADA obriga-se a implantar, no fornecimento dos equipamentos, boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários, atender as normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis;

4.59.2. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MP, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

4.59.3. Deverão ser adotadas pela CONTRATADA, todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre a matéria, dentre as quais as seguintes: I - Todos os resíduos gerados durante o serviço deverão ser dispostos em lugar adequado ou aterro sanitário, em conformidade com a resolução do CONAMA 307/2002 e suas posteriores alterações (Resoluções 348/2004, 431 /2011 e 448/2012);

4.61.4. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade nos termos da IN nº 01 SLTI /MPOG, de 19/01/2010 e demais legislação vigente na execução dos serviços, quando couber;

4.59.4.1. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.59.4.2. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.

4.59.5. A CONTRATADA deverá atender a Portaria INMETRO nº 304, de 06/11/2023, que Estabelece os critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para bens de informática, com foco na segurança, na compatibilidade eletromagnética e na eficiência energética, através do mecanismo de certificação, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes e diminuição do consumo de energia;

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.60. Considerando a experiência obtida na aquisição anterior, realizada no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 11 /2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90376/2024, realizado por este Ministério da Saúde, cujo objeto correspondeu à primeira etapa da aquisição de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde, e visando facilitar a descrição do objeto, indicamos, como referência de similaridade, os modelos já atestados. Os modelos de referência são:

4.60.1. **Televisor: Tela LED 43" Smart FHD WI-FI ou similar;**

4.60.2. **Notebook:** Memória de 16GB RAM, Armazenamento: 512GB SSD e Tela de 15,6" Full HD, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança. Em relação ao processador, seguem abaixo alguns fabricantes com especificações técnicas similares:

- Processador

<u>Fabricante</u>	<u>Família do processador</u>	<u>Tecnologia</u>	<u>Núcleos</u>	<u>Liberação</u>	<u>Site</u>
<u>Intel</u>	<u>Core i5</u> <u>/Core 5</u>	<u>x86</u>	<u>10</u>	<u>Q4 2023</u>	<u>https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/products/details/processors.html</u>
<u>AMD</u>	<u>Ryzen 5</u> <u>/Ryzen 5 Pro</u>	<u>x86</u>	<u>6</u>	<u>Q4 2023</u>	<u>https://www.amd.com/pt/products/specifications/processors.html</u>
<u>Qualcomm</u>	<u>Snapdragon X</u> <u>ou superior</u>	<u>ARM</u>	<u>8</u>	<u>Q4 2023</u>	<u>https://www.qualcomm.com/products/mobile/snapdragon/pcs/product-list</u>

4.62.3. **Câmera de Videoconferência:** Logitech BCC950 ou similar

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.61. Este Ministério não identificou a necessidade de vedação do emprego de marcas ou produtos de bens empregados para a prestação dos serviços, com base em experiência prévia, registrada em processo administrativo.

Da exigência de carta de solidariedade

4.62. Não se aplica, visto que não há necessidade de apresentação de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.63. É vedada a subcontratação completa ou parcial do escopo principal da obrigação contratual (fornecimento dos equipamentos – SmartTV, notebook e câmera).

4.64. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, podendo abranger as seguintes parcelas do objeto:

4.64.1. Transporte: execução desde o ponto de disponibilização pelo fornecedor principal até a unidade de saúde indicada, observando prazos, condições de segurança e acondicionamento compatível com os equipamentos.

4.65. O Contratado deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.66. O Contratado será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.67. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.68. O subcontratado deverá cumprir os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.69. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.70. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.71. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Da exigência de amostra

4.72. Será realizada verificação de amostra do objeto para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos a seguir:

4.72.1. A amostra, que será enviada para análise, não integrará o quantitativo de 12.779 (doze mil, setecentos e setenta e nove) equipamentos que se pretende adquirir, sendo devolvida à Contratada ao término do contrato;

4.72.1.1. Em caso de solicitação de upgrade tecnológico, nas condições previstas neste edital, deverá ser enviada uma nova amostra que será analisada e, justamente com a(s) anterior(es), devolvida à Contratada ao término do contrato.

4.72.2. As empresas vencedoras da licitação serão obrigadas a comprovar a compatibilidade técnica entre os equipamentos fornecidos para a Solução de Telessaúde, por meio da realização de uma Prova de Conceito (PoC);

4.72.2.1. Essa prova deverá demonstrar que os dispositivos adquiridos: Smart TV, Notebook e Câmera de Videoconferência, são plenamente compatíveis entre si, garantindo a conectividade e integração necessária para o correto funcionamento da solução;

4.72.2.2. As amostras poderão ser entregues no Ministério da Saúde em Brasília-DF, no prazo limite de 10 (dias) dias corridos, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.72.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.72.2.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.72.2.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra

(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.72.2.6 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.72.2.7 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de estipulado pela contratante, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.72.2.8 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.72.3. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade::

4.72.3.1. Conectividade por Bluetooth: A empresa deverá comprovar que a smart TV e o notebook conseguem estabelecer conexão via Bluetooth para a transmissão de áudio, vídeo ou controle remoto, caso aplicável. Essa conectividade deve ser estável e garantir a operação dos equipamentos de forma integrada;

4.72.3.2. Conectividade por Wi-Fi: A Prova de Conceito também deverá demonstrar que tanto a smart TV quanto o notebook são capazes de se conectar à rede Wi-Fi, estabelecendo comunicação entre si e com a câmera de videoconferência, possibilitando o uso de plataformas e softwares de videoconferência de maneira fluida e sem interrupções;

4.72.3.3. Conexão por Cabo HDMI: A empresa deve evidenciar que o notebook pode ser conectado à smart TV via cabo HDMI com sucesso, proporcionando a transmissão de vídeo e áudio em alta definição. Essa conexão será fundamental para assegurar a qualidade de imagem necessária em teleconsultas, garantindo a integração plena entre os equipamentos;

4.72.3.4. Conexão por Cabo USB: A câmera de videoconferência fornecida deve ser conectada ao notebook por meio de uma interface USB, sendo demonstrado que esta comunicação é imediata e funcional, sem a necessidade de configurações complexas ou adicionais. A transmissão de vídeo e áudio

capturados pela câmera deve ser integrada de forma eficaz com os demais equipamentos (Smart TV e Notebook).

4.72.4. Condições da Prova de Conceito:

4.72.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e a regularidade da documentação de habilitação, a Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo agente da contratação, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação, deverá apresentar em local, dia e horário de início da apresentação definidos na convocação, a amostra conforme as especificações técnicas deste Termo de Referência;

4.72.4.2. A empresa deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a Prova de Conceito (PoC), incluindo cabos e acessórios;

4.72.4.3. A comprovação de compatibilidade deve garantir que não haja necessidade de adaptações externas ou softwares adicionais para o pleno funcionamento dos dispositivos;

4.72.4.4. Caso a Empresa não atenda a qualquer um dos requisitos da prova de conceito, será procedida a convocação da próxima colocada, seguindo a ordem de classificação na licitação, assim por diante até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda a todos os requisitos; e

4.72.4.5. A prova de conceito será iniciada e finalizada na mesma sessão não sendo admitidos qualquer prorrogação de prazo para adequações técnicas, incluindo nenhuma funcionalidade por parte das licitantes.

4.72.5. Da Justificativa da Exigência da Prova de Conceito

4.72.5.1. Considerando que a presente contratação se refere à aquisição de kits compostos por smart tv, notebook e câmera, destinados ao projeto de Telessaúde, cujo objetivo é fortalecer e aprimorar a qualidade do atendimento na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), integrando ensino e serviço de saúde por meio de ferramentas e tecnologias da informação e comunicação, de forma a ampliar o acesso à saúde e a oferta de especialistas, faz-se necessário que os equipamentos possuam integração plena para o correto funcionamento da solução.

4.72.5.2. Dessa forma, justifica-se a necessidade de realização de prova de conceito com os equipamentos fornecidos, a fim de verificar a compatibilidade técnica, especialmente no que se refere aos dispositivos de conectividade, tais como bluetooth, wi-fi e cabos de conexão.

4.72.5.3. Nesse diapasão, assim se posiciona o TCU:

"A Prova de Conceito (PoC) regra geral é realizada na fase externa da contratação pública, e destina-se a permitir que a Administração contratante se certifique sobre a efetiva adequação entre o objeto oferecido pelo licitante em sua proposta e as condições técnicas estabelecidas no edital (vide o Acórdão nº 2763/2013 - Plenário, TCU)."

4.72.5.4. A prova de conceito é comumente realizada na fase externa, utilizada para certificar que a administração tenha certeza da adequação entre o objeto licitado e a proposta apresentada pela licitante. Trata-se, portanto, usualmente, de análise de amostra realizada nas licitações para a contratação de soluções de tecnologia da informação;

4.72.5.5. Também é importante destacar que se encontra claramente definido a forma que será feita a prova de conceito, restando claro que tal exigência é perfeitamente legal.

Garantia da Contratação

4.72. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor contratual.

4.73. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.73.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.73.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.73.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.73.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.73.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.74. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.75. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.76. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.77. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.77.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.78. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.78.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.78.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.79. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.80. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 4.81. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.82. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.82.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.82.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.83. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.83.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.83.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.84. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.85. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.86. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.87. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento e/ou apresentação da proposta

- 4.88. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4.88.1. As particularidades e as necessidades do MS foram descritas ao longo deste Termo de Referência. Portanto, tendo conhecimento preciso dos esclarecimentos prestados neste documento, a interessada conhecerá todas as informações necessárias e suficientes para dimensionar sua proposta;
- 4.88.2. Ademais, a demanda do órgão tem como base, dentre outras especificadas neste documento, as seguintes características elencadas nos itens abaixo:
- a) Especificação da garantia do serviço, tópico "Requisitos de Garantia e Manutenção" desta Cláusula;
 - b) Formas de transferência de conhecimento, subitem 6.8. Formas de Transferência de Conhecimento, deste documento;
 - c) Procedimentos de transição e finalização do contrato, subitem 6.9. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato, deste documento;
 - d) Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle, subitem 6.10. Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle, deste documento;
 - e) Mecanismos formais de comunicação, subitem 6.11. Mecanismos Formais de Comunicação, deste documento;
 - f) Formas de Pagamento, subitem 6.12. Formas de pagamento, deste documento;
 - g) Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança, subitem 6.13. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança, deste documento; e
 - h) De acordo com o art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, portanto, a Licitante deverá encaminhar sua proposta tal qual apontado.

Margem de Preferência

- 4.89. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação baseado na RESOLUÇÃO SEGES-CICS /MGI Nº6, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024, in verbis:

"Suspende a aplicação de margens de preferência em licitações que tenham por critério de julgamento o menor preço por grupo de itens. A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CICS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º, 5º e 8º do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a aplicação das margens de preferência de que tratam, respectivamente, os artigos 3º e 4º da Resolução SEGES /CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, publicada no DOU de 22 de outubro de 2024, nas licitações que tenham por critério de julgamento o menor preço por grupo de itens, exclusivamente nos casos em que o grupo é formado por ao menos um produto manufaturado nacional enquadrado nos códigos NCM listados no Anexo da referida Resolução, e ao menos um item que não sejam assim caracterizado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. ROBERTO SEARA MACHADO POJO Presidente da Comissão

5. CLÁUSULA QUINTA

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no

Termo de Referência;

- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso; e
- 5.2.10. apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências do órgão e unidades vinculadas para a execução dos serviços de garantia.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
 - 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
 - 5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
 - 5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
 - 5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. CLÁUSULA SEXTA

MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) para a entrega dos bens desejados, conforme **Apêndice E**, deste Termo de Referência.
 - 6.1.1. Todas as OFB's conterão, no mínimo, o seguinte:
 - a) numeração própria e sequencial;
 - b) designação das entidades beneficiadas e seus respectivos endereços (locais de entrega); e
 - c) data e assinatura do Gestor do CONTRATANTE e do Preposto da CONTRATADA.

- 6.1.2. As OFB terão, no mínimo 15 (quinze) dias corridos de diferença entre si;
- 6.1.3. As OFB poderão ser emitidas com um intervalo inferior ao mínimo previsto no subitem anterior, desde que acordado previamente com a CONTRATADA.
- 6.1.4. A primeira OFB será encaminhada em data a ser definida junto com o CRONOGRAMA DE ENTREGA; e
- 6.1.5. A última OFB deverá ser emitida e entregue pelo CONTRATANTE com no máximo 90 (noventa) dias corridos de antecedência do término do prazo de execução do contrato, caso contrário este prazo será considerado como automaticamente prorrogado na mesma proporção do atraso da OFB.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste Termo de Referência.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.4. Nos primeiros 10 (dez) dias úteis do período de vigência do Contrato serão marcadas, pelo CONTRATANTE (**Apêndice B**), reuniões com a CONTRATADA para:
 - 6.4.1. Formalizar os documentos e arquivos eletrônicos para troca de informações entre o CONTRATANTE e CONTRATADA;
 - 6.4.2. Detalhar o processo de entrega dos equipamentos, do qual resultará em um CRONOGRAMA DE ENTREGA observando os procedimentos e prazos definidos neste Termo de Referência, e compreendendo o repasse, pela CONTRATANTE para a CONTRATADA, do endereçamento dos locais de entrega dos equipamentos;
 - 6.4.3. Definir a emissão de OFB pelo CONTRATANTE, o que deverá ocorrer a cada repasse de endereçamento dos locais de entrega, conforme o Cronograma de Entrega. A emissão da primeira OFB por parte do CONTRATANTE definirá o início da contagem do prazo de execução do Contrato.
- 6.5. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura da OFB, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, deste Termo de Referência.
 - 6.5.1. Não será computado no prazo de entrega do equipamento o período no qual o CONTRATANTE esteja realizando o procedimento de confecção da imagem padrão, incluindo seu encaminhamento para a CONTRATADA;
 - 6.5.2. No prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados da assinatura da primeira OFB, deverão ser entregues todos os equipamentos;
- 6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.7. Os bens deverão ser entregues nos endereços constantes no Apêndice B, deste Termo de Referência.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle
- 6.10. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.
 - 6.10.1. Para as OFBs, poderá ser solicitado quantitativo inferior ao previsto na requisição mínima ou superior ao previsto na requisição máxima, desde que acordado previamente com a CONTRATADA.

Mecanismos Formais de Comunicação

- 6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes:
 - 6.11.1. Ordem de Fornecimento de Bens;
 - 6.11.2. Ata de Reunião;
 - 6.11.3. Ofício;
 - 6.11.4. Sistema de abertura de chamados;
 - 6.11.5. E-mails;
 - 6.11.6. Termo de Recebimento Provisório
 - 6.11.7. Termo de Aceitação Formas de Pagamento
- 6.12. Os critérios de medição e pagamento dos serviços serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança.
- 6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante o fornecimento da solução, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Contratante a tais documentos.
- 6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Apêndices C e D, deste Termo de Referência.
- 6.15. A unidade de armazenamento defeituosa do notebook, ao ser substituída por uma nova pela CONTRATADA, deverá permanecer sob a posse do CONTRATANTE, em conformidade com as diretrizes de segurança da informação e proteção de dados sensíveis. Essa precaução visa prevenir o acesso

indevido, garantir a confidencialidade das informações e mitigar possíveis riscos relacionados ao descarte inadequado de mídias de armazenamento. O procedimento de descarte da unidade de armazenamento defeituosa ficará de responsabilidade da CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

- 7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.
- 7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
- 7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:
 - 7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
 - 7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
 - 7.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
 - 7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e
 - 7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

Fiscalização

- 7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

- 7.9 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
 - 7.17.1. Verificação de aderência aos termos contratuais;
 - 7.17.2. Apoiar o Gestor do contrato quanto às questões administrativas contratuais;
 - 7.17.3. Apoiar o Fiscal Requisitante do Contrato na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação; e
 - 7.17.4. Apoiar ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Crítérios de Aceitação

7.21. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.22. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos *end-of-life*);

7.23. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisasgens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

7.24. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;

7.25. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.26. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos;

7.27. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc;

7.28. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “*shareware*” ou “*trial*”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta;

7.29. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.30. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.32. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.32.1. A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento com a total compatibilidade descrita no Apêndice "A" deste Termo de Referência; e

7.32.2. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.33. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento Bens.
Meta a cumprir	IAE <=0 (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.)
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
Forma de acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e da data de recebimento provisório dos equipamentos.
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada, com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX – TEST TEST</p> <p>Sendo:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos equipamentos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.

Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>
---	--

8. CLÁUSULA OITAVA

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 (duas) horas úteis.	Multa de 0,11 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 1 (um) dias úteis.
		Após o limite de 1 (um) dia útil, aplicar-se-á multa de 0,22 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 0,22 % sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 0,33% sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 0,44% sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 0,55% sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de 0,55 % sobre o valor do Contrato e Glosa de 2% sobre o valor da OFB, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.

3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.
---	--	--

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4 Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0,15% quinze décimos por cento) do valor do contrato.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

- 8.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CLÁUSULA NONA

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, mediante assinatura do Termo de Recebimento Provisório, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) gestor da unidade beneficiária, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. O gestor da unidade beneficiária deverá encaminhar a nota fiscal e uma cópia do TRP assinado para o gestor e fiscal do contrato.
- 9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.2.1. Os Termos de Recebimento provisório - TRP's deverão ser preenchidos e assinados pela CONTRATADA e assinado pelo Gestor da entidade beneficiada;
- 9.2.2. As caixas contendo os equipamentos não poderão ser abertas, a não ser pelo técnico da CONTRATADA, pois isso poderá ocasionar a perda da garantia do(s) equipamento(s);
- 9.2.3. O TRP poderá, excepcionalmente, ser substituído por ofício dos Gestores do Contrato nos casos de extravio do documento em questão, comprovados pelos Gestores designados do Contrato;
- 9.2.4. Os TRP's serão atestados pelo Gestor do CONTRATANTE, validando que a solução foi entregue conforme o contrato;
- 9.3. Os prazos de entrega poderão ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.9.1. o prazo de validade;
 - 9.9.2. a data da emissão;
 - 9.9.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - 9.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 9.9.5. o valor a pagar; e
 - 9.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.12.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 9.12.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 9.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 9.24. Não se aplica, pois não haverá adoção de pagamento antecipado.

Cessão de crédito

- 9.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 9.26. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 9.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 9.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 9.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 9.30. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 9.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/05/2026.
- 9.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .
- 9.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Grupo.

Forma de fornecimento

- 10.2. O fornecimento do objeto será por empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:
- 10.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.
- 10.3.2. A Proposta Comercial deverá ser apresentada em conformidade com o Apêndice I - Modelo de Proposta de Preços, deste Termo de Referência;
- 10.3.3. É facultado à empresa, se for o caso, incluir na Proposta Comercial, de forma detalhada e observada a sua forma de tributação, outros custos advindos sobre o item da contratação (ex.: insumos, tributos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros) que incidam direta ou indiretamente no valor final do objeto;
- 10.3.4. Em atendimento às recomendações constantes nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão nº 1.432/2024-TCUPlenário, os licitantes deverão informar em suas propostas a marca e o fabricante dos produtos ofertados, bem como detalhar todos os componentes da solução de TIC que se pretende contratar, in verbis:

- (...)
- 9.1.1. fazer constar dos editais de licitação exigência de que os licitantes informem em suas propostas a marca e o fabricante dos produtos ofertados, inclusive mediante o preenchimento no sistema eletrônico pertinente;
- 9.1.2. requerer dos fornecedores informações detalhadas dos componentes das soluções de TIC que se pretende contratar, a exemplo de: fabricante, modelo, part number, descrição técnica, quantidade e preço unitário;

(...)

- 10.3.5. Deste modo, os bens/solução ofertados deverão atender integralmente aos requisitos da especificação técnica, sendo comprovados através do preenchimento obrigatório da Planilha de Comprovação Técnica - Ponto a Ponto, disposta no Apêndice M, deste Termo de Referência
- 10.3.6. O licitante deverá apresentar comprovação de atendimento da especificação através de documentação técnica (manuais dos fabricantes, datasheets, folders, e, excepcionalmente, declarações, fotos e atestados) comprovando o pleno atendimento a todos os requisitos; e
- 10.3.7. O licitante será a única responsável pelas informações e preenchimento correto da Proposta Comercial.

Exigências de habilitação

- 10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e
- 10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- 10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma Lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes formulas:

$$LG = (\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})$$

$$SG = (\text{ATIVO TOTAL}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})$$

$$LC = (\text{ATIVO CIRCULANTE}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE})$$

- 10.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- 10.26 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e
- 10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

10.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.31.1.1. Atestado(s) ou Declarações de Capacidade Técnica, em nome da licitante, podendo ser acompanhado do seu respectivo contrato, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de igual natureza ou compatíveis aos equipamentos especificados no Apêndice A, deste Termo de Referência, incluindo:

- a) No mínimo 639 unidades, da lista de possíveis equipamentos listados na alínea "b" deste subitem, correspondente a aproximadamente 5% do quantitativo total estimado para os kits, formados pelos itens Televisores, Notebooks e Câmeras de videoconferência; e
- b) Para que sejam considerados válidos os atestados a serem apresentados devem comprovar o fornecimento de itens tais como televisores, notebooks, microcomputadores, tablets, câmeras de vídeo conferência, webcams ou equipamentos de áudio e vídeo.

10.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante;

10.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

10.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10.31.5. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da empresa proponente, nem pela própria proponente;

10.31.6. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente;

10.31.7. Deverá ser devidamente preenchida e entregue planilha de apresentação de atestados conforme disposto no Apêndice L - Planilha para Qualificação Técnica - Apresentação de Atestados, deste Termo de Referência.

Do tratamento favorecido a microempresas, pequenas empresas e entidades equiparadas

10.32. No que concerne ao regime de preferência para as contratações que envolvam bens e serviços de Tecnologia da Informação, estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.248/91 e no art. 5º do Decreto nº 7.174/2010, observa-se que será observada a seguinte ordem:

10.32.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

10.32.2. bens e serviços produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo.

10.33. A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020.

10.34. Considerando que o valor estimado da contratação ultrapassa em muito o valor definido na LC 123/2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, não será permitida a participação destas.

Da Participação de Empresas em Consórcios

10.35. A vedação à participação de consórcios em determinados processos licitatórios é permitida pela Lei nº 14.133

/2021, desde que fundamentada em análise técnica e econômica que comprove a incompatibilidade com o objeto ou os riscos ao interesse público.

10.36. Conforme explicitado no item 3.10. deste Termo de Referência e pela própria natureza do objeto da licitação, o processo demanda uma execução unitária e integrada, incompatível com a divisão de responsabilidades entre diferentes integrantes.

10.37. A fragmentação do contrato pode comprometer a eficiência, a padronização e a qualidade do objeto, além de exigir da Administração uma gestão de contrato descentralizada, o que pode acarretar em riscos de atrasos ou conflitos entre consorciados.

10.38. Outro fator, é a dificuldade de responsabilização solidária dos consorciados, embora eles sejam solidariamente responsáveis pela execução do contrato, a Administração pode enfrentar dificuldades na execução de garantias contratuais e na aplicação de sanções administrativas, especialmente em consórcios com composição complexa ou membros com diferentes capacidades financeiras.

10.39. No que tange a garantia de execução, os consórcios, por sua natureza, podem apresentar limitações para atender às exigências de garantias contratuais, especialmente em contratos de grande vulto ou alta complexidade. Isso pode representar riscos à administração, caso haja inadimplência ou descumprimento contratual.

10.40. Em síntese, a formação de consórcios pode dificultar a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, bem como a responsabilização em caso de descumprimento contratual.

10.41. Assim, o edital pode vedar consórcios se a administração entender que isso comprometerá a execução do contrato, caso deste processo.

Da Participação de Empresas em Cooperativas

10.42. Da mesma forma, a Lei nº 14.133/2021 permite que a vedação se estenda às Cooperativas, desde que baseada em razões técnicas, econômicas e jurídicas.

10.43. No caso deste processo, existe o risco da incompatibilidade com o regime jurídico das Cooperativas, uma vez que o regime se baseia em relações associativas, sem vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros. Essa característica pode gerar incompatibilidade com objetos que demandem obrigações trabalhistas formais, como serviços continuados (no caso deste processo a execução da garantia on site), colocando em risco o cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias.

- 10.44. Vale ressaltar que existe o risco à isonomia e à competitividade, já que as cooperativas, por sua estrutura, podem apresentar propostas financeiramente mais vantajosas devido à ausência de encargos trabalhistas obrigatórios, como FGTS e INSS, que recaem sobre empresas convencionais, podendo gerar desequilíbrio competitivo, violando o princípio da isonomia entre os participantes.
- 10.45. Por fim, podem ocorrer limitações na prestação das garantias contratuais, visto que a estrutura jurídica e econômica das cooperativas pode dificultar a apresentação de garantias de execução suficientes, especialmente em contratos de maior vulto, como no processo em questão, podendo comprometer a proteção do interesse público caso ocorra descumprimento contratual.
- 10.46. Diante do exposto, entende-se que a participação de Cooperativas não trará benefício técnico ou vantagem econômica ao processo.

Disposições gerais sobre habilitação

- 10.47. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.48. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.49. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.50. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.51. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 125.327.997,86 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Grupo Único Nacional									
Item	Tipo	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Televisor	Smart TV 42 /43 polegadas, Full HD 1.920 x 1.080, Bluetooth, WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação: bivolt AC 100-240V, 50/60Hz, com	479242	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.709,34	R\$ 21.843.655,86

		suporte de parede.							
2	Notebook	<p>Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.</p>	618642	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 6.200,00	R\$ 79.229.800,00
3	Câmera de videoconferência	<p>Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa, Zoom mínimo de 1.2 x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a</p>	479217	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.898,00	R\$ 24.254.542,00

		qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone multidirecional /omnidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior.							
Total do Grupo								R\$ 9.807,34	R\$ 125.327.997,86

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

12.2. Por se tratar de licitação para registro de preços não é necessário a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 17º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Cronograma Físico Financeiro

12.2. O pagamento dos equipamentos, objeto deste Termo de Referência, será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.2.1. O pagamento será realizado conforme as regras descritas neste Termo de Referência, garantindo-se que os mesmos ocorram em consonância com a efetiva entrega do produto (equipamento) pela CONTRATANTE, que ocorrerá em etapas distintas, a fim de assegurar que não haja desequilíbrio contratual decorrente de pagamento indevido ou antecipado;

12.2.2. Mediante comprovação de que o produto foi entregue e instalado em perfeitas condições e está de acordo com as especificações contratuais, por meio do atesto do Gestor da unidade beneficiária no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, far-se-á o pagamento, à CONTRATADA, de 100 % (cem por cento) do valor das notas fiscais dos Itens entregues;

12.3. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura da OFB, a partir do TERMO DE RECEBIMENTO

PROVISÓRIO, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, a seguir:

CRONOGRAMA DE EVENTOS E PAGAMENTO			
ID	Evento	Prazo estimado	Percentual a Pagar
1	Assinatura do contrato	Dia zero - início do cronograma.	0% (zero)
2	Reunião inicial	05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.	0% (zero)
3	Emissão de Ordem de fornecimento de Bens /Serviços	A partir da assinatura do contrato.	0% (zero)
4	Entrega dos Equipamentos	90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens - OFB.	0% (zero)

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Declara-se que este documento é PÚBLICO, uma vez que seu conteúdo não se caracteriza em ultrassecreto, secreto ou reservado, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527/2011.

APÊNDICES

13.3. São partes integrantes do presente Termo de Referência, os seguintes apêndices:

- 13.3.1. Apêndice A - Especificações Técnicas da Solução de TIC;
- 13.3.2. Apêndice B - Localidades para Entrega;
- 13.3.3. Apêndice C - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;
- 13.3.4. Apêndice D - Termo de Ciência;
- 13.3.5. Apêndice E - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens;
- 13.3.6. Apêndice F - Modelo de Termo de Aceitação;
- 13.3.7. Apêndice G - Termo de Improdutividade;
- 13.3.8. Apêndice H - Termo de Recebimento Provisório;
- 13.3.9. Apêndice I - Termo de Recebimento Definitivo;
- 13.3.10. Apêndice J - Termo de Encerramento do Contrato;
- 13.3.11. Apêndice K - Modelo de Proposta de Preços e Planilha de Custo e Formação de Preços;
- 13.3.12. Apêndice L - Planilha para Qualificação Técnica - Apresentação de Atestados;
- 13.3.13. Apêndice M - Planilha de Comprovação Técnica - "Ponto a Ponto"; e

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Requisitante.

ERNANO ARRAIS JUNIOR

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 16:53:41.

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação como Integrante Técnico.

MARCIO RAULINO DE PAIVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 18:03:11.

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação como Integrante Administrativo.

THIAGO FALEIRO PARENTE

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 09:50:10.

Despacho: Aprovo o presente TR como Autoridade Competente e Autoridade Máxima da Área de TIC, bem como declaro a adequação dos estudos realizados aos ditames da IN SGD nº 94/2022.

PAULA XAVIER DOS SANTOS

Autoridade Máxima da Área de TIC

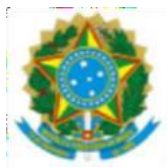


Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 17:50:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendices____TR MGI + SAA final.pdf (4.64 MB)



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

APÊNDICE "A" - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TIC

1. ITEM 1 - APARELHO DE TV (SMART TV)

1.1. Tela

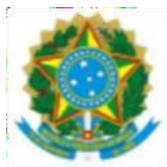
- 1.1.1. Tela de no mínimo de 42/43 polegadas, sendo LCD ou LED, com resolução mínima Full HD 1920x1080, proporção de no mínimo 16:9 e taxa de atualização mínima de 60Hz.

1.2. Vídeo

- 1.2.1. Processador de no mínimo 4 (quatro núcleos) ou equivalente, com HDR (High Dynamic Range), Pixel plus HD, HDR 10 e HLG, Contraste que permita destacar os detalhes em cenas noturnas ou de baixa iluminação, garantindo a reprodução precisa de pretos profundos e uma ampla gama de tons de cinza, possuindo Adaptive Picture (ajuste automático baseado no ambiente), AI Brightness Control (otimização inteligente de brilho e contraste), Mega Contraste (melhoria dinâmica da profundidade dos pretos e tons médios), sensores de luz ambiente que ajustam automaticamente à imagem, entre outras disponíveis no mercado, possuir ângulo de visão que mantenha a qualidade da imagem e a precisão das cores mesmo quando vistas de ângulos laterais com tecnologias como Wide Viewing Angle, X-Wide Angle, Quantum Dot Wide Viewing Angle, entre outras disponíveis no mercado, deverá possuir detecção de brilho e cor, deverá possuir no mínimo os sistemas de cores PALM/N/NTSC/ISDBTB.

1.3. Áudio

- 1.3.1. Potência (RMS) mínima de 20 W, com 2 canais de áudio, bluetooth de áudio, o aparelho de TV deverá contar com uma das seguintes tecnologias de áudio: Dolby Audio, DTS-HD, AI Sound Pro, Adaptive Sound, Dolby Atmos ou equivalentes.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

1.4. Conectividade

- 1.4.1. Possuir bluetooth com versão 4.2 ou superior, WIFI Integrado, IEEE 802.11 b/g/n/ac ou superior, Ethernet (LAN) com no mínimo uma 1 porta RJ-45, HDMI com mínimo de 02 (duas) entradas , sendo 01 (uma) entrada HDMI com ARC, no mínimo de 01 (uma) Porta USB 2.0 ou superior.

1.5. Alimentação

- 1.5.1. Bivolt, com Fonte de Alimentação AC 100-240V, 50/60Hz.

1.6. Smart TV

- 1.6.1. Sistema Operacional Android TV, webOS, Tizen dentre outros disponíveis no mercado, conter aplicativos pré-instalados como Youtube entre outros, possuir capacidade de instalação de aplicativos, contendo Loja de Aplicativos Google Play Store, Samsung Smart Hub, LG Content Store, dentre outras disponíveis, ser com compatível com algum dos seguintes assistentes Virtuais Alexa, Google Assistant, Bixby ou outro disponível no Mercado e possuir capacidade de espelhamento de tela.

1.7. Recursos Adicionais e acessórios de instalação

- 1.7.1. Base e parafusos para fixação, padrão VESA de furação, controle remoto, cabo de energia, cabo HDMI Tipo A (padrão) 2.0 (mínimo de 5 metros), manual em português impresso ou online, funções de modo de economia de energia, Recurso Close Caption, Timer, Bloqueio de canais, Firmware atualizável online ou com possibilidade de atualização via porta USB, suporte de parede furação padrão VESA e respectivos parafusos (M4, M6 ou M8 compatível com a rosca da TV). O suporte de parede deverá possuir capacidade de carga de no mínimo 1,5x o peso da TV.

2. ITEM 2 - NOTEBOOK

2.1. Placa Principal



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

- 2.1.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O, suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior, serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta, integrada e de firmware.

2.2. BIOS

- 2.2.1. Tipo flash EPROM, atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento, deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS, suportar Boot por dispositivos USB e por rede.
- 2.2.2. Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio ou número de série - quanto este não vier identificado na própria BIOS, serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de drivers e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via download no sítio do fabricante do equipamento.

2.3. Processador

- 2.3.1. Com arquitetura x86 ou ARM64 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória, com extensões de virtualização: AMD Ryzen r5, Intel Core i5, Qualcomm Snapdragon X ou superiores, quantidade mínima de núcleos reais: 4, quantidade mínima de Threads: 8.
- 2.3.2. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento, deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de primeiro trimestre de 2022 não serão aceitos processadores descontinuados.
- 2.3.3. TDP (Thermal Design Power) mínimo: 15W, não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.

2.4. Memória RAM

2.4.1. Memória SDRAM Tipo DDR4 ou superior, frequência mínima de MHz: DDR4-3200 ou superior, com capacidade instalada de no mínimo 16GB, com o mínimo de dois slots de memória de 8GB.

2.5. Interfaces de Rede

2.5.1. Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet (10/100/1000), autosense, full-duplex e plugand-play ou superior, configurável totalmente por software. Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (WiFi 6), de 2.4 GHz e 5 GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.

2.6. Interfaces de Áudio

2.6.1. Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, full duplex, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo (headset), não será aceita solução USB para interfaces de áudio.

2.7. Interfaces de Gráficos

2.7.1. Controladora de vídeo Integrada, suporte a alocação e fornecimento de memória mínima de 1GB, suporte à resolução mínima com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug-and-play, resolução mínima da tela suportada pelo equipamento de 1920x1080, driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model), com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior.

2.8. Conexões



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

2.8.1. Mínimo de 3 (três) portas USB, sendo pelo menos 2 (duas) portas USB 3.0 Tipo A ou superior e 1 (uma) USB 3.1 Tipo C, HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port, conexão de áudio e conexão de rede.

2.9. Unidades de Armazenamento

2.9.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna com capacidade nominal de armazenamento de no mínimo 480GB, com tecnologia MLC ou TLC, utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e no mínimo 1.000 MB/s para escrita.

2.10. Fonte de Alimentação e Bateria

2.10.1. A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos, a bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh, poderá utilizar a interface USB 3.1 Tipo C para energizar o equipamento.

2.11. Dimensões

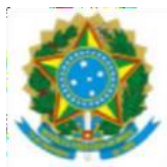
2.11.1. Tela de no mínimo 14" Polegadas, widescreen, antireflexo, suportar resolução Full HD (1920x1080 pixels), retro iluminada por LED, com peso máximo inclusos o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios) de 2 kg.

2.12. Segurança e Conservação

2.12.1. Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo "kensington" ou "noble wedge" ou similar, com cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes, acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação, e ainda possuir revestimento interno macio para proteção contra impacto, arranhões e poeira.

2.13. Teclado

2.13.1. Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive "ç.", a impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

2.13.2. Teclado pode ser retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função, e resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades.

2.14. Touchpad

2.14.1. Dispositivo apontador do tipo touchpad, multi-touch, com dois botões além de função de rolagem.

2.15. Mouse Externo

2.15.1. Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo scroll de rolagem), com format ergonômico e conformação ambidestra, Tecnologia LED, Laser ou Glass laser (glaser), com resolução mínima de 800 dpi e interface USB.

2.16. Kit de Áudio e Vídeo

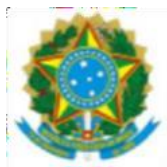
2.16.1. Deverá ser fornecido 01 (um) Kit de áudio composto por no mínimo 01 Controladora de som onboard e 02 Alto-falantes e 01 Microfone por notebook, a controladora de som deverá conter no mínimo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída), os Alto falantes deverão estar integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal e o Microfone deverá estar integrado ao gabinete do notebook;

Deverá ser fornecido 01 (uma) Webcam integrada ao gabinete do notebook, com resolução mínima de 0.92 Megapixel (720p).

2.17. Certificações e Compatibilidade

2.17.1. Deverá vir acompanhando a proposta, cópia do atestado de conformidade, para o equipamento, emitido por um órgão credenciado INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o equipamento está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Eletrical Business Equipment);

2.17.2. Deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU equivalentes OU superiores, no mínimo;

2.17.3. Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);

2.17.4. A solução deve ser compatível com o SO Windows;

2.17.5. Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado se responsabiliza pelo mecanismo de logística reversa. Será apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.

2.18. Sistema Operacional

2.18.1. Deverá ser fornecida licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 11 ou superior, versão Profissional 64 bits, com build atualizada à ocasião da entrega, em modalidade OEM, pré-instalada na imagem oferecida pela CONTRATANTE, para uso corporativo, em português do Brasil (PT-BR), com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhada de todos os drivers de dispositivos do equipamento e da respectiva documentação.

2.19. Requisitos de Hardware

2.19.1. Suporte para UEFI (Unified Extensible Firmware Interface), Placa-mãe compatível com a customização de imagens de boot, armazenamento suficiente na BIOS/UEFI para



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

suportar a imagem/logo personalizada, a BIOS deve suportar a customização de uma logo/imagem do CONTRATANTE no boot de inicialização do Sistema Operacional Windows do notebook, drivers e firmware atualizados para garantir compatibilidade com a personalização.

2.20. Especificação da Imagem

2.20.1. Formato de Arquivo: JPEG, PNG ou BMP, com resolução Máxima de 800x600 pixels (ou conforme especificado pelo fabricante do notebook), tamanho máximo do Arquivo de 2 MB, paleta de Cores: no mínimo 24-bit True Color.

2.21. Considerações de Segurança

2.21.1. Acesso restrito à BIOS/UEFI para evitar alterações não autorizadas, backup da configuração original da BIOS/UEFI antes de realizar a customização e verificação de integridade da imagem/logo para garantir que não contenha malware ou código malicioso.

2.22. Garantia e Conformidade

2.22.1. Garantir que a customização da tela de inicialização não viole os termos de garantia do notebook, conformidade com Normas e regulamentações aplicáveis ao uso e personalização de BIOS/UEFI.

3. ITEM 3 - CÂMERA DE VÍDEO CONFERÊNCIA

3.1. Vídeo

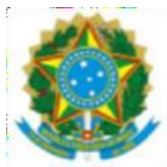
3.1.1. Deve possuir resolução de imagem de no mínimo Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels).

3.2. Resolução FPS

3.2.1. Possuir no mínimo resolução de transferência 1080p/30qps, 720p/60qps.

3.3. Tipo de Foco

3.3.1. Foco automático.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

3.4. 3.4 Microfone integrado

- 3.4.1. Multidirecional/omnidirecional, estéreo, com viva-voz duplex completo e integrado, com cancelamento de ruído.

3.5. Alcance do microfone

- 3.5.1. Mínimo de 2,4 m de diâmetro.

3.6. Campo de visão (CDV) diagonal

- 3.6.1. Diagonal: mínimo 78°, Horizontal: mínimo 70,42° e Vertical: mínimo 43,3°.

3.7. Correção de Luz Automático

- 3.7.1. Permitir ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação. Ex: LightBoost, HDR Vídeo Support, Rightlight 2, TrueLight, Auto Light Adjustment, RealSense Depth Technology, Smart Auto Framing, Image Enhancements, Backlight Compensation (BLC), Wide Dynamic Range (WDR), Sony Exmor R CMOS Sensor, entre outras tecnologias disponíveis no mercado.
- 3.7.2. Com tecnologia que mantenha uma imagem nítida em diversas condições de iluminação, mesmo com pouca luz.

3.8. Frequência

- 3.8.1. Possuir no mínimo Resposta de frequência: 200hz – 8khz, Resposta de frequência: 220hz – 20khz e Saída máx.: 80db spl @ 0,3m.

3.9. Zoom digital

- 3.9.1. Mínimo de 1.2x.

3.10. Recursos mínimos

- 3.10.1. Câmera motorizada, com controles para início/encerramento de chamadas;
- 3.10.2. Caixa de som omnidirecional;
- 3.10.3. LED de indicação de uso da câmera;
- 3.10.4. Câmera projetada para uso sobre a mesa.

3.11. Controle remoto



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

3.11.1. Alcance mínimo de 3m e Bateria CR2032 (incluída).

3.12. Cabos/alimentação

3.12.1. Adaptador de força AC, cabo de energia mínimo de 2m, cabo USB mínimo de 2m.

3.13. Compatibilidade

3.13.1. Windows 10 ou superior.

3.14. Conectividade USB

3.14.1. Possuir no mínimo USB-A Plug-and-play.

3.15. Manual

3.15.1. Manual do usuário em português, impresso ou online.

4. DEMAIS EXIGÊNCIAS AOS EQUIPAMENTOS

Para as aquisições realizadas no âmbito deste certame, com a finalidade de facilitar a identificação dos equipamentos nos processos de recebimento e acompanhamento das etapas de entrega e pós-execução do Contrato, todos os equipamentos adquiridos deverão ter:

- Gravados nas especificações indicadas pelo Ministério da Saúde, em suas partes frontais ou superiores, na fonte Arial, cor branca, tamanho 15 e em negrito com os seguintes dizeres: *SAA/SE/MS - Pregão: MS/2026*;
- A gravação será mediante processo serigráfico ou equivalente, utilizando-se tinta eletrostática ou qualquer outra tecnologia/solução que evite o desgaste rápido da gravação e aumente sua resistência à remoção por abrasivos e/ou raspagem, não sendo aceita a utilização de etiquetas adesivas;
- A CONTRATADA deverá fornecer, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, amostra dos equipamentos contendo a gravação dos dizeres. A amostra deverá ser aprovada pelo Ministério da Saúde em até 10 (dez) dias após o seu recebimento;
- Durante o período de garantia dos equipamentos, estipulado no contrato, ou o período de vigência do contrato, o que acabar por último, todos os softwares fornecidos devem estar em Português do Brasil e com seus licenciamentos e atualizações,



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital

quando for o caso, cobertos plenamente pelos custos apresentados na proposta da CONTRATADA.

APÊNDICE "A" - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TIC	
2. ITEM 2 - NOTEBOOK	Notebook POSITIVO VAIO® FE15 Intel® Core™ i5-1235U16GB RAM 512GB SSD 15,6" Full HD - Cinza Grafite
2.1 Placa Principal	
2.1.1 Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O: Exigido;	Atende
2.1.2 Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior.	Atende
Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta, integrada e de firmware: Exigido.	
2.2 BIOS	
2.2.1 Tipo flash EPROM, atualizável por software, compatível com o padrão plugandplay, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento: Exigido;	Atende
2.2.2 Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS: Exigido;	Atende
2.2.3 Suportar Boot por dispositivos USB e por rede: Exigido;	Atende
2.2.4 Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio ou número de série - quanto este não vier identificado na própria BIOS): Exigido;	Atende
2.2.5 Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de drivers e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via download no sítio do fabricante do equipamento: Exigido.	Atende
2.3 Processador	
2.3.1 Com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória, com extensões de virtualização: AMD Ryzen r5 ou Intel Core i5 ou superiores;	Atende
2.3.2 Quantidade mínima de núcleos reais: 4;	Atende
2.3.3 Quantidade mínima de Threads: 8;	Atende
2.3.4 O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento. O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de janeiro de 2022, inclusive. Não serão aceitos processadores descontinuados: Exigido;	Atende
2.3.5 TDP (Thermal Design Power) mínimo: 15W.	Atende
2.3.6 Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.	Atende
2.4 Memória RAM	
2.4.1 Memória SDRAM Tipo DDR4 frequência mínima de MHz: DDR4-3000 ou superior;	Atende
2.4.2 Deverá ter capacidade instalada de no mínimo: 16GB;	Atende
2.4.3 Mínimo de dois slots de memória de 8GB.	Atende
2.5 Interfaces de Rede	
2.5.1 Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet (10/100/1000), autossense, full-duplex e plugandplay, configurável totalmente por software: Exigido. Não serão aceitos adaptadores ou acessórios neste item.	Atende
2.5.2 Controladora integrada de rede wireless b/g/n/ac (pelo menos): Exigido;	Atende
2.5.3 Bluetooth 4.0 ou superior: Exigido;	Atende
2.5.4 Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade: Exigido.	Atende
2.6 Interfaces de Áudio	
2.6.1 Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, full duplex, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo (headset): Exigido;	Atende
2.6.2 Não será aceita solução USB para interfaces de áudio: Exigido.	Atende
2.7 Interfaces de Gráficos	
2.7.1 Controladora de vídeo: Integrada;	Atende
2.7.2 Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima: 1GB;	Atende
2.7.3 Suporte à resolução mínima com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug-and-play: 1920x1080;	Atende
2.7.4 Resolução mínima da tela suportada pelo equipamento: 1920x1080;	Atende
2.7.5 Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model): Exigido;	Atende
2.7.6 Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior: Exigido.	Atende
2.8 Conexões	
2.8.1 Mínimo de 3 (três) portas USB sendo pelo menos 2 (duas) porta USB 3.0 Tipo A ou superior e 1 (uma) USB 3.1 Tipo C: Exigido;	Atende
2.8.2 HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port: Exigido;	Atende
2.8.3 Conexão de áudio: Exigido;	Atende
2.8.4 Conexão de rede: Exigido.	Atende
2.9 Unidades de Armazenamento	
2.9.1 Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia MLC ou TLC: Exigido;	Atende

2.9.2 Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e 1.000 MB/s para escrita: Exigido;	Atende
2.9.3 Capacidade nominal de armazenamento SSD com no mínimo 480GB.	Atende
2.10 Fonte de Alimentação e Bateria	
2.10.1 A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos: Exigido;	Atende
2.10.2 A bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh: Exigido;	Atende
2.10.3 A fonte de alimentação poderá utilizar a interface USB 3.1 Tipo C para energizar o equipamento: Opcional.	Atende
2.11 Dimensões	
2.11.1 Tela (dimensão mínima): 14" Polegadas, widescreen, antireflexo, suportar resolução Full HD (1920x1080 pixels), retro iluminada por LED;	Atende
2.11.2 Peso máximo incluído o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios): 2 kg.	Atende
2.12 Segurança e Conservação	
2.12.1 Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo "kensington" ou "noble wedge" ou similar: Exigido;	Atende
2.12.2 Deve ser fornecido cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes: Exigido;	Atende
2.12.3 Deve ser acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação, e ainda possuir revestimento interno macio para proteção contra impacto, arranhões e poeira: Exigido.	Atende
2.13 Teclado	
2.13.1 Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive "ç.": Exigido;	Atende
2.13.2 A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado: Exigido;	Atende
2.13.3 Teclado retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função: Opcional;	Atende
2.13.4 Teclado deverá ser resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades (respingos, ou seja, deve possuir um grau de proteção mínimo de dois contra ingressos de água nos termos da ABNT NBR IEC 60529:2017), comprovado por declaração do próprio fabricante, garantindo inclusive a cobertura a este tipo de evento durante todo o período de garantia.	Atende
2.14 Touchpad	
2.14.1 Dispositivo apontador do tipo touchpad, multi-touch, com dois botões além de função de rolagem: Exigido.	Atende
2.15 Mouse Externo	
2.15.1 Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo scroll de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra: Exigido;	Atende
2.15.2 Tecnologia LED, Laser ou Glass laser (glaser): Exigido;	Atende
2.15.3 Resolução mínima de 800 dpi: Exigido;	Atende
2.15.4 Interface USB: Exigido.	Atende
2.16 Kit de Áudio e Vídeo	
2.16.1 Deverá ser fornecido 01 (um) Kit de áudio composto por no mínimo 01 Controladora de som onboard e 02 Alto-falantes e 01 Microfone por notebook: Exigido;	Atende
2.16.2 A controladora de som deverá ser onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreo e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída: Exigido;	Atende
2.16.3 Os Alto falantes deverão estar integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal: exigido;	Atende
2.16.4 O Microfone deverá estar integrado ao gabinete do notebook: Exigido;	Atende
2.16.5 Deverá ser fornecido 01 (uma) Webcam integrada ao gabinete do notebook: Exigido;	Atende
2.16.6 A Webcam deverá possuir resolução mínima 0.92 Megapixel (720p): Exigido	Atende
2.17 Certificações e Compatibilidade	
2.17.1 Deverá vir acompanhando a proposta, cópia do atestado de conformidade, para o equipamento, emitido por um órgão credenciado INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o equipamento está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment): Exigido;	Atende
2.17.2 Deverá possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU equivalentes OU Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação superiores, no mínimo: Exigido;	Atende

2.17.3 Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão): Exigido;	Atende
2.17.4 A solução deve ser compatível com o SO Windows: Exigido;	Atende
2.17.5 Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado se responsabiliza pelo mecanismo de logística reversa. Será apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos: Exigido.	Atende
2.18 Sistema Operacional	
2.18.1 Deverá ser fornecida licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 11, versão Profissional 64 bits, com build atualizada à ocasião da entrega, em modalidade OEM, pré-instalada na imagem oferecida pela CONTRATANTE, para uso corporativo, em português do Brasil (PT-BR), com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhada de todos os drivers de dispositivos do equipamento e da respectiva documentação. Exigido.	Atende
2.18.2 O sistema operacional terá atualização para a versão mais recente, sempre que disponibilizada pelo fabricante, pelo período mínimo da garantia contratual.	Atende
2.19 Requisitos de Hardware	
2.19.1 Suporte para UEFI (Unified Extensible Firmware Interface).	Atende
2.19.2 Placa-mãe compatível com a customização de imagens de boot.	Atende
2.19.3 Armazenamento suficiente na BIOS/UEFI para suportar a imagem/logo personalizada.	Atende
2.19.4 A BIOS deve suportar a customização de uma logo/imagem do CONTRATANTE no boot de inicialização do Sistema Operacional Windows do notebook;	Atende
2.19.5 Drivers e firmware atualizados para garantir compatibilidade com a personalização.	Atende
2.20 Especificação da Imagem	
2.20.1 Formato de Arquivo: JPEG, PNG ou BMP;	Atende
2.20.2 Resolução Máxima: 800x600 pixels (ou conforme especificado pelo fabricante do notebook);	Atende
2.20.3 Tamanho Máximo do Arquivo: 2 MB;	Atende
2.20.4 Paleta de Cores: 24-bit True Color.	Atende
2.21 Considerações de Segurança	
2.21.1 Acesso restrito à BIOS/UEFI para evitar alterações não autorizadas;	Atende
2.21.2 Backup da configuração original da BIOS/UEFI antes de realizar a customização;	Atende
2.21.3 Verificação de integridade da imagem/logo para garantir que não contenha malware ou código malicioso.	Atende
2.22 Garantia e Conformidade	
2.22.1 Garantir que a customização da tela de inicialização não viole os termos de garantia do notebook;	Atende
2.22.2 Conformidade com normas e regulamentações aplicáveis ao uso e personalização de BIOS/UEFI.	Atende
2.22.2 Conformidade com normas e regulamentações aplicáveis ao uso e	
2.23.1 O período de Garantia Técnica, deverá ser considerado o prazo de 48 (quarenta e oito) meses para o Notebook, e para a bateria deve ser considerado o mínimo de 36 (trinta e seis) meses on-site, conforme determina a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023. Caso o vencedor do certame seja, também, o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo a licitante vencedora totalmente responsável por tais serviços: Exigido.	Atende
2.23.2 Para os equipamentos de televisor e câmera de videoconferência, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas atualizações o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses on site.	Atende
2.24 Manual	
2.24.1 Manual do usuário em português impresso ou online.	Atende

APÊNDICE "A" - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TIC	
3. ITEM 3 - CÂMERA DE VÍDEO CONFERÊNCIA	Logitech BCC950
3.1 Vídeo	
3.1.1 Full HD (até 1920 x 1080 pixels);	Atende
3.1.2 HD 720P (até 1280 x 720 pixels).	Atende
3.2 Resolução FPS	
3.2.1 1080p/30qps;	Atende
3.2.2 720p/60qps.	Atende
3.3 Tipo de Foco	
3.3.1 Foco automático.	Atende
3.4 Microfone integrado	
3.4.1 Unidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro;	Atende
3.4.2 Estéreo;	Atende
3.4.3 Viva-voz duplex completo e integrado;	Atende
3.4.4 Com cancelamento de ruído.	Atende
3.5 Alcance do microfone	
3.5.1 Mínimo de 2,4 m de diâmetro.	Atende
3.6 Campo de visão (CDV) diagonal	
3.6.1 Diagonal: mínimo 78°;	Atende
3.6.2 Horizontal: mínimo 70,42°;	Atende
3.6.3 Vertical: mínimo 43,3°.	Atende
3.7 Correção de Luz Automático	Atende
3.7.1 Permitir ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação. Ex: LightBoost, HDR Vídeo Support, Rightlight 2, TrueLight, Auto Light Adjustment, RealSense Depth Technology, Smart Auto Framing, Image Enhancements, Backlight Compensation (BLC), Wide Dynamic Range (WDR), Sony Exmor R CMOS Sensor, entre outras tecnologias disponíveis no mercado.	Atende
3.7.2 Tecnologia que mantenha uma imagem nítida em diversas condições de iluminação, mesmo com pouca luz.	Atende
3.8 Frequência	
3.8.1 Resposta de frequência: 200hz – 8khz;	Atende
3.8.2 Resposta de frequência: 220hz – 20khz;	Atende
3.8.3 Saída máx.: 80db spl @ 0,3m.	Atende
3.9 Zoom digital	
3.9.1 Mínimo de 1.2x.	Atende
3.10 Recursos	
3.10.1 Câmera motorizada;	Atende
3.10.2 Controles para início/encerramento de chamadas;	Atende
3.10.3 Caixa de som omnidirecional;	Atende
3.10.4 LED de indicação de uso da câmera;	Atende
3.10.5 Câmera projetada para uso sobre a mesa.	Atende
3.11 Controle remoto	
3.11.1 Alcance mínimo de 3m;	Atende
3.11.2 Bateria CR2032 (incluída).	Atende
3.12 Cabos/alimentação	
3.12.1 Adaptador de força AC;	Atende
3.12.2 Cabo de energia mínimo de 2m;	Atende
3.12.3 Cabo USB mínimo de 2m.	Atende
3.13 Compatibilidade	
3.13.1 Windows 10 ou superior.	Atende
3.14 Conectividade USB	
3.14.1 USB-A Plug-and-play	Atende
3.15 Manual	
3.15.1 Manual do usuário em português, impresso ou online.	Atende



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE B - LOCALIDADES PARA ENTREGA

Total de Municípios contemplados: 4.515								
Quantitativo total de kits: 12.779								
Grupo	Total por Grupo	Região	Total por Região	Estado	Quantitativo por Estado	Município	Quantitativo por Município	IBGE
1	6403	Centro-oeste	1086	Distrito Federal	15	BRÁSILIA	15	530010
		Centro-oeste		Goiás	537	ABADIÂNIA	2	520010
		Centro-oeste		Goiás		ACREÚNA	2	520013
		Centro-oeste		Goiás		ADELÂNDIA	1	520015
		Centro-oeste		Goiás		ÁGUA FRIA DE GOIÁS	1	520017
		Centro-oeste		Goiás		ÁGUA LIMPA	1	520020
		Centro-oeste		Goiás		ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	11	520025
		Centro-oeste		Goiás		ALEXÂNIA	4	520030
		Centro-oeste		Goiás		ALOÂNDA	1	520050
		Centro-oeste		Goiás		ALTO HORIZONTE	1	520055
		Centro-oeste		Goiás		ALVORADA DO NORTE	1	520080
		Centro-oeste		Goiás		AMERICANO DO BRASIL	1	520085
		Centro-oeste		Goiás		AMORINÓPOLIS	1	520090
		Centro-oeste		Goiás		ANÁPOLIS	11	520110
		Centro-oeste		Goiás		ANICUNS	2	520130
		Centro-oeste		Goiás		APARECIDA DE GOIÂNIA	18	520140
		Centro-oeste		Goiás		APORÉ	1	520150
		Centro-oeste		Goiás		ARAÇU	1	520160
		Centro-oeste		Goiás		ARAGARÇAS	2	520170
		Centro-oeste		Goiás		ARAGOIÂNIA	2	520180
		Centro-oeste		Goiás		ARAGUAPAZ	1	520215
		Centro-oeste		Goiás		ARENÓPOLIS	1	520235
		Centro-oeste		Goiás		AURILÂNDIA	1	520260
		Centro-oeste		Goiás		AVELINÓPOLIS	1	520280
		Centro-oeste		Goiás		BALIZA	1	520310
		Centro-oeste		Goiás		BARRO ALTO	1	520320
		Centro-oeste		Goiás		BELA VISTA DE GOIÁS	4	520330
		Centro-oeste		Goiás		BOM JARDIM DE GOIÁS	1	520340
		Centro-oeste		Goiás		BOM JESUS DE GOIÁS	4	520350
		Centro-oeste		Goiás		BRAZABRANTES	1	520360
		Centro-oeste		Goiás		BRITÂNIA	1	520380
		Centro-oeste		Goiás		BURITI ALEGRE	2	520390
		Centro-oeste		Goiás		BURITI DE GOIÁS	1	520393
		Centro-oeste		Goiás		CABECEIRAS	1	520400
		Centro-oeste		Goiás		CACHOEIRA ALTA	2	520410
		Centro-oeste		Goiás		CACHOEIRA DE GOIÁS	1	520420
		Centro-oeste		Goiás		CAÇU	2	520430
		Centro-oeste		Goiás		CAIAPÔNIA	2	520440
		Centro-oeste		Goiás		CALDAS NOVAS	8	520450
		Centro-oeste		Goiás		CAMPESTRE DE GOIÁS	1	520460
		Centro-oeste		Goiás		CAMPINAÇU	1	520465
		Centro-oeste		Goiás		CAMPINORTE	2	520470
		Centro-oeste		Goiás		CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	1	520480
		Centro-oeste		Goiás		CAMPO LIMPO DE GOIÁS	1	520485
		Centro-oeste		Goiás		CAMPOS BELOS	2	520490
		Centro-oeste		Goiás		CAMPOS VERDES	1	520495
		Centro-oeste		Goiás		CARMO DO RIO VERDE	1	520500
		Centro-oeste		Goiás		CASTELÂNDIA	1	520505
		Centro-oeste		Goiás		CATALÃO	11	520510
		Centro-oeste		Goiás		CATURAÍ	1	520520
		Centro-oeste		Goiás		CAVALCANTE	1	520530
		Centro-oeste		Goiás		CERES	4	520540
		Centro-oeste		Goiás		CEZARINA	1	520545
		Centro-oeste		Goiás		CHAPADÃO DO CÉU	2	520547
		Centro-oeste		Goiás		CIDADE OCIDENTAL	8	520549
		Centro-oeste		Goiás		COCALZINHO DE GOIÁS	4	520551
		Centro-oeste		Goiás		COLINAS DO SUL	1	520552
		Centro-oeste		Goiás		CÓRREGO DO OURO	1	520570
		Centro-oeste		Goiás		CORUMBÁ DE GOIÁS	2	520580
		Centro-oeste		Goiás		CORUMBAIBA	1	520590
		Centro-oeste		Goiás		CRISTALINA	8	520620
		Centro-oeste		Goiás		CRISTIANÓPOLIS	1	520630
		Centro-oeste		Goiás		CRIXÁS	2	520640
		Centro-oeste		Goiás		CROMÍNIA	1	520650
		Centro-oeste		Goiás		CUMARI	1	520660
		Centro-oeste		Goiás		DAMIANÓPOLIS	1	520670
		Centro-oeste		Goiás		DAMOLÂNDIA	1	520680
		Centro-oeste		Goiás		DAVINÓPOLIS	1	520690
		Centro-oeste		Goiás		DIORAMA	1	520710
		Centro-oeste		Goiás		DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	1	520830
		Centro-oeste		Goiás		DOVERLÂNDIA	1	520725
		Centro-oeste		Goiás		EDEALINA	1	520735
		Centro-oeste		Goiás		EDEIA	2	520740
		Centro-oeste		Goiás		ESTRELA DO NORTE	1	520750
		Centro-oeste		Goiás		FAINA	1	520753

Centro-oeste	Mato Grosso	MATUPÁ	4	510560
Centro-oeste	Mato Grosso	MIRASSOL D'OESTE	4	510562
Centro-oeste	Mato Grosso	NOBRES	2	510590
Centro-oeste	Mato Grosso	NORTELÂNDIA	1	510600
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA BANDEIRANTES	2	510615
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA CANAÃ DO NORTE	2	510621
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA GUARITA	1	510880
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA LACERDA	1	510618
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA MARILÂNDIA	1	510885
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA MARINGÁ	1	510890
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA MONTE VERDE	1	510895
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA MUTUM	7	510622
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA NAZARÉ	1	510617
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA OLÍMPIA	2	510623
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA SANTA HELENA	1	510619
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA UBIRATÃ	1	510624
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVA XAVANTINA	4	510625
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVO HORIZONTE DO NORTE	1	510627
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVO MUNDO	1	510626
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVO SANTO ANTÔNIO	1	510631
Centro-oeste	Mato Grosso	NOVO SÃO JOAQUIM	1	510628
Centro-oeste	Mato Grosso	PARANAÍTA	2	510629
Centro-oeste	Mato Grosso	PARANATINGA	4	510630
Centro-oeste	Mato Grosso	PEDRA PRETA	2	510637
Centro-oeste	Mato Grosso	PEIXOTO DE AZEVEDO	4	510642
Centro-oeste	Mato Grosso	PLANALTO DA SERRA	1	510645
Centro-oeste	Mato Grosso	POCONÉ	4	510650
Centro-oeste	Mato Grosso	PONTAL DO ARAGUAIA	1	510665
Centro-oeste	Mato Grosso	PONTE BRANCA	1	510670
Centro-oeste	Mato Grosso	PONTES E LACERDA	8	510675
Centro-oeste	Mato Grosso	PORTO ALEGRE DO NORTE	2	510677
Centro-oeste	Mato Grosso	PORTO DOS GAÚCHOS	1	510680
Centro-oeste	Mato Grosso	PORTO ESPERIDIÃO	2	510682
Centro-oeste	Mato Grosso	PORTO ESTRELA	1	510685
Centro-oeste	Mato Grosso	POXORÉO	4	510700
Centro-oeste	Mato Grosso	PRIMAVERA DO LESTE	8	510704
Centro-oeste	Mato Grosso	QUERÊNCIA	4	510706
Centro-oeste	Mato Grosso	RESERVA DO CABAÇAL	1	510715
Centro-oeste	Mato Grosso	RIBEIRÃO CASCALHEIRA	2	510718
Centro-oeste	Mato Grosso	RIBEIRÃOZINHO	1	510719
Centro-oeste	Mato Grosso	RONDOLÂNDIA	1	510757
Centro-oeste	Mato Grosso	RONDONÓPOLIS	11	510760
Centro-oeste	Mato Grosso	ROSÁRIO OESTE	2	510770
Centro-oeste	Mato Grosso	SALTO DO CÉU	1	510775
Centro-oeste	Mato Grosso	SANTA CRUZ DO XINGU	1	510774
Centro-oeste	Mato Grosso	SANTA RITA DO TRIVELATO	1	510776
Centro-oeste	Mato Grosso	SANTA TEREZINHA	1	510777
Centro-oeste	Mato Grosso	SANTO ANTÔNIO DO LESTE	1	510779
Centro-oeste	Mato Grosso	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	1	510780
Centro-oeste	Mato Grosso	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	2	510785
Centro-oeste	Mato Grosso	SÃO JOSÉ DO POVO	1	510729
Centro-oeste	Mato Grosso	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	2	510730
Centro-oeste	Mato Grosso	SÃO JOSÉ DO XINGU	1	510735
Centro-oeste	Mato Grosso	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	2	510710
Centro-oeste	Mato Grosso	SÃO PEDRO DA CIPA	1	510740
Centro-oeste	Mato Grosso	SAPEZAL	4	510787
Centro-oeste	Mato Grosso	SERRA NOVA DOURADA	1	510788
Centro-oeste	Mato Grosso	SINOP	10	510790
Centro-oeste	Mato Grosso	SORRISO	11	510792
Centro-oeste	Mato Grosso	TABAPORÃ	1	510794
Centro-oeste	Mato Grosso	TANGARÁ DA SERRA	11	510795
Centro-oeste	Mato Grosso	TAPURAH	2	510800
Centro-oeste	Mato Grosso	TERRA NOVA DO NORTE	2	510805
Centro-oeste	Mato Grosso	TESOURO	1	510810
Centro-oeste	Mato Grosso	TORIXORÉU	1	510820
Centro-oeste	Mato Grosso	UNIÃO DO SUL	1	510830
Centro-oeste	Mato Grosso	VALE DE SÃO DOMINGOS	1	510835
Centro-oeste	Mato Grosso	VÁRZEA GRANDE	6	510840
Centro-oeste	Mato Grosso	VERA	2	510850
Centro-oeste	Mato Grosso	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	2	510550
Centro-oeste	Mato Grosso	VILA RICA	2	510860
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ÁGUA CLARA	2	500020
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ALCINÓPOLIS	1	500025
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	AMAMBAI	4	500060
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ANASTÁCIO	4	500070
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ANAUROLÂNDIA	1	500080
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ANGÉLICA	2	500085
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ANTÔNIO JOÃO	1	500090
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	APARECIDA DO TABOADO	2	500100
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	AQUIDAUANA	4	500110
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	ARAL MOREIRA	2	500124
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BANDEIRANTES	1	500150
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BATAGUASSU	4	500190
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BATAYPORÃ	2	500200
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BELA VISTA	4	500210
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BODOQUENA	1	500215
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BONITO	2	500220
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	BRASILÂNDIA	2	500230
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CAARAPÓ	4	500240
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CAMAPUÃ	2	500260
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CAMPO GRANDE	14	500270
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CARACOL	1	500280
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CASSILÂNDIA	3	500290
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CHAPADÃO DO SUL	4	500295
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CORGUINHO	1	500310
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CORONEL SAPUCAIA	2	500315
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	CORUMBÁ	6	500320
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	COSTA RICA	4	500325

Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		COXIM	4	500330
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		DOIS IRMÃOS DO BURITI	2	500348
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		DOURADINA	1	500350
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		ELDORADO	2	500375
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		FÁTIMA DO SUL	3	500380
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		FIGUEIRÃO	1	500390
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		GLÓRIA DE DOURADOS	2	500400
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		GUIA LOPES DA LAGUNA	1	500410
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		IGUATEMI	1	500430
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		INOCÊNCIA	1	500440
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		ITAPORÃ	4	500450
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		ITAQUIRAÍ	2	500460
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		IVINHEMA	4	500470
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		JAPORÃ	1	500480
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		JARDIM	4	500500
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		JATEÍ	1	500510
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		JUTI	1	500515
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		LADÁRIO	3	500520
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		LAGUNA CARAPÃ	1	500525
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		MARACAU	4	500540
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		MIRANDA	3	500560
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		NAVIRAÍ	8	500570
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		NIOAQUE	2	500580
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		NOVA ALVORADA DO SUL	4	500600
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		NOVA ANDRADINA	8	500620
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		NOVO HORIZONTE DO SUL	1	500625
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		PARANAÍBA	4	500630
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		PARANHOS	2	500635
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		PEDRO GOMES	1	500640
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		PONTA PORÃ	8	500660
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		PORTO MURTINHO	2	500690
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		RIBAS DO RIO PARDO	4	500710
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		RIO BRILHANTE	4	500720
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		RIO VERDE DE MATO GROSSO	2	500740
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		SANTA RITA DO PARDO	1	500755
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		SÃO GABRIEL DO OESTE	4	500769
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		SELVÍRIA	1	500780
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		SETE QUEDAS	2	500770
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		SONORA	2	500793
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		TACURU	2	500795
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		TAQUARUSSU	1	500797
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		TRÊS LAGOAS	11	500830
Centro-oeste		Mato Grosso do Sul		VICENTINA	1	500840
Norte	1236	Acre	41	ACRELÂNDIA	2	120001
Norte		Acre		ASSIS BRASIL	1	120005
Norte		Acre		BRASILEIA	4	120010
Norte		Acre		BUJARI	2	120013
Norte		Acre		CAPIXABA	2	120017
Norte		Acre		CRUZEIRO DO SUL	2	120020
Norte		Acre		EPITACIOLÂNDIA	2	120025
Norte		Acre		FEIJÓ	4	120030
Norte		Acre		JORDÃO	1	120032
Norte		Acre		MÂNCIO LIMA	1	120033
Norte		Acre		MANOEL URBANO	2	120034
Norte		Acre		MARECHAL THAUMATURGO	2	120035
Norte		Acre		PLÁCIDO DE CASTRO	1	120038
Norte		Acre		PORTO ACRE	2	120080
Norte		Acre		PORTO WALTER	1	120039
Norte		Acre		RODRIGUES ALVES	1	120042
Norte		Acre		SANTA ROSA DO PURUS	1	120043
Norte		Acre		SENA MADUREIRA	4	120050
Norte		Acre		SENADOR GUIOMARD	1	120045
Norte		Acre		TARAUACÁ	3	120060
Norte		Acre		XAPURI	2	120070
Norte		Amapá	37	AMAPÁ	1	160010
Norte		Amapá		CALÇOENE	2	160020
Norte		Amapá		CUTIAS	1	160021
Norte		Amapá		FERREIRA GOMES	1	160023
Norte		Amapá		ITAUBAL	1	160025
Norte		Amapá		LARANJAL DO JARI	4	160027
Norte		Amapá		MACAPÁ	11	160030
Norte		Amapá		MAZAGÃO	4	160040
Norte		Amapá		OIAPOQUE	4	160050
Norte		Amapá		PEDRA BRANCA DO AMAPARI	2	160015
Norte		Amapá		PORTO GRANDE	2	160053
Norte		Amapá		PRACUÚBA	1	160055
Norte		Amapá		SERRA DO NAVIO	1	160005
Norte		Amapá		TARTARUGALZINHO	2	160070
Norte		Amazonas	227	ALVARÃES	2	130002
Norte		Amazonas		AMATURÁ	2	130006
Norte		Amazonas		ANAMÃ	1	130008
Norte		Amazonas		ANORI	2	130010
Norte		Amazonas		APUÍ	4	130014
Norte		Amazonas		ATALAIA DO NORTE	1	130020
Norte		Amazonas		AUTAZES	4	130030
Norte		Amazonas		BARCELOS	2	130040
Norte		Amazonas		BARREIRINHA	2	130050
Norte		Amazonas		BENJAMIN CONSTANT	4	130060
Norte		Amazonas		BERURI	4	130063
Norte		Amazonas		BOA VISTA DO RAMOS	2	130068
Norte		Amazonas		BOCA DO ACRE	4	130070
Norte		Amazonas		BORBA	4	130080
Norte		Amazonas		CAAPIRANGA	2	130083
Norte		Amazonas		CANUTAMA	2	130090
Norte		Amazonas		CARAUAÍ	4	130100
Norte		Amazonas		CAREIRO	2	130110
Norte		Amazonas		CAREIRO DA VÁRZEA	2	130115
Norte		Amazonas		COARI	8	130120

Norte	Amazonas		CODAJÁS	4	130130
Norte	Amazonas		EIRUNEPÉ	4	130140
Norte	Amazonas		ENVIRA	2	130150
Norte	Amazonas		FONTE BOA	4	130160
Norte	Amazonas		GUAJARÁ	2	130165
Norte	Amazonas		HUMAITÁ	8	130170
Norte	Amazonas		IPIXUNA	4	130180
Norte	Amazonas		IRANDUBA	8	130185
Norte	Amazonas		ITACOATIARA	7	130190
Norte	Amazonas		ITAMARATI	2	130195
Norte	Amazonas		ITAPIRANGA	2	130200
Norte	Amazonas		JAPURÁ	1	130210
Norte	Amazonas		JURUÁ	2	130220
Norte	Amazonas		JUTÁI	2	130230
Norte	Amazonas		LÁBREA	4	130240
Norte	Amazonas		MANACAPURU	11	130250
Norte	Amazonas		MANAQUIRI	1	130255
Norte	Amazonas		MANAUS	10	130260
Norte	Amazonas		MANICORÉ	8	130270
Norte	Amazonas		MARAA	2	130280
Norte	Amazonas		MAUÉS	7	130290
Norte	Amazonas		NHAMUNDÁ	4	130300
Norte	Amazonas		NOVA OLINDA DO NORTE	2	130310
Norte	Amazonas		NOVO AIRÃO	2	130320
Norte	Amazonas		NOVO ARIPUANÁ	4	130330
Norte	Amazonas		PARINTINS	10	130340
Norte	Amazonas		PAUINI	2	130350
Norte	Amazonas		PRESIDENTE FIGUEIREDO	4	130353
Norte	Amazonas		RIO PRETO DA EVA	4	130356
Norte	Amazonas		SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	2	130360
Norte	Amazonas		SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	2	130370
Norte	Amazonas		SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	5	130380
Norte	Amazonas		SÃO PAULO DE OLIVENÇA	3	130390
Norte	Amazonas		SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ	2	130395
Norte	Amazonas		TABATINGA	8	130406
Norte	Amazonas		TAPAUÁ	2	130410
Norte	Amazonas		TEFÉ	8	130420
Norte	Amazonas		TONANTINS	2	130423
Norte	Amazonas		UARINI	2	130426
Norte	Amazonas		URUCARÁ	2	130430
Norte	Amazonas		URUCURITUBA	4	130440
Norte	Pará	632	ABATETUBA	9	150010
Norte	Pará		ABEL FIGUEIREDO	1	150013
Norte	Pará		ACARÁ	1	150020
Norte	Pará		AFUÁ	4	150030
Norte	Pará		ÁGUA AZUL DO NORTE	2	150034
Norte	Pará		ALENQUER	8	150040
Norte	Pará		ALMEIRIM	4	150050
Norte	Pará		ALTAMIRA	11	150060
Norte	Pará		ANAJÁS	4	150070
Norte	Pará		ANANINDEUA	10	150080
Norte	Pará		ANAPU	4	150085
Norte	Pará		AUGUSTO CORRÊA	4	150090
Norte	Pará		AURORA DO PARÁ	4	150095
Norte	Pará		AVEIRO	2	150100
Norte	Pará		BAGRE	4	150110
Norte	Pará		BAIÃO	8	150120
Norte	Pará		BANNACH	1	150125
Norte	Pará		BARCARENA	11	150130
Norte	Pará		BELEM	18	150140
Norte	Pará		BELTERRA	2	150145
Norte	Pará		BENEVIDES	8	150150
Norte	Pará		BOM JESUS DO TOCANTINS	2	150157
Norte	Pará		BONITO	2	150160
Norte	Pará		BRAGANÇA	9	150170
Norte	Pará		BRASIL NOVO	2	150172
Norte	Pará		BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	1	150175
Norte	Pará		BREU BRANCO	4	150178
Norte	Pará		BREVES	9	150180
Norte	Pará		BUJARU	4	150190
Norte	Pará		CACHOEIRA DO ARARI	4	150200
Norte	Pará		CACHOEIRA DO PIRIÁ	1	150195
Norte	Pará		CAMETÁ	8	150210
Norte	Pará		CANAÃ DOS CARAJÁS	8	150215
Norte	Pará		CAPANEMA	8	150220
Norte	Pará		CAPITÃO POÇO	8	150230
Norte	Pará		CASTANHAL	1	150240
Norte	Pará		CHAVES	4	150250
Norte	Pará		COLARES	2	150260
Norte	Pará		CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	4	150270
Norte	Pará		CONCÓRDIA DO PARÁ	3	150275
Norte	Pará		CURIONÓPOLIS	2	150277
Norte	Pará		CURRALINHO	4	150280
Norte	Pará		CURUÁ	2	150285
Norte	Pará		CURUÇÁ	4	150290
Norte	Pará		DOM ELISEU	8	150293
Norte	Pará		ELDORADO DOS CARAJÁS	3	150295
Norte	Pará		FLORESTA DO ARAGUAIA	2	150304
Norte	Pará		GARRAFÃO DO NORTE	4	150307
Norte	Pará		GOIANÉSIA DO PARÁ	3	150309
Norte	Pará		GURUPÁ	4	150310
Norte	Pará		IGARAPÉ-AÇU	4	150320
Norte	Pará		IGARAPÉ-MIRI	8	150330
Norte	Pará		IPIXUNA DO PARÁ	4	150345
Norte	Pará		IRITUIA	4	150350
Norte	Pará		ITAITUBA	10	150360
Norte	Pará		ITUPIRANGA	8	150370
Norte	Pará		JACAREACANGA	4	150375

Norte	Pará	JACUNDÁ	4	150380
Norte	Pará	JURUTI	8	150390
Norte	Pará	LIMOEIRO DO AJURU	3	150400
Norte	Pará	MÃE DO RIO	4	150405
Norte	Pará	MAGALHÃES BARATA	1	150410
Norte	Pará	MARABÁ	11	150420
Norte	Pará	MARACANÃ	4	150430
Norte	Pará	MARAPANIM	4	150440
Norte	Pará	MARITUBA	11	150442
Norte	Pará	MEDICILÂNDIA	4	150445
Norte	Pará	MELGAÇO	4	150450
Norte	Pará	MOCAUUBA	4	150460
Norte	Pará	MOJU	8	150470
Norte	Pará	MOJUÍ DOS CAMPOS	1	150475
Norte	Pará	MONTE ALEGRE	4	150480
Norte	Pará	MUANÁ	4	150490
Norte	Pará	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	4	150495
Norte	Pará	NOVA IPIXUNA	2	150497
Norte	Pará	NOVA TIMBOTEUA	1	150500
Norte	Pará	NOVO PROGRESSO	4	150503
Norte	Pará	NOVO REPARTIMENTO	8	150506
Norte	Pará	ÓBIDOS	8	150510
Norte	Pará	OEIRAS DO PARÁ	4	150520
Norte	Pará	ORIXIMINÁ	4	150530
Norte	Pará	OURÉM	2	150540
Norte	Pará	OURILÂNDIA DO NORTE	4	150543
Norte	Pará	PACAJÁ	4	150548
Norte	Pará	PALESTINA DO PARÁ	1	150549
Norte	Pará	PARAGOMINAS	11	150550
Norte	Pará	PARAUAPEBAS	11	150553
Norte	Pará	PAU D'ARCO	1	150555
Norte	Pará	PEIXE-BOI	1	150560
Norte	Pará	PIÇARRA	2	150563
Norte	Pará	PLACAS	2	150565
Norte	Pará	PONTA DE PEDRAS	2	150570
Norte	Pará	PORTEL	7	150580
Norte	Pará	PORTO DE MOZ	4	150590
Norte	Pará	PRAINHA	4	150600
Norte	Pará	PRIMAVERA	2	150610
Norte	Pará	QUATIPURU	2	150611
Norte	Pará	REDENÇÃO	7	150613
Norte	Pará	RONDON DO PARÁ	8	150618
Norte	Pará	RURÓPOLIS	3	150619
Norte	Pará	SALINÓPOLIS	4	150620
Norte	Pará	SALVATERRA	4	150630
Norte	Pará	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	2	150635
Norte	Pará	SANTA CRUZ DO ARARI	1	150640
Norte	Pará	SANTA ISABEL DO PARÁ	8	150650
Norte	Pará	SANTA LUZIA DO PARÁ	2	150655
Norte	Pará	SANTA MARIA DO PARÁ	4	150660
Norte	Pará	SANTANA DO ARAGUAIA	4	150670
Norte	Pará	SANTARÉM	11	150680
Norte	Pará	SANTARÉM NOVO	1	150690
Norte	Pará	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	4	150700
Norte	Pará	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	2	150710
Norte	Pará	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	4	150715
Norte	Pará	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	4	150720
Norte	Pará	SÃO FÉLIX DO XINGU	8	150730
Norte	Pará	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	2	150740
Norte	Pará	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	3	150745
Norte	Pará	SÃO JOÃO DA PONTA	1	150746
Norte	Pará	SÃO JOÃO DE PIRABAS	2	150747
Norte	Pará	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	2	150750
Norte	Pará	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	8	150760
Norte	Pará	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	4	150770
Norte	Pará	SAPUCAIA	1	150775
Norte	Pará	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2	150780
Norte	Pará	SOURE	4	150790
Norte	Pará	TAILÂNDIA	8	150795
Norte	Pará	TERRA ALTA	2	150796
Norte	Pará	TERRA SANTA	2	150797
Norte	Pará	TOMÉ-AÇU	4	150800
Norte	Pará	TRACUATEUA	4	150803
Norte	Pará	TRAIRÃO	2	150805
Norte	Pará	TUCUMÃ	4	150808
Norte	Pará	TUCURUÍ	7	150810
Norte	Pará	ULIANÓPOLIS	4	150812
Norte	Pará	URUARÁ	4	150815
Norte	Pará	VIGIA	8	150820
Norte	Pará	VISEU	8	150830
Norte	Pará	VITÓRIA DO XINGU	2	150835
Norte	Pará	XINGUARA	7	150840
Norte	Rondônia	ALTA FLORESTA D'OESTE	4	110001
Norte	Rondônia	ALTO PARAÍSO	1	110040
Norte	Rondônia	ALVORADA D'OESTE	2	110034
Norte	Rondônia	ARIQUEMES	11	110002
Norte	Rondônia	BURITIS	4	110045
Norte	Rondônia	CABIXI	1	110003
Norte	Rondônia	CACAULÂNDIA	1	110060
Norte	Rondônia	CACOAL	8	110004
Norte	Rondônia	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	1	110070
Norte	Rondônia	CANDEIAS DO JAMARI	4	110080
Norte	Rondônia	CASTANHEIRAS	1	110090
Norte	Rondônia	CEREJEIRAS	2	110005
Norte	Rondônia	COLORADO DO OESTE	2	110006
Norte	Rondônia	CORUMBIARA	1	110007
Norte	Rondônia	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	1	110100
Norte	Rondônia	GUAJARÁ-MIRIM	4	110010

Norte	Rondônia		ITAPUÁ DO OESTE	1	110110
Norte	Rondônia		JARU	8	110011
Norte	Rondônia		JI-PARANÁ	11	110012
Norte	Rondônia		MACHADINHO D'OESTE	4	110013
Norte	Rondônia		MIRANTE DA SERRA	1	110130
Norte	Rondônia		MONTE NEGRO	2	110140
Norte	Rondônia		NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	2	110014
Norte	Rondônia		NOVA UNIÃO	1	110143
Norte	Rondônia		OURO PRETO DO OESTE	4	110015
Norte	Rondônia		PARECIS	1	110145
Norte	Rondônia		PIMENTA BUENO	4	110018
Norte	Rondônia		PIMENTEIRAS DO OESTE	1	110146
Norte	Rondônia		PORTO VELHO	18	110020
Norte	Rondônia		PRESIDENTE MÉDICI	2	110025
Norte	Rondônia		RIO CRESCO	1	110026
Norte	Rondônia		ROLIM DE MOURA	8	110028
Norte	Rondônia		SANTA LUZIA D'OESTE	1	110029
Norte	Rondônia		SÃO FELIPE D'OESTE	1	110148
Norte	Rondônia		SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	2	110149
Norte	Rondônia		SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	3	110032
Norte	Rondônia		TEIXEIRÓPOLIS	1	110155
Norte	Rondônia		THEOBROMA	1	110160
Norte	Rondônia		URUPÁ	2	110170
Norte	Rondônia		VALE DO ANARI	1	110175
Norte	Rondônia		VALE DO PARAÍSO	1	110180
Norte	Roraima	44	ALTO ALEGRE	4	140005
Norte	Roraima		AMAJARI	2	140002
Norte	Roraima		BOA VISTA	11	140010
Norte	Roraima		BONFIM	2	140015
Norte	Roraima		CANTÁ	2	140017
Norte	Roraima		CARACARAÍ	4	140020
Norte	Roraima		CAROEBE	2	140023
Norte	Roraima		IRACEMA	2	140028
Norte	Roraima		MUCAJÁ	2	140030
Norte	Roraima		NORMANDIA	2	140040
Norte	Roraima		PACARAIMA	4	140045
Norte	Roraima		RORAINÓPOLIS	4	140047
Norte	Roraima		SÃO JOÃO DA BALIZA	1	140050
Norte	Roraima		SÃO LUIZ	1	140060
Norte	Roraima		UIRAMUTÁ	1	140070
Norte	Tocantins	125	ABREULÂNDIA	1	170025
Norte	Tocantins		AGUIARNÓPOLIS	1	170030
Norte	Tocantins		ALIANÇA DO TOCANTINS	1	170035
Norte	Tocantins		ALMAS	1	170040
Norte	Tocantins		ALVORADA	1	170070
Norte	Tocantins		ARAGUACEMA	1	170190
Norte	Tocantins		ARAGUAÇU	1	170200
Norte	Tocantins		ARAGUAÍNA	9	170210
Norte	Tocantins		ARRAIAS	2	170240
Norte	Tocantins		AUGUSTINÓPOLIS	2	170255
Norte	Tocantins		AXIXÁ DO TOCANTINS	1	170290
Norte	Tocantins		BABAÇULÂNDIA	1	170300
Norte	Tocantins		BARRA DO OURO	1	170307
Norte	Tocantins		BARROLÂNDIA	1	170310
Norte	Tocantins		BOM JESUS DO TOCANTINS	1	170330
Norte	Tocantins		BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	1	170360
Norte	Tocantins		BREJINHO DE NAZARÉ	1	170370
Norte	Tocantins		CACHOEIRINHA	1	170382
Norte	Tocantins		CAMPOS LINDOS	1	170384
Norte	Tocantins		CARMOLÂNDIA	1	170388
Norte	Tocantins		CENTENÁRIO	1	170410
Norte	Tocantins		CHAPADA DA NATIVIDADE	1	170510
Norte	Tocantins		CHAPADA DE AREIA	1	170460
Norte	Tocantins		COLMEIA	1	171670
Norte	Tocantins		COMBINADO	1	170555
Norte	Tocantins		CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	1	170560
Norte	Tocantins		COUTO MAGALHÃES	1	170600
Norte	Tocantins		CRISTALÂNDIA	1	170610
Norte	Tocantins		CRIXÁS DO TOCANTINS	1	170625
Norte	Tocantins		DARCINÓPOLIS	1	170650
Norte	Tocantins		DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	1	170710
Norte	Tocantins		DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	1	170720
Norte	Tocantins		DUERÉ	1	170730
Norte	Tocantins		FLADELFA	1	170770
Norte	Tocantins		FORMOSO DO ARAGUAIA	1	170820
Norte	Tocantins		FORTALEZA DO TABOCÃO	1	170825
Norte	Tocantins		GOIATINS	1	170900
Norte	Tocantins		GUARÁ	4	170930
Norte	Tocantins		GURUPI	3	170950
Norte	Tocantins		IPUEIRAS	1	170980
Norte	Tocantins		ITAGUATINS	1	171070
Norte	Tocantins		ITAPIRATINS	1	171090
Norte	Tocantins		ITAPORÁ DO TOCANTINS	1	171110
Norte	Tocantins		JAÚ DO TOCANTINS	1	171150
Norte	Tocantins		JUARINA	1	171180
Norte	Tocantins		LAGOA DA CONFUSÃO	2	171190
Norte	Tocantins		LAGOA DO TOCANTINS	1	171195
Norte	Tocantins		LAJEADO	1	171200
Norte	Tocantins		LAVANDEIRA	1	171215
Norte	Tocantins		LIZARDA	1	171240
Norte	Tocantins		LUZINÓPOLIS	1	171245
Norte	Tocantins		MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	1	171250
Norte	Tocantins		MATEIROS	1	171270
Norte	Tocantins		MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	1	171280
Norte	Tocantins		MIRACEMA DO TOCANTINS	2	171320
Norte	Tocantins		MIRANORTE	2	171330
Norte	Tocantins		MONTE SANTO DO TOCANTINS	1	171370
Norte	Tocantins		MURICILÂNDIA	1	171395

Norte		Tocantins		NAZARÉ	1	171430
Norte		Tocantins		NOVA ROSALÂNDIA	1	171500
Norte		Tocantins		NOVO ACORDO	1	171510
Norte		Tocantins		NOVO ALEGRE	1	171515
Norte		Tocantins		NOVO JARDIM	1	171525
Norte		Tocantins		OLIVEIRA DE FÁTIMA	1	171550
Norte		Tocantins		PALMAS	3	172100
Norte		Tocantins		PALMEIRANTE	1	171570
Norte		Tocantins		PALMEIRAS DO TOCANTINS	1	171380
Norte		Tocantins		PAU D'ARCO	1	171630
Norte		Tocantins		PEDRO AFONSO	1	171650
Norte		Tocantins		PEIXE	1	171660
Norte		Tocantins		PEQUIZEIRO	1	171665
Norte		Tocantins		PINDORAMA DO TOCANTINS	1	171700
Norte		Tocantins		PIRAQUÊ	1	171720
Norte		Tocantins		PIUM	1	171750
Norte		Tocantins		PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	1	171800
Norte		Tocantins		PORTO NACIONAL	1	171820
Norte		Tocantins		PRAIA NORTE	1	171830
Norte		Tocantins		PRESIDENTE KENNEDY	1	171840
Norte		Tocantins		PUGMIL	1	171845
Norte		Tocantins		RECURSOLÂNDIA	1	171850
Norte		Tocantins		RIO DA CONCEIÇÃO	1	171865
Norte		Tocantins		RIO DOS BOIS	1	171870
Norte		Tocantins		RIO SONO	1	171875
Norte		Tocantins		SANTA FÉ DO ARAGUAIA	1	171886
Norte		Tocantins		SANTA MARIA DO TOCANTINS	1	171888
Norte		Tocantins		SANTA RITA DO TOCANTINS	1	171889
Norte		Tocantins		SANTA ROSA DO TOCANTINS	1	171890
Norte		Tocantins		SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1	171900
Norte		Tocantins		SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1	172000
Norte		Tocantins		SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	1	172015
Norte		Tocantins		SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	2	172020
Norte		Tocantins		SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	1	172025
Norte		Tocantins		SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	1	172030
Norte		Tocantins		SÃO VALÉRIO	1	172049
Norte		Tocantins		SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	2	172080
Norte		Tocantins		TAIPAS DO TOCANTINS	1	172093
Norte		Tocantins		TALISMÃ	1	172097
Norte		Tocantins		TOCANTÍNIA	1	172110
Norte		Tocantins		TUPIRAMA	1	172125
Norte		Tocantins		TUPIRATINS	1	172130
Norte		Tocantins		WANDERLÂNDIA	2	172208
Norte		Tocantins		XAMBIOÁ	1	172210
Sudeste	4081	Espírito Santo	241	AFONSO CLÁUDIO	4	320010
Sudeste		Espírito Santo		ÁGUA DOCE DO NORTE	2	320016
Sudeste		Espírito Santo		ALEGRE	4	320020
Sudeste		Espírito Santo		ALFREDO CHAVES	2	320030
Sudeste		Espírito Santo		ALTO RIO NOVO	1	320035
Sudeste		Espírito Santo		ANCHIETA	4	320040
Sudeste		Espírito Santo		ARACRUZ	7	320060
Sudeste		Espírito Santo		BAIXO GUANDU	4	320080
Sudeste		Espírito Santo		BARRA DE SÃO FRANCISCO	4	320090
Sudeste		Espírito Santo		BOA ESPERANÇA	2	320100
Sudeste		Espírito Santo		BOM JESUS DO NORTE	1	320110
Sudeste		Espírito Santo		CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	9	320120
Sudeste		Espírito Santo		CARIACICA	11	320130
Sudeste		Espírito Santo		COLATINA	9	320150
Sudeste		Espírito Santo		CONCEIÇÃO DA BARRA	4	320160
Sudeste		Espírito Santo		CONCEIÇÃO DO CASTELO	2	320170
Sudeste		Espírito Santo		DOMINGOS MARTINS	4	320190
Sudeste		Espírito Santo		ECOPORANGA	4	320210
Sudeste		Espírito Santo		FUNDÃO	2	320220
Sudeste		Espírito Santo		GOVERNADOR LINDENBERG	2	320225
Sudeste		Espírito Santo		GUAÇUÍ	3	320230
Sudeste		Espírito Santo		GUARAPARI	11	320240
Sudeste		Espírito Santo		IBATIBA	4	320245
Sudeste		Espírito Santo		IBIRAÇU	2	320250
Sudeste		Espírito Santo		IBITIRAMA	1	320255
Sudeste		Espírito Santo		IRUPI	2	320265
Sudeste		Espírito Santo		ITAGUAÇU	2	320270
Sudeste		Espírito Santo		ITAPEMIRIM	4	320280
Sudeste		Espírito Santo		ITARANA	1	320290
Sudeste		Espírito Santo		IÚNA	4	320300
Sudeste		Espírito Santo		JAGUARÉ	4	320305
Sudeste		Espírito Santo		JERÔNIMO MONTEIRO	2	320310
Sudeste		Espírito Santo		JOÃO NEIVA	2	320313
Sudeste		Espírito Santo		LARANJA DA TERRA	2	320316
Sudeste		Espírito Santo		LINHARES	11	320320
Sudeste		Espírito Santo		MANTENÓPOLIS	2	320330
Sudeste		Espírito Santo		MARECHAL FLORIANO	2	320334
Sudeste		Espírito Santo		MARILÂNDIA	1	320335
Sudeste		Espírito Santo		MONTANHA	2	320350
Sudeste		Espírito Santo		MUCURICI	1	320360
Sudeste		Espírito Santo		MUNIZ FREIRE	1	320370
Sudeste		Espírito Santo		MUQUI	2	320380
Sudeste		Espírito Santo		NOVA VENÉCIA	8	320390
Sudeste		Espírito Santo		PANÇAS	2	320400
Sudeste		Espírito Santo		PEDRO CANÁRIO	4	320405
Sudeste		Espírito Santo		PINHEIROS	4	320410
Sudeste		Espírito Santo		PONTO BELO	1	320425
Sudeste		Espírito Santo		RIO BANANAL	2	320435
Sudeste		Espírito Santo		SANTA MARIA DE JETIBÁ	4	320455
Sudeste		Espírito Santo		SANTA TERESA	2	320460
Sudeste		Espírito Santo		SÃO GABRIEL DA PALHA	4	320470
Sudeste		Espírito Santo		SÃO JOSÉ DO CALÇADO	2	320480
Sudeste		Espírito Santo		SÃO ROQUE DO CANAÃ	1	320495
Sudeste		Espírito Santo		SERRA	18	320500

Sudeste	Espírito Santo	SOORETAMA	4	320501
Sudeste	Espírito Santo	VARGEM ALTA	4	320503
Sudeste	Espírito Santo	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	320506
Sudeste	Espírito Santo	VILA VELHA	18	320520
Sudeste	Espírito Santo	VITÓRIA	11	320530
Sudeste	Minas Gerais	ABADIA DOS DOURADOS	1	310010
Sudeste	Minas Gerais	ABRE CAMPO	2	310030
Sudeste	Minas Gerais	AÇUCENA	1	310050
Sudeste	Minas Gerais	ÁGUA BOA	2	310060
Sudeste	Minas Gerais	ÁGUA COMPRIDA	1	310070
Sudeste	Minas Gerais	ÁGUAS FORMOSAS	2	310090
Sudeste	Minas Gerais	ÁGUAS VERMELHAS	2	310100
Sudeste	Minas Gerais	AIMORÉS	4	310110
Sudeste	Minas Gerais	ALAGOA	1	310130
Sudeste	Minas Gerais	ALBERTINA	1	310140
Sudeste	Minas Gerais	ALÉM PARAÍBA	4	310150
Sudeste	Minas Gerais	ALFENAS	8	310160
Sudeste	Minas Gerais	ALMENARA	4	310170
Sudeste	Minas Gerais	ALPERCATA	1	310180
Sudeste	Minas Gerais	ALPINÓPOLIS	2	310190
Sudeste	Minas Gerais	ALTEROSA	2	310200
Sudeste	Minas Gerais	ALTO CAPARAÓ	1	310205
Sudeste	Minas Gerais	ALTO JEQUITIBÁ	1	315350
Sudeste	Minas Gerais	ALTO RIO DOCE	2	310210
Sudeste	Minas Gerais	ALVARENGA	1	310220
Sudeste	Minas Gerais	ALVINÓPOLIS	2	310230
Sudeste	Minas Gerais	ALVORADA DE MINAS	1	310240
Sudeste	Minas Gerais	AMPARO DO SERRA	1	310250
Sudeste	Minas Gerais	ANDRADAS	4	310260
Sudeste	Minas Gerais	ANGELÂNDIA	1	310285
Sudeste	Minas Gerais	ANTÔNIO CARLOS	1	310290
Sudeste	Minas Gerais	ARAÇUAÍ	4	310340
Sudeste	Minas Gerais	ARAGUARI	10	310350
Sudeste	Minas Gerais	ARAPONGA	1	310370
Sudeste	Minas Gerais	ARAPORÃ	1	310375
Sudeste	Minas Gerais	ARAPUÁ	1	310380
Sudeste	Minas Gerais	ARAÚJOS	1	310390
Sudeste	Minas Gerais	ARAXÁ	11	310400
Sudeste	Minas Gerais	ARCEBURGO	1	310410
Sudeste	Minas Gerais	ARCOS	4	310420
Sudeste	Minas Gerais	AREADO	2	310430
Sudeste	Minas Gerais	ARGIRITA	1	310440
Sudeste	Minas Gerais	ARICANDUVA	1	310445
Sudeste	Minas Gerais	ARINOS	1	310450
Sudeste	Minas Gerais	ASTOLFO DUTRA	2	310460
Sudeste	Minas Gerais	ATALEIA	2	310470
Sudeste	Minas Gerais	BAEPENDI	2	310490
Sudeste	Minas Gerais	BAMBUÍ	4	310510
Sudeste	Minas Gerais	BANDEIRA	1	310520
Sudeste	Minas Gerais	BARÃO DE COCAIS	4	310540
Sudeste	Minas Gerais	BARÃO DE MONTE ALTO	1	310550
Sudeste	Minas Gerais	BARBACENA	11	310560
Sudeste	Minas Gerais	BARRA LONGA	1	310570
Sudeste	Minas Gerais	BARROSO	4	310590
Sudeste	Minas Gerais	BELA VISTA DE MINAS	2	310600
Sudeste	Minas Gerais	BELO HORIZONTE	18	310620
Sudeste	Minas Gerais	BELO ORIENTE	3	310630
Sudeste	Minas Gerais	BELO VALE	1	310640
Sudeste	Minas Gerais	BERILO	1	310650
Sudeste	Minas Gerais	BETIM	11	310670
Sudeste	Minas Gerais	BICAS	2	310690
Sudeste	Minas Gerais	BOA ESPERANÇA	4	310710
Sudeste	Minas Gerais	BOCAINA DE MINAS	1	310720
Sudeste	Minas Gerais	BOM DESPACHO	8	310740
Sudeste	Minas Gerais	BOM JARDIM DE MINAS	1	310750
Sudeste	Minas Gerais	BOM JESUS DA PENHA	1	310760
Sudeste	Minas Gerais	BOM JESUS DO AMPARO	1	310770
Sudeste	Minas Gerais	BOM JESUS DO GALHO	2	310780
Sudeste	Minas Gerais	BONFIM	1	310810
Sudeste	Minas Gerais	BONFINÓPOLIS DE MINAS	1	310820
Sudeste	Minas Gerais	BONITO DE MINAS	1	310825
Sudeste	Minas Gerais	BOTELHOS	2	310840
Sudeste	Minas Gerais	BRÁS PIRES	1	310870
Sudeste	Minas Gerais	BRASILÂNDIA DE MINAS	2	310855
Sudeste	Minas Gerais	BRÁSILIA DE MINAS	4	310860
Sudeste	Minas Gerais	BRAÚNAS	1	310880
Sudeste	Minas Gerais	BRAZÓPOLIS	1	310890
Sudeste	Minas Gerais	BUENO BRANDÃO	2	310910
Sudeste	Minas Gerais	BURITIS	4	310930
Sudeste	Minas Gerais	BURITIZEIRO	4	310940
Sudeste	Minas Gerais	CABO VERDE	2	310950
Sudeste	Minas Gerais	CACHOEIRA DA PRATA	1	310960
Sudeste	Minas Gerais	CACHOEIRA DE MINAS	2	310970
Sudeste	Minas Gerais	CACHOEIRA DOURADA	1	310980
Sudeste	Minas Gerais	CAETÉ	4	311000
Sudeste	Minas Gerais	CAIANA	1	311010
Sudeste	Minas Gerais	CAJURI	1	311020
Sudeste	Minas Gerais	CALDAS	2	311030
Sudeste	Minas Gerais	CAMANDUCAIA	4	311050
Sudeste	Minas Gerais	CAMBUQUIRA	1	311070
Sudeste	Minas Gerais	CAMPANHA	2	311090
Sudeste	Minas Gerais	CAMPESTRE	3	311100
Sudeste	Minas Gerais	CAMPINA VERDE	2	311110
Sudeste	Minas Gerais	CAMPO AZUL	1	311115
Sudeste	Minas Gerais	CAMPO BELO	8	311120
Sudeste	Minas Gerais	CAMPO FLORIDO	1	311140
Sudeste	Minas Gerais	CAMPOS GERAIS	4	311160
Sudeste	Minas Gerais	CANA VERDE	1	311190

Sudeste	Minas Gerais	ENGENHEIRO CALDAS	1	312370
Sudeste	Minas Gerais	ENGENHEIRO NAVARRO	1	312380
Sudeste	Minas Gerais	ENTRE FOLHAS	1	312385
Sudeste	Minas Gerais	ENTRE RIOS DE MINAS	2	312390
Sudeste	Minas Gerais	ERVÁLIA	4	312400
Sudeste	Minas Gerais	ESMERALDAS	8	312410
Sudeste	Minas Gerais	ESPERA FELIZ	4	312420
Sudeste	Minas Gerais	ESPINOSA	4	312430
Sudeste	Minas Gerais	ESTRELA DALVA	1	312460
Sudeste	Minas Gerais	ESTRELA DO SUL	1	312480
Sudeste	Minas Gerais	EUGENÓPOLIS	2	312490
Sudeste	Minas Gerais	EWBANK DA CÂMARA	1	312500
Sudeste	Minas Gerais	EXTREMA	7	312510
Sudeste	Minas Gerais	FAMA	1	312520
Sudeste	Minas Gerais	FARIA LEMOS	1	312530
Sudeste	Minas Gerais	FELÍCIO DOS SANTOS	1	312540
Sudeste	Minas Gerais	FELIXLÂNDIA	2	312570
Sudeste	Minas Gerais	FERROS	1	312590
Sudeste	Minas Gerais	FERVEDOURO	2	312595
Sudeste	Minas Gerais	FORMIGA	8	312610
Sudeste	Minas Gerais	FORMOSO	1	312620
Sudeste	Minas Gerais	FRANCISCO BADARÓ	1	312650
Sudeste	Minas Gerais	FRANCISCO DUMONT	1	312660
Sudeste	Minas Gerais	FRANCISCO SÁ	4	312670
Sudeste	Minas Gerais	FRANCISCÓPOLIS	1	312675
Sudeste	Minas Gerais	FREI INOCÊNCIO	1	312690
Sudeste	Minas Gerais	FREI LAGONEGRO	1	312695
Sudeste	Minas Gerais	FRONTEIRA	2	312700
Sudeste	Minas Gerais	FUNILÂNDIA	1	312720
Sudeste	Minas Gerais	GALILEIA	1	312730
Sudeste	Minas Gerais	GAMELEIRAS	1	312733
Sudeste	Minas Gerais	GOIABEIRA	1	312737
Sudeste	Minas Gerais	GONZAGA	1	312750
Sudeste	Minas Gerais	GOUVEIA	2	312760
Sudeste	Minas Gerais	GOVERNADOR VALADARES	11	312770
Sudeste	Minas Gerais	GRÃO MOGOL	2	312780
Sudeste	Minas Gerais	GRUPIARA	1	312790
Sudeste	Minas Gerais	GUANHÃES	4	312800
Sudeste	Minas Gerais	GUAPÉ	2	312810
Sudeste	Minas Gerais	GUARACIABA	1	312820
Sudeste	Minas Gerais	GUARACIAMA	1	312825
Sudeste	Minas Gerais	GUARANÉSIA	2	312830
Sudeste	Minas Gerais	GUARARÁ	1	312850
Sudeste	Minas Gerais	GUARDA-MOR	1	312860
Sudeste	Minas Gerais	GUAXUPÉ	8	312870
Sudeste	Minas Gerais	GUIRICEMA	1	312900
Sudeste	Minas Gerais	GURINHATÁ	1	312910
Sudeste	Minas Gerais	HELIODORA	1	312920
Sudeste	Minas Gerais	IAPU	2	312930
Sudeste	Minas Gerais	IBERTIOGA	1	312940
Sudeste	Minas Gerais	IBIÁ	4	312950
Sudeste	Minas Gerais	IBIAÍ	1	312960
Sudeste	Minas Gerais	IBIRACATU	1	312965
Sudeste	Minas Gerais	IBIRACI	2	312970
Sudeste	Minas Gerais	IBIRITÉ	11	312980
Sudeste	Minas Gerais	IBITIÚRA DE MINAS	1	312990
Sudeste	Minas Gerais	ICARÁ DE MINAS	1	313005
Sudeste	Minas Gerais	IGARAPÉ	4	313010
Sudeste	Minas Gerais	IGARATINGA	2	313020
Sudeste	Minas Gerais	IGUATAMA	1	313030
Sudeste	Minas Gerais	IJACI	1	313040
Sudeste	Minas Gerais	ILICÍNEA	1	313050
Sudeste	Minas Gerais	IMBÉ DE MINAS	1	313055
Sudeste	Minas Gerais	INCONFIDENTES	1	313060
Sudeste	Minas Gerais	INDIANÓPOLIS	1	313070
Sudeste	Minas Gerais	INHAPIM	4	313090
Sudeste	Minas Gerais	INHAÚMA	1	313100
Sudeste	Minas Gerais	INIMUTABA	1	313110
Sudeste	Minas Gerais	IPANEMA	2	313120
Sudeste	Minas Gerais	IPATINGA	10	313130
Sudeste	Minas Gerais	IPIAÇU	1	313140
Sudeste	Minas Gerais	IPUIÚNA	1	313150
Sudeste	Minas Gerais	ITABIRINHA	1	313180
Sudeste	Minas Gerais	ITABIRITO	8	313190
Sudeste	Minas Gerais	ITACARAMBI	2	313210
Sudeste	Minas Gerais	ITAGUARA	2	313220
Sudeste	Minas Gerais	ITAIPÉ	2	313230
Sudeste	Minas Gerais	ITAMARANDIBA	4	313250
Sudeste	Minas Gerais	ITAMBACURI	4	313270
Sudeste	Minas Gerais	ITAMBÉ DO MATO DENTRO	1	313280
Sudeste	Minas Gerais	ITAMOGI	2	313290
Sudeste	Minas Gerais	ITAMONTE	2	313300
Sudeste	Minas Gerais	ITANHANDU	2	313310
Sudeste	Minas Gerais	ITANHOMI	2	313320
Sudeste	Minas Gerais	ITAOBIM	2	313330
Sudeste	Minas Gerais	ITAPAGIPE	2	313340
Sudeste	Minas Gerais	ITAPECERICA	3	313350
Sudeste	Minas Gerais	ITAPEVA	2	313360
Sudeste	Minas Gerais	ITAÚ DE MINAS	2	313375
Sudeste	Minas Gerais	ITAÚNA	8	313380
Sudeste	Minas Gerais	ITAVERAVA	1	313390
Sudeste	Minas Gerais	ITINGA	2	313400
Sudeste	Minas Gerais	ITUETA	1	313410
Sudeste	Minas Gerais	ITUÍUTABA	11	313420
Sudeste	Minas Gerais	ITUMIRIM	1	313430
Sudeste	Minas Gerais	ITURAMA	4	313440
Sudeste	Minas Gerais	ITUTINGA	1	313450
Sudeste	Minas Gerais	JABOTICATUBAS	4	313460

[illegible]

Sudeste	Minas Gerais	SERRANIA	1	316690
Sudeste	Minas Gerais	SERRANÓPOLIS DE MINAS	1	316695
Sudeste	Minas Gerais	SERRANOS	1	316700
Sudeste	Minas Gerais	SETE LAGOAS	11	316720
Sudeste	Minas Gerais	SETUBINHA	1	316555
Sudeste	Minas Gerais	SILVEIRÂNIA	1	316730
Sudeste	Minas Gerais	SIMONÉSIA	1	316760
Sudeste	Minas Gerais	SOBRÁLIA	1	316770
Sudeste	Minas Gerais	TABULEIRO	1	316790
Sudeste	Minas Gerais	TAIOBEIRAS	4	316800
Sudeste	Minas Gerais	TAPARUBA	1	316805
Sudeste	Minas Gerais	TAPIRA	1	316810
Sudeste	Minas Gerais	TAPIRAÍ	1	316820
Sudeste	Minas Gerais	TAQUARAÇU DE MINAS	1	316830
Sudeste	Minas Gerais	TARUMIRIM	2	316840
Sudeste	Minas Gerais	TEIXEIRAS	2	316850
Sudeste	Minas Gerais	TEÓFILO OTONI	11	316860
Sudeste	Minas Gerais	TIMÓTEO	8	316870
Sudeste	Minas Gerais	TIROS	1	316890
Sudeste	Minas Gerais	TOCANTINS	2	316900
Sudeste	Minas Gerais	TOCOS DO MOJI	1	316905
Sudeste	Minas Gerais	TRÊS CORAÇÕES	8	316930
Sudeste	Minas Gerais	TRÊS MARIAS	4	316935
Sudeste	Minas Gerais	TRÊS PONTAS	8	316940
Sudeste	Minas Gerais	TUMIRITINGA	1	316950
Sudeste	Minas Gerais	TUPACIGUARA	4	316960
Sudeste	Minas Gerais	UBÁ	10	316990
Sudeste	Minas Gerais	UBAÍ	1	317000
Sudeste	Minas Gerais	UBAPORANGA	2	317005
Sudeste	Minas Gerais	UBERABA	11	317010
Sudeste	Minas Gerais	UBERLÂNDIA	18	317020
Sudeste	Minas Gerais	UMBURATIBA	1	317030
Sudeste	Minas Gerais	UNAJ	8	317040
Sudeste	Minas Gerais	UNIÃO DE MINAS	1	317043
Sudeste	Minas Gerais	URUANA DE MINAS	1	317047
Sudeste	Minas Gerais	URUCÂNIA	2	317050
Sudeste	Minas Gerais	URUCUIA	1	317052
Sudeste	Minas Gerais	VARGEM ALEGRE	1	317057
Sudeste	Minas Gerais	VARGEM BONITA	1	317060
Sudeste	Minas Gerais	VARGINHA	11	317070
Sudeste	Minas Gerais	VARJÃO DE MINAS	1	317075
Sudeste	Minas Gerais	VÁRZEA DA PALMA	4	317080
Sudeste	Minas Gerais	VAZANTE	4	317100
Sudeste	Minas Gerais	VERDELÂNDIA	1	317103
Sudeste	Minas Gerais	VEREDINHA	1	317107
Sudeste	Minas Gerais	VERÍSSIMO	1	317110
Sudeste	Minas Gerais	VERMELHO NOVO	1	317115
Sudeste	Minas Gerais	VESPASIANO	11	317120
Sudeste	Minas Gerais	VIÇOSA	8	317130
Sudeste	Minas Gerais	VIEIRAS	1	317140
Sudeste	Minas Gerais	VIRGEM DA LAPA	2	317160
Sudeste	Minas Gerais	VIRGÍNIA	1	317170
Sudeste	Minas Gerais	VIRGINÓPOLIS	1	317180
Sudeste	Minas Gerais	VIRGOLÂNDIA	1	317190
Sudeste	Minas Gerais	VISCONDE DO RIO BRANCO	4	317200
Sudeste	Minas Gerais	VOLTA GRANDE	1	317210
Sudeste	Rio de Janeiro	417	11	330010
Sudeste	Rio de Janeiro	ANGRA DOS REIS	4	330023
Sudeste	Rio de Janeiro	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	8	330030
Sudeste	Rio de Janeiro	BARRA DO PIRAÍ	11	330040
Sudeste	Rio de Janeiro	BARRA MANSA	11	330070
Sudeste	Rio de Janeiro	CABO FRIO	8	330080
Sudeste	Rio de Janeiro	CACHOEIRAS DE MACACU	18	330100
Sudeste	Rio de Janeiro	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2	330110
Sudeste	Rio de Janeiro	CANTAGALO	2	330115
Sudeste	Rio de Janeiro	CARDOSO MOREIRA	4	330130
Sudeste	Rio de Janeiro	CASIMIRO DE ABREU	2	330140
Sudeste	Rio de Janeiro	CONCEIÇÃO DE MACABU	4	330150
Sudeste	Rio de Janeiro	CORDEIRO	2	330160
Sudeste	Rio de Janeiro	DUAS BARRAS	18	330170
Sudeste	Rio de Janeiro	DUQUE DE CAXIAS	8	330185
Sudeste	Rio de Janeiro	GUAPIMIRIM	4	330187
Sudeste	Rio de Janeiro	IGUABA GRANDE	11	330190
Sudeste	Rio de Janeiro	ITABORAÍ	10	330200
Sudeste	Rio de Janeiro	ITAGUAÍ	4	330210
Sudeste	Rio de Janeiro	ITAOCARA	9	330220
Sudeste	Rio de Janeiro	ITAPERUNA	4	330225
Sudeste	Rio de Janeiro	ITATIAIA	8	330227
Sudeste	Rio de Janeiro	JAPERI	1	330230
Sudeste	Rio de Janeiro	LAJE DO MURIAÉ	11	330240
Sudeste	Rio de Janeiro	MACAÉ	11	330250
Sudeste	Rio de Janeiro	MAGÉ	3	330260
Sudeste	Rio de Janeiro	MANGARATIBA	11	330270
Sudeste	Rio de Janeiro	MARICÁ	2	330280
Sudeste	Rio de Janeiro	MENDES	4	330290
Sudeste	Rio de Janeiro	MIGUEL PEREIRA	3	330300
Sudeste	Rio de Janeiro	MIRACEMA	1	330310
Sudeste	Rio de Janeiro	NATIVIDADE	7	330320
Sudeste	Rio de Janeiro	NILÓPOLIS	11	330330
Sudeste	Rio de Janeiro	NITERÓI	5	330340
Sudeste	Rio de Janeiro	NOVA FRIBURGO	18	330350
Sudeste	Rio de Janeiro	NOVA IGUAÇU	4	330360
Sudeste	Rio de Janeiro	PARACAMBI	4	330370
Sudeste	Rio de Janeiro	PARAIBA DO SUL	3	330380
Sudeste	Rio de Janeiro	PARATY	4	330385
Sudeste	Rio de Janeiro	PATY DO ALFERES	5	330390
Sudeste	Rio de Janeiro	PETRÓPOLIS	4	330395
Sudeste	Rio de Janeiro	PINHEIRAL	4	330400
Sudeste	Rio de Janeiro	PIRAÍ		

Sudeste	Rio de Janeiro		PORCIÚNCULA	2	330410
Sudeste	Rio de Janeiro		PORTO REAL	4	330411
Sudeste	Rio de Janeiro		QUATIS	2	330412
Sudeste	Rio de Janeiro		QUEIMADOS	9	330414
Sudeste	Rio de Janeiro		RESENDE	11	330420
Sudeste	Rio de Janeiro		RIO BONITO	5	330430
Sudeste	Rio de Janeiro		RIO CLARO	1	330440
Sudeste	Rio de Janeiro		RIO DAS OSTRAS	10	330452
Sudeste	Rio de Janeiro		RIO DE JANEIRO	1	330455
Sudeste	Rio de Janeiro		SANTA MARIA MADEIRA	2	330460
Sudeste	Rio de Janeiro		SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	4	330470
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO FIDÉLIS	4	330480
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	4	330475
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO GONÇALO	1	330490
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO JOÃO DA BARRA	4	330500
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO JOÃO DE MERITI	11	330510
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	4	330515
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO PEDRO DA ALDEIA	11	330520
Sudeste	Rio de Janeiro		SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	1	330530
Sudeste	Rio de Janeiro		SAPUCAIA	2	330540
Sudeste	Rio de Janeiro		SEROPÉDICA	8	330555
Sudeste	Rio de Janeiro		SILVA JARDIM	4	330560
Sudeste	Rio de Janeiro		TANGUÁ	4	330575
Sudeste	Rio de Janeiro		TERESÓPOLIS	11	330580
Sudeste	Rio de Janeiro		TRÊS RIOS	8	330600
Sudeste	Rio de Janeiro		VALENÇA	5	330610
Sudeste	Rio de Janeiro		VARRE-SAI	2	330615
Sudeste	Rio de Janeiro		VASSOURAS	3	330620
Sudeste	São Paulo	1900	ADOLFO	1	350020
Sudeste	São Paulo		AGUAÍ	4	350030
Sudeste	São Paulo		ÁGUAS DA PRATA	1	350040
Sudeste	São Paulo		ÁGUAS DE LINDÓIA	2	350050
Sudeste	São Paulo		ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	1	350055
Sudeste	São Paulo		ÁGUAS DE SÃO PEDRO	1	350060
Sudeste	São Paulo		AGUDOS	4	350070
Sudeste	São Paulo		ALFREDO MARCONDES	1	350080
Sudeste	São Paulo		ALTAIR	1	350090
Sudeste	São Paulo		ALTINÓPOLIS	2	350100
Sudeste	São Paulo		ALTO ALEGRE	1	350110
Sudeste	São Paulo		ALUMÍNIO	2	350115
Sudeste	São Paulo		ÁLVARES MACHADO	2	350130
Sudeste	São Paulo		ÁLVARO DE CARVALHO	1	350140
Sudeste	São Paulo		ALVINLÂNDIA	1	350150
Sudeste	São Paulo		AMERICANA	11	350160
Sudeste	São Paulo		AMÉRICO BRASILENSE	4	350170
Sudeste	São Paulo		AMÉRICO DE CAMPOS	1	350180
Sudeste	São Paulo		AMPARO	8	350190
Sudeste	São Paulo		ANDRADINA	8	350210
Sudeste	São Paulo		ANGATUBA	4	350220
Sudeste	São Paulo		ANHEMBI	1	350230
Sudeste	São Paulo		ANHUMAS	1	350240
Sudeste	São Paulo		APARECIDA	4	350250
Sudeste	São Paulo		APIAÍ	4	350270
Sudeste	São Paulo		ARAÇARIGUAMA	4	350275
Sudeste	São Paulo		ARAÇATUBA	10	350280
Sudeste	São Paulo		ARAÇOIABA DA SERRA	4	350290
Sudeste	São Paulo		ARAPÉ	1	350315
Sudeste	São Paulo		ARARAQUARA	11	350320
Sudeste	São Paulo		ARARAS	11	350330
Sudeste	São Paulo		ARCO-ÍRIS	1	350335
Sudeste	São Paulo		AREALVA	1	350340
Sudeste	São Paulo		AREÍÓPOLIS	2	350360
Sudeste	São Paulo		ARIRANHA	1	350370
Sudeste	São Paulo		ARTUR NOGUEIRA	8	350380
Sudeste	São Paulo		ASPÁSIA	1	350395
Sudeste	São Paulo		ASSIS	11	350400
Sudeste	São Paulo		ATIBAIA	11	350410
Sudeste	São Paulo		AURIFLAMA	2	350420
Sudeste	São Paulo		AVAÍ	1	350430
Sudeste	São Paulo		AVANHANDAVA	2	350440
Sudeste	São Paulo		AVARÉ	5	350450
Sudeste	São Paulo		BADY BASSITT	4	350460
Sudeste	São Paulo		BALBINOS	1	350470
Sudeste	São Paulo		BÁLSAMO	1	350480
Sudeste	São Paulo		BANANAL	2	350490
Sudeste	São Paulo		BARBOSA	1	350510
Sudeste	São Paulo		BARRA BONITA	4	350530
Sudeste	São Paulo		BARRA DO CHAPÉU	1	350535
Sudeste	São Paulo		BARRETOS	8	350550
Sudeste	São Paulo		BARRINHA	4	350560
Sudeste	São Paulo		BASTOS	4	350580
Sudeste	São Paulo		BAURU	4	350600
Sudeste	São Paulo		BEBEDOURO	8	350610
Sudeste	São Paulo		BENTO DE ABREU	1	350620
Sudeste	São Paulo		BILAC	1	350640
Sudeste	São Paulo		BIRIGUI	9	350650
Sudeste	São Paulo		BIRITIBA-MIRIM	4	350660
Sudeste	São Paulo		BOA ESPERANÇA DO SUL	2	350670
Sudeste	São Paulo		BOCAINA	1	350680
Sudeste	São Paulo		BOFETE	1	350690
Sudeste	São Paulo		BOITUVA	3	350700
Sudeste	São Paulo		BOM JESUS DOS PERDÕES	2	350710
Sudeste	São Paulo		BOM SUCESSO DE ITARARÉ	1	350715
Sudeste	São Paulo		BORACEIA	1	350730
Sudeste	São Paulo		BORBOREMA	2	350740
Sudeste	São Paulo		BOTUCATU	11	350750
Sudeste	São Paulo		BRAGANÇA PAULISTA	11	350760
Sudeste	São Paulo		BRODOWSKI	4	350780

[illegible]

			Sudeste		São Paulo		SÃO MANUEL	4	355010
			Sudeste		São Paulo		SÃO MIGUEL ARCANJO	4	355020
			Sudeste		São Paulo		SÃO PEDRO DO TURVO	1	355050
			Sudeste		São Paulo		SÃO ROQUE	8	355060
			Sudeste		São Paulo		SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	2	355080
			Sudeste		São Paulo		SÃO SIMÃO	2	355090
			Sudeste		São Paulo		SÃO VICENTE	11	355100
			Sudeste		São Paulo		SARAPUÍ	1	355110
			Sudeste		São Paulo		SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	1	355130
			Sudeste		São Paulo		SERRA AZUL	2	355140
			Sudeste		São Paulo		SERRA NEGRA	4	355160
			Sudeste		São Paulo		SERRANA	4	355150
			Sudeste		São Paulo		SERTÃOZINHO	8	355170
			Sudeste		São Paulo		SETE BARRAS	2	355180
			Sudeste		São Paulo		SEVERÍNIA	1	355190
			Sudeste		São Paulo		SOCORRO	4	355210
			Sudeste		São Paulo		SOROCABA	16	355220
			Sudeste		São Paulo		SUD MENNUCCI	1	355230
			Sudeste		São Paulo		SUMARÉ	8	355240
			Sudeste		São Paulo		SUZANO	11	355250
			Sudeste		São Paulo		TABAPUÃ	2	355260
			Sudeste		São Paulo		TABOÃO DA SERRA	11	355280
			Sudeste		São Paulo		TAIAÇU	1	355310
			Sudeste		São Paulo		TAIÚVA	1	355320
			Sudeste		São Paulo		TANABI	1	355340
			Sudeste		São Paulo		TAPIRAÍ	1	355350
			Sudeste		São Paulo		TAPIRATIBA	2	355360
			Sudeste		São Paulo		TAQUARAL	1	355365
			Sudeste		São Paulo		TAQUARITINGA	8	355370
			Sudeste		São Paulo		TAQUARITUBA	4	355380
			Sudeste		São Paulo		TAQUARIVAÍ	1	355385
			Sudeste		São Paulo		TARABAI	1	355390
			Sudeste		São Paulo		TARUMÃ	2	355395
			Sudeste		São Paulo		TATUI	11	355400
			Sudeste		São Paulo		TAUBATÉ	11	355410
			Sudeste		São Paulo		TEJUPÁ	1	355420
			Sudeste		São Paulo		TEODORO SAMPAIO	4	355430
			Sudeste		São Paulo		TERRA ROXA	1	355440
			Sudeste		São Paulo		TIETÊ	4	355450
			Sudeste		São Paulo		TORRE DE PEDRA	1	355465
			Sudeste		São Paulo		TORRINHA	1	355470
			Sudeste		São Paulo		TRABUJU	1	355475
			Sudeste		São Paulo		TREMEMBÉ	8	355480
			Sudeste		São Paulo		TRÊS FRONTEIRAS	1	355490
			Sudeste		São Paulo		TUIUTI	1	355495
			Sudeste		São Paulo		TUPI PAULISTA	2	355510
			Sudeste		São Paulo		TURIÚBA	1	355520
			Sudeste		São Paulo		TURMALINA	1	355530
			Sudeste		São Paulo		UBARANA	1	355535
			Sudeste		São Paulo		UBATUBA	8	355540
			Sudeste		São Paulo		UBIRAJARA	1	355550
			Sudeste		São Paulo		UCHOA	1	355560
			Sudeste		São Paulo		URU	1	355590
			Sudeste		São Paulo		URUPÊS	2	355600
			Sudeste		São Paulo		VALENTIM GENTIL	2	355610
			Sudeste		São Paulo		VALINHOS	11	355620
			Sudeste		São Paulo		VALPARAÍSO	3	355630
			Sudeste		São Paulo		VARGEM	2	355635
			Sudeste		São Paulo		VARGEM GRANDE DO SUL	4	355640
			Sudeste		São Paulo		VARGEM GRANDE PAULISTA	8	355645
			Sudeste		São Paulo		VÁRZEA PAULISTA	11	355650
			Sudeste		São Paulo		VERA CRUZ	2	355660
			Sudeste		São Paulo		VINHEDO	2	355670
			Sudeste		São Paulo		VIRADOURO	2	355680
			Sudeste		São Paulo		VISTA ALEGRE DO ALTO	1	355690
			Sudeste		São Paulo		VITÓRIA BRASIL	1	355695
			Sudeste		São Paulo		VOTORANTIM	11	355700
			Nordeste	4417	Alagoas	239	ÁGUA BRANCA	2	270010
			Nordeste		Alagoas		ANADIA	2	270020
			Nordeste		Alagoas		ARAPIRACA	11	270030
			Nordeste		Alagoas		ATALAIA	4	270040
			Nordeste		Alagoas		BARRA DE SANTO ANTÔNIO	2	270050
			Nordeste		Alagoas		BARRA DE SÃO MIGUEL	1	270060
			Nordeste		Alagoas		BATALHA	1	270070
			Nordeste		Alagoas		BELÉM	1	270080
			Nordeste		Alagoas		BELO MONTE	1	270090
			Nordeste		Alagoas		BOCA DA MATA	3	270100
			Nordeste		Alagoas		CACIMBINHAS	1	270120
			Nordeste		Alagoas		CAJUEIRO	2	270130
			Nordeste		Alagoas		CAMPESTRE	1	270135
			Nordeste		Alagoas		CAMPO ALEGRE	4	270140
			Nordeste		Alagoas		CAMPO GRANDE	1	270150
			Nordeste		Alagoas		CANAPI	2	270160
			Nordeste		Alagoas		CAPELA	2	270170
			Nordeste		Alagoas		CHÃ PRETA	1	270190
			Nordeste		Alagoas		COITÉ DO NÓIA	1	270200
			Nordeste		Alagoas		COLÔNIA LEOPOLDINA	2	270210
			Nordeste		Alagoas		COQUEIRO SECO	1	270220
			Nordeste		Alagoas		CORURIBE	6	270230
			Nordeste		Alagoas		CRAÍBAS	3	270235
			Nordeste		Alagoas		DELMIRO GOUVEIA	7	270240
			Nordeste		Alagoas		ESTRELA DE ALAGOAS	2	270255
			Nordeste		Alagoas		FEIRA GRANDE	3	270260
			Nordeste		Alagoas		FLEXEIRAS	1	270280
			Nordeste		Alagoas		GIRAU DO PONCIANO	2	270290
			Nordeste		Alagoas		IBATEGUARA	1	270300
			Nordeste		Alagoas		IGACI	4	270310
			Nordeste		Alagoas		IGREJA NOVA	4	270320

Nordeste	Bahia	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	1	293000
Nordeste	Bahia	SENHOR DO BONFIM	5	293010
Nordeste	Bahia	SENTO SÉ	4	293020
Nordeste	Bahia	SERRA DO RAMALHO	3	293015
Nordeste	Bahia	SERRA DOURADA	2	293030
Nordeste	Bahia	SERRA PRETA	2	293040
Nordeste	Bahia	SERRINHA	8	293050
Nordeste	Bahia	SERROLÂNDIA	2	293060
Nordeste	Bahia	SIMÕES FILHO	11	293070
Nordeste	Bahia	SÍTIO DO QUINTO	2	293076
Nordeste	Bahia	SOBRADINHO	4	293077
Nordeste	Bahia	SOUTO SOARES	2	293080
Nordeste	Bahia	TABOÇAS DO BREJO VELHO	2	293090
Nordeste	Bahia	TANHAÇU	4	293100
Nordeste	Bahia	TANQUE NOVO	2	293105
Nordeste	Bahia	TANQUINHO	1	293110
Nordeste	Bahia	TAPEROÁ	1	293120
Nordeste	Bahia	TAPIRAMUTÁ	2	293130
Nordeste	Bahia	TEIXEIRA DE FREITAS	11	293135
Nordeste	Bahia	TEODORO SAMPAIO	1	293140
Nordeste	Bahia	TEOFILÂNDIA	4	293150
Nordeste	Bahia	TEOLÂNDIA	2	293160
Nordeste	Bahia	TERRA NOVA	1	293170
Nordeste	Bahia	TREMEDAL	2	293180
Nordeste	Bahia	TUCANO	4	293190
Nordeste	Bahia	UAUÁ	4	293200
Nordeste	Bahia	UBAÍRA	2	293210
Nordeste	Bahia	UBAITABA	2	293220
Nordeste	Bahia	UBATÁ	2	293230
Nordeste	Bahia	UIBAÍ	2	293240
Nordeste	Bahia	UMBURANAS	2	293245
Nordeste	Bahia	UNA	2	293250
Nordeste	Bahia	URANDI	2	293260
Nordeste	Bahia	URUÇUCA	2	293270
Nordeste	Bahia	UTINGA	2	293280
Nordeste	Bahia	VALENÇA	8	293290
Nordeste	Bahia	VALENTE	4	293300
Nordeste	Bahia	VÁRZEA DA ROÇA	2	293305
Nordeste	Bahia	VÁRZEA DO POÇO	1	293310
Nordeste	Bahia	VÁRZEA NOVA	1	293315
Nordeste	Bahia	VARZEDO	2	293317
Nordeste	Bahia	VERA CRUZ	4	293320
Nordeste	Bahia	VEREDA	1	293325
Nordeste	Bahia	VITÓRIA DA CONQUISTA	11	293330
Nordeste	Bahia	WAGNER	1	293340
Nordeste	Bahia	WANDERLEY	2	293345
Nordeste	Bahia	WENCESLAU GUIMARÃES	4	293350
Nordeste	Bahia	XIQUE-XIQUE	3	293360
Nordeste	Ceará	ABAIARA	2	230010
Nordeste	Ceará	ACARAÚ	8	230020
Nordeste	Ceará	ACOPIARA	4	230030
Nordeste	Ceará	AIUABA	2	230040
Nordeste	Ceará	ALCÂNTARAS	1	230050
Nordeste	Ceará	ALTANEIRA	1	230060
Nordeste	Ceará	ALTO SANTO	2	230070
Nordeste	Ceará	AMONTADA	4	230075
Nordeste	Ceará	ANTONINA DO NORTE	1	230080
Nordeste	Ceará	APUIARÉS	2	230090
Nordeste	Ceará	ARACATI	8	230110
Nordeste	Ceará	ARACOIABA	4	230120
Nordeste	Ceará	ARARENDÁ	2	230125
Nordeste	Ceará	ARARIPE	4	230130
Nordeste	Ceará	ARNEIROZ	1	230150
Nordeste	Ceará	ASSARÉ	4	230160
Nordeste	Ceará	BAIXIO	1	230180
Nordeste	Ceará	BANABUIÚ	2	230185
Nordeste	Ceará	BARREIRA	4	230195
Nordeste	Ceará	BARRO	2	230200
Nordeste	Ceará	BARROQUINHA	2	230205
Nordeste	Ceará	BATURITÉ	4	230210
Nordeste	Ceará	BEBERIBE	8	230220
Nordeste	Ceará	BELA CRUZ	4	230230
Nordeste	Ceará	BOA VIAGEM	8	230240
Nordeste	Ceará	BREJO SANTO	8	230250
Nordeste	Ceará	CAMOCIM	8	230260
Nordeste	Ceará	CAMPOS SALES	4	230270
Nordeste	Ceará	CANINDÉ	5	230280
Nordeste	Ceará	CAPISTRANO	2	230290
Nordeste	Ceará	CARIDADE	2	230300
Nordeste	Ceará	CARIRÉ	2	230310
Nordeste	Ceará	CARIRIAÇU	4	230320
Nordeste	Ceará	CARIÚS	2	230330
Nordeste	Ceará	CARNAUBAL	2	230340
Nordeste	Ceará	CASCAVEL	4	230350
Nordeste	Ceará	CATARINA	1	230360
Nordeste	Ceará	CATUNDA	2	230365
Nordeste	Ceará	CAUCAIA	11	230370
Nordeste	Ceará	CEDRO	4	230380
Nordeste	Ceará	CHAVAL	2	230390
Nordeste	Ceará	CHOROZINHO	4	230395
Nordeste	Ceará	COREAÚ	2	230400
Nordeste	Ceará	CRATEÚS	8	230410
Nordeste	Ceará	CRATO	11	230420
Nordeste	Ceará	CROATÁ	2	230423
Nordeste	Ceará	CRUZ	3	230425
Nordeste	Ceará	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	1	230426
Nordeste	Ceará	ERERÉ	1	230427
Nordeste	Ceará	EUSÉBIO	5	230428

Nordeste	Ceará	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	1	231250
Nordeste	Ceará	SÃO LUÍS DO CURU	2	231260
Nordeste	Ceará	SENADOR POMPEU	4	231270
Nordeste	Ceará	SENADOR SÁ	1	231280
Nordeste	Ceará	SOBRAL	11	231290
Nordeste	Ceará	TABULEIRO DO NORTE	3	231310
Nordeste	Ceará	TAMBORIL	4	231320
Nordeste	Ceará	TARRAFAS	1	231325
Nordeste	Ceará	TAUÁ	8	231330
Nordeste	Ceará	TEJUÇUOCA	2	231335
Nordeste	Ceará	TIANGUÁ	8	231340
Nordeste	Ceará	TRAIRI	8	231350
Nordeste	Ceará	TURURU	2	231355
Nordeste	Ceará	UBAJARA	4	231360
Nordeste	Ceará	UMARI	1	231370
Nordeste	Ceará	UMIRIM	2	231375
Nordeste	Ceará	URUBURETAMA	3	231380
Nordeste	Ceará	VAROTA	2	231395
Nordeste	Ceará	VÁRZEA ALEGRE	4	231400
Nordeste	Maranhão	621AÇAILÂNDIA	11	210005
Nordeste	Maranhão	AFONSO CUNHA	1	210010
Nordeste	Maranhão	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	2	210015
Nordeste	Maranhão	ALCÂNTARA	2	210020
Nordeste	Maranhão	ALDEIAS ALTAS	4	210030
Nordeste	Maranhão	ALTAMIRA DO MARANHÃO	1	210040
Nordeste	Maranhão	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	4	210043
Nordeste	Maranhão	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	4	210047
Nordeste	Maranhão	ALTO PARNAÍBA	2	210050
Nordeste	Maranhão	AMAPÁ DO MARANHÃO	1	210055
Nordeste	Maranhão	AMARANTE DO MARANHÃO	2	210060
Nordeste	Maranhão	ANAJATUBA	2	210070
Nordeste	Maranhão	ANAPURUS	2	210080
Nordeste	Maranhão	APICUM-AÇU	2	210083
Nordeste	Maranhão	ARAGUANÃ	2	210087
Nordeste	Maranhão	ARAIÓSES	4	210090
Nordeste	Maranhão	ARAME	4	210095
Nordeste	Maranhão	ARARI	3	210100
Nordeste	Maranhão	AXIXÁ	2	210110
Nordeste	Maranhão	BACABAL	7	210120
Nordeste	Maranhão	BACABEIRA	2	210125
Nordeste	Maranhão	BACURI	2	210130
Nordeste	Maranhão	BACURITUBA	1	210135
Nordeste	Maranhão	BALSAS	11	210140
Nordeste	Maranhão	BARÃO DE GRAJAÚ	2	210150
Nordeste	Maranhão	BARRA DO CORDA	8	210160
Nordeste	Maranhão	BARREIRINHAS	8	210170
Nordeste	Maranhão	BELA VISTA DO MARANHÃO	2	210177
Nordeste	Maranhão	BELÁGUA	1	210173
Nordeste	Maranhão	BENEDITO LEITE	1	210180
Nordeste	Maranhão	BEQUIMÃO	1	210190
Nordeste	Maranhão	BERNARDO DO MEARIM	1	210193
Nordeste	Maranhão	BOA VISTA DO GURUPI	1	210197
Nordeste	Maranhão	BOM JESUS DAS SELVAS	4	210203
Nordeste	Maranhão	BOM LUGAR	2	210207
Nordeste	Maranhão	BREJO	4	210210
Nordeste	Maranhão	BREJO DE AREIA	1	210215
Nordeste	Maranhão	BURITI	4	210220
Nordeste	Maranhão	BURITI BRAVO	2	210230
Nordeste	Maranhão	BURITICUPU	6	210232
Nordeste	Maranhão	BURITIRANA	2	210235
Nordeste	Maranhão	CACHOEIRA GRANDE	1	210237
Nordeste	Maranhão	CAJAPIÓ	2	210240
Nordeste	Maranhão	CAJARI	2	210250
Nordeste	Maranhão	CAMPESTRE DO MARANHÃO	2	210255
Nordeste	Maranhão	CÂNDIDO MENDES	2	210260
Nordeste	Maranhão	CANTANHEDE	4	210270
Nordeste	Maranhão	CAPINZAL DO NORTE	2	210275
Nordeste	Maranhão	CAROLINA	4	210280
Nordeste	Maranhão	CARUTAPERÁ	4	210290
Nordeste	Maranhão	CAXIAS	11	210300
Nordeste	Maranhão	CEDRAL	2	210310
Nordeste	Maranhão	CENTRAL DO MARANHÃO	1	210312
Nordeste	Maranhão	CENTRO DO GUILHERME	2	210315
Nordeste	Maranhão	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	2	210317
Nordeste	Maranhão	CHAPADINHA	8	210320
Nordeste	Maranhão	CIDELÂNDIA	1	210325
Nordeste	Maranhão	CODÓ	11	210330
Nordeste	Maranhão	COELHO NETO	1	210340
Nordeste	Maranhão	COLINAS	4	210350
Nordeste	Maranhão	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	2	210355
Nordeste	Maranhão	COROATÁ	8	210360
Nordeste	Maranhão	CURURUPU	4	210370
Nordeste	Maranhão	DAVINÓPOLIS	2	210375
Nordeste	Maranhão	DOM PEDRO	4	210380
Nordeste	Maranhão	DUQUE BACELAR	2	210390
Nordeste	Maranhão	ESPERANTINÓPOLIS	1	210400
Nordeste	Maranhão	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	1	210407
Nordeste	Maranhão	FERNANDO FALCÃO	2	210408
Nordeste	Maranhão	FORMOSA DA SERRA NEGRA	2	210409
Nordeste	Maranhão	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	2	210410
Nordeste	Maranhão	FORTUNA	2	210420
Nordeste	Maranhão	GODOFREDO VIANA	2	210430
Nordeste	Maranhão	GONÇALVES DIAS	2	210440
Nordeste	Maranhão	GOVERNADOR ARCHER	2	210450
Nordeste	Maranhão	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	2	210455
Nordeste	Maranhão	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	2	210460
Nordeste	Maranhão	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	1	210462
Nordeste	Maranhão	GOVERNADOR NEWTON BELLO	2	210465

Nordeste	Maranhão	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	2	211140
Nordeste	Maranhão	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	4	211150
Nordeste	Maranhão	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	2	211153
Nordeste	Maranhão	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	2	211160
Nordeste	Maranhão	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	1	211163
Nordeste	Maranhão	SÃO ROBERTO	1	211167
Nordeste	Maranhão	SÃO VICENTE FERRER	1	211170
Nordeste	Maranhão	SATUBINHA	1	211172
Nordeste	Maranhão	SENADOR LA ROCQUE	2	211176
Nordeste	Maranhão	SERRANO DO MARANHÃO	1	211178
Nordeste	Maranhão	SÍTIO NOVO	2	211180
Nordeste	Maranhão	SUCUPIRA DO NORTE	2	211190
Nordeste	Maranhão	SUCUPIRA DO RIACHÃO	1	211195
Nordeste	Maranhão	TASSO FRAGOSO	1	211200
Nordeste	Maranhão	TIMBIRAS	4	211210
Nordeste	Maranhão	TIMON	11	211220
Nordeste	Maranhão	TRIZIDELA DO VALE	4	211223
Nordeste	Maranhão	TUNTUM	1	211230
Nordeste	Maranhão	TURIAÇU	4	211240
Nordeste	Maranhão	TURILÂNDIA	4	211245
Nordeste	Maranhão	TUTÓIA	8	211250
Nordeste	Maranhão	URBANO SANTOS	4	211260
Nordeste	Maranhão	VARGEM GRANDE	4	211270
Nordeste	Maranhão	VIANA	6	211280
Nordeste	Maranhão	VITORINO FREIRE	4	211300
Nordeste	Maranhão	ZÉ DOCA	4	211400
Nordeste	Paraíba	337 ÁGUA BRANCA	1	250010
Nordeste	Paraíba	AGUIAR	1	250020
Nordeste	Paraíba	ALAGOA GRANDE	3	250030
Nordeste	Paraíba	ALAGOA NOVA	4	250040
Nordeste	Paraíba	ALAGOINHA	2	250050
Nordeste	Paraíba	ALCANTIL	1	250053
Nordeste	Paraíba	AMPARO	1	250073
Nordeste	Paraíba	APARECIDA	1	250077
Nordeste	Paraíba	ARAÇAGI	2	250080
Nordeste	Paraíba	ARARA	2	250090
Nordeste	Paraíba	ARARUNA	2	250100
Nordeste	Paraíba	AREIA	4	250110
Nordeste	Paraíba	AREIA DE BARAÚNAS	1	250115
Nordeste	Paraíba	AREIAL	1	250120
Nordeste	Paraíba	ASSUNÇÃO	1	250135
Nordeste	Paraíba	BAÍA DA TRAIÇÃO	1	250140
Nordeste	Paraíba	BANANEIRAS	4	250150
Nordeste	Paraíba	BARRA DE SANTA ROSA	2	250160
Nordeste	Paraíba	BARRA DE SANTANA	1	250157
Nordeste	Paraíba	BARRA DE SÃO MIGUEL	1	250170
Nordeste	Paraíba	BAYEUX	7	250180
Nordeste	Paraíba	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	1	250200
Nordeste	Paraíba	BERNARDINO BATISTA	1	250205
Nordeste	Paraíba	BOA VENTURA	1	250210
Nordeste	Paraíba	BOA VISTA	1	250215
Nordeste	Paraíba	BOM JESUS	1	250220
Nordeste	Paraíba	BOM SUCESSO	1	250230
Nordeste	Paraíba	BONITO DE SANTA FÉ	2	250240
Nordeste	Paraíba	BOQUEIRÃO	2	250250
Nordeste	Paraíba	BORBOREMA	1	250270
Nordeste	Paraíba	BREJO DO CRUZ	1	250280
Nordeste	Paraíba	CAAPORÃ	4	250300
Nordeste	Paraíba	CABACEIRAS	1	250310
Nordeste	Paraíba	CABELO	7	250320
Nordeste	Paraíba	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	1	250330
Nordeste	Paraíba	CACIMBA DE AREIA	1	250340
Nordeste	Paraíba	CACIMBA DE DENTRO	2	250350
Nordeste	Paraíba	CACIMBAS	1	250355
Nordeste	Paraíba	CAJAZEIRAS	8	250370
Nordeste	Paraíba	CAJAZEIRINHAS	1	250375
Nordeste	Paraíba	CAMPINA GRANDE	11	250400
Nordeste	Paraíba	CARAÚBAS	1	250407
Nordeste	Paraíba	CARRAPATEIRA	1	250410
Nordeste	Paraíba	CASSERENGUE	1	250415
Nordeste	Paraíba	CATINGUEIRA	1	250420
Nordeste	Paraíba	CATOLÉ DO ROCHA	4	250430
Nordeste	Paraíba	CONDADO	1	250450
Nordeste	Paraíba	CONDE	4	250460
Nordeste	Paraíba	COREMAS	2	250480
Nordeste	Paraíba	COXIXOLA	1	250485
Nordeste	Paraíba	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	2	250490
Nordeste	Paraíba	CUBATI	1	250500
Nordeste	Paraíba	CUITÉ	4	250510
Nordeste	Paraíba	CUITEGI	1	250520
Nordeste	Paraíba	CURRAL DE CIMA	1	250527
Nordeste	Paraíba	CURRAL VELHO	1	250530
Nordeste	Paraíba	DAMIÃO	1	250535
Nordeste	Paraíba	DESTERRO	1	250540
Nordeste	Paraíba	DIAMANTE	1	250560
Nordeste	Paraíba	DONA INÊS	2	250570
Nordeste	Paraíba	EMAS	1	250590
Nordeste	Paraíba	ESPERANÇA	4	250600
Nordeste	Paraíba	FAGUNDES	2	250610
Nordeste	Paraíba	GADO BRAVO	1	250625
Nordeste	Paraíba	GUARABIRA	8	250630
Nordeste	Paraíba	GURINHÉM	2	250640
Nordeste	Paraíba	IBIARA	1	250660
Nordeste	Paraíba	IGARACY	1	250260
Nordeste	Paraíba	IMACULADA	2	250670
Nordeste	Paraíba	INGÁ	2	250680
Nordeste	Paraíba	ITABAIANA	4	250690
Nordeste	Paraíba	ITAPORANGA	3	250700

Nordeste	Paraíba	TENÓRIO	1	251675
Nordeste	Paraíba	TRIUNFO	1	251680
Nordeste	Paraíba	UIRAÚNA	2	251690
Nordeste	Paraíba	UMBUZEIRO	1	251700
Nordeste	Paraíba	VÁRZEA	1	251710
Nordeste	Paraíba	VIEIROPOLIS	1	251720
Nordeste	Paraíba	ZABELÊ	1	251740
Nordeste	Pernambuco	ABREU E LIMA	8	260005
Nordeste	Pernambuco	AFOGADOS DA INGAZEIRA	3	260010
Nordeste	Pernambuco	AGRESTINA	4	260030
Nordeste	Pernambuco	ÁGUA PRETA	4	260040
Nordeste	Pernambuco	ÁGUAS BELAS	4	260050
Nordeste	Pernambuco	ALAGOINHA	2	260060
Nordeste	Pernambuco	ALIANÇA	4	260070
Nordeste	Pernambuco	ALTINHO	4	260080
Nordeste	Pernambuco	AMARAJI	2	260090
Nordeste	Pernambuco	ANGELIM	2	260100
Nordeste	Pernambuco	ARAÇOIABA	2	260105
Nordeste	Pernambuco	ARARIPINA	8	260110
Nordeste	Pernambuco	ARCOVERDE	8	260120
Nordeste	Pernambuco	BARRA DE GUABIRABA	2	260130
Nordeste	Pernambuco	BARREIROS	3	260140
Nordeste	Pernambuco	BELÉM DO SÃO FRANCISCO	2	260160
Nordeste	Pernambuco	BELO JARDIM	6	260170
Nordeste	Pernambuco	BETÂNIA	2	260180
Nordeste	Pernambuco	BEZERROS	8	260190
Nordeste	Pernambuco	BODOCÓ	4	260200
Nordeste	Pernambuco	BOM CONSELHO	4	260210
Nordeste	Pernambuco	BOM JARDIM	4	260220
Nordeste	Pernambuco	BONITO	4	260230
Nordeste	Pernambuco	BREJÃO	1	260240
Nordeste	Pernambuco	BREJINHO	1	260250
Nordeste	Pernambuco	BREJO DA MADRE DE DEUS	4	260260
Nordeste	Pernambuco	BUENOS AIRES	2	260270
Nordeste	Pernambuco	BUIQUE	8	260280
Nordeste	Pernambuco	CABO DE SANTO AGOSTINHO	11	260290
Nordeste	Pernambuco	CABROBÓ	2	260300
Nordeste	Pernambuco	CACHOEIRINHA	4	260310
Nordeste	Pernambuco	CAETÊS	4	260320
Nordeste	Pernambuco	CALUMBI	1	260340
Nordeste	Pernambuco	CAMARAGIBE	5	260345
Nordeste	Pernambuco	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	2	260350
Nordeste	Pernambuco	CAMUTANGA	1	260360
Nordeste	Pernambuco	CANHOTINHO	4	260370
Nordeste	Pernambuco	CARNAÍBA	2	260390
Nordeste	Pernambuco	CARNAUBEIRA DA PENHA	2	260392
Nordeste	Pernambuco	CARPINA	8	260400
Nordeste	Pernambuco	CARUARU	11	260410
Nordeste	Pernambuco	CASINHAS	1	260415
Nordeste	Pernambuco	CATENDE	4	260420
Nordeste	Pernambuco	CEDRO	1	260430
Nordeste	Pernambuco	CHÃ DE ALEGRIA	2	260440
Nordeste	Pernambuco	CHÃ GRANDE	4	260450
Nordeste	Pernambuco	CONDADO	4	260460
Nordeste	Pernambuco	CORRENTES	2	260470
Nordeste	Pernambuco	CORTÊS	2	260480
Nordeste	Pernambuco	CUMARU	2	260490
Nordeste	Pernambuco	CUPIRA	4	260500
Nordeste	Pernambuco	CUSTÓDIA	4	260510
Nordeste	Pernambuco	DORMENTES	2	260515
Nordeste	Pernambuco	ESCADA	8	260520
Nordeste	Pernambuco	EXU	4	260530
Nordeste	Pernambuco	FEIRA NOVA	4	260540
Nordeste	Pernambuco	FERREIROS	2	260550
Nordeste	Pernambuco	FLORES	4	260560
Nordeste	Pernambuco	FLORESTA	4	260570
Nordeste	Pernambuco	FREI MIGUELINHO	2	260580
Nordeste	Pernambuco	GARANHUNS	11	260600
Nordeste	Pernambuco	GLÓRIA DO GOITÁ	4	260610
Nordeste	Pernambuco	GOIANA	8	260620
Nordeste	Pernambuco	GRANITO	1	260630
Nordeste	Pernambuco	GRAVATÁ	8	260640
Nordeste	Pernambuco	IATI	2	260650
Nordeste	Pernambuco	IBIMIRIM	4	260660
Nordeste	Pernambuco	IBIRAJUBA	1	260670
Nordeste	Pernambuco	IGARASSU	8	260680
Nordeste	Pernambuco	IGUARACI	2	260690
Nordeste	Pernambuco	ILHA DE ITAMARACÁ	4	260760
Nordeste	Pernambuco	INAJÁ	3	260700
Nordeste	Pernambuco	IPOJUCA	11	260720
Nordeste	Pernambuco	IPUBI	4	260730
Nordeste	Pernambuco	ITACURUBA	1	260740
Nordeste	Pernambuco	ITAÍBA	4	260750
Nordeste	Pernambuco	ITAMBÉ	4	260765
Nordeste	Pernambuco	ITAPETIM	1	260770
Nordeste	Pernambuco	ITAPISSUMA	4	260775
Nordeste	Pernambuco	ITAQUITINGA	2	260780
Nordeste	Pernambuco	JABOATÃO DOS GUARARAPES	18	260790
Nordeste	Pernambuco	JAQUEIRA	2	260795
Nordeste	Pernambuco	JATAÚBA	2	260800
Nordeste	Pernambuco	JATOÁ	1	260805
Nordeste	Pernambuco	JOÃO ALFREDO	4	260810
Nordeste	Pernambuco	JOAQUIM NABUCO	2	260820
Nordeste	Pernambuco	JUCATI	2	260825
Nordeste	Pernambuco	JUPI	2	260830
Nordeste	Pernambuco	JUREMA	2	260840
Nordeste	Pernambuco	LAGOA DE ITAENGA	2	260850
Nordeste	Pernambuco	LAGOA DO CARRO	2	260845

Nordeste	Pernambuco	LAGOA DOS GATOS	2	260870
Nordeste	Pernambuco	LAGOA GRANDE	4	260875
Nordeste	Pernambuco	LAJEDO	4	260880
Nordeste	Pernambuco	LIMOIEIRO	8	260890
Nordeste	Pernambuco	MACHADOS	2	260910
Nordeste	Pernambuco	MANARI	2	260915
Nordeste	Pernambuco	MARAIAL	1	260920
Nordeste	Pernambuco	MIRANDIBA	2	260930
Nordeste	Pernambuco	MOREILÂNDIA	2	261430
Nordeste	Pernambuco	MORENO	6	260940
Nordeste	Pernambuco	NAZARÉ DA MATA	4	260950
Nordeste	Pernambuco	OLINDA	11	260960
Nordeste	Pernambuco	OROBÓ	2	260970
Nordeste	Pernambuco	OROCÓ	2	260980
Nordeste	Pernambuco	OURICURI	6	260990
Nordeste	Pernambuco	PALMARES	8	261000
Nordeste	Pernambuco	PALMEIRINA	1	261010
Nordeste	Pernambuco	PANELAS	4	261020
Nordeste	Pernambuco	PARANATAMA	2	261030
Nordeste	Pernambuco	PARNAMIRIM	2	261040
Nordeste	Pernambuco	PASSIRA	4	261050
Nordeste	Pernambuco	PAUDALHO	8	261060
Nordeste	Pernambuco	PAULISTA	11	261070
Nordeste	Pernambuco	PEDRA	4	261080
Nordeste	Pernambuco	PESQUEIRA	8	261090
Nordeste	Pernambuco	PETROLÂNDIA	2	261100
Nordeste	Pernambuco	PETROLINA	11	261110
Nordeste	Pernambuco	POÇÃO	2	261120
Nordeste	Pernambuco	POMBOS	4	261130
Nordeste	Pernambuco	PRIMAVERA	2	261140
Nordeste	Pernambuco	QUIPAPÁ	2	261150
Nordeste	Pernambuco	QUIXABA	1	261153
Nordeste	Pernambuco	RECIFE	7	261160
Nordeste	Pernambuco	RIACHO DAS ALMAS	3	261170
Nordeste	Pernambuco	RIO FORMOSO	4	261190
Nordeste	Pernambuco	SAIRÉ	2	261200
Nordeste	Pernambuco	SALGADINHO	1	261210
Nordeste	Pernambuco	SALGUEIRO	8	261220
Nordeste	Pernambuco	SALOÁ	2	261230
Nordeste	Pernambuco	SANHARÓ	2	261240
Nordeste	Pernambuco	SANTA CRUZ	2	261245
Nordeste	Pernambuco	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	2	261247
Nordeste	Pernambuco	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	9	261250
Nordeste	Pernambuco	SANTA FILOMENA	1	261255
Nordeste	Pernambuco	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	261260
Nordeste	Pernambuco	SANTA MARIA DO CAMBUCA	2	261270
Nordeste	Pernambuco	SÃO BENEDITO DO SUL	2	261290
Nordeste	Pernambuco	SÃO BENTO DO UNA	4	261300
Nordeste	Pernambuco	SÃO CAITANO	4	261310
Nordeste	Pernambuco	SÃO JOÃO	4	261320
Nordeste	Pernambuco	SÃO JOAQUIM DO MONTE	4	261330
Nordeste	Pernambuco	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	2	261340
Nordeste	Pernambuco	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	4	261350
Nordeste	Pernambuco	SÃO JOSÉ DO EGITO	1	261360
Nordeste	Pernambuco	SÃO LOURENÇO DA MATA	5	261370
Nordeste	Pernambuco	SÃO VICENTE FERRER	2	261380
Nordeste	Pernambuco	SERRITA	2	261400
Nordeste	Pernambuco	SERTÂNIA	4	261410
Nordeste	Pernambuco	SIRINHAÉM	3	261420
Nordeste	Pernambuco	SOLIDÃO	1	261440
Nordeste	Pernambuco	SURUBIM	5	261450
Nordeste	Pernambuco	TABIRA	4	261460
Nordeste	Pernambuco	TACAIMBÓ	2	261470
Nordeste	Pernambuco	TACARATU	4	261480
Nordeste	Pernambuco	TAMANDARÉ	4	261485
Nordeste	Pernambuco	TAQUARITINGA DO NORTE	3	261500
Nordeste	Pernambuco	TEREZINHA	1	261510
Nordeste	Pernambuco	TERRA NOVA	1	261520
Nordeste	Pernambuco	TIMBAÚBA	4	261530
Nordeste	Pernambuco	TORITAMA	4	261540
Nordeste	Pernambuco	TRACUNHAÉM	2	261550
Nordeste	Pernambuco	TRINDADE	4	261560
Nordeste	Pernambuco	TRIUNFO	2	261570
Nordeste	Pernambuco	TUPANATINGA	4	261580
Nordeste	Pernambuco	VENTUROSA	2	261600
Nordeste	Pernambuco	VERDEJANTE	1	261610
Nordeste	Pernambuco	VERTENTE DO LÉRIO	1	261618
Nordeste	Pernambuco	VERTENTES	4	261620
Nordeste	Pernambuco	VICÊNCIA	4	261630
Nordeste	Pernambuco	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	11	261640
Nordeste	Pernambuco	XEXÉU	2	261650
Nordeste	Piauí	342	1	220005
Nordeste	Piauí	ACAUÃ	1	220010
Nordeste	Piauí	AGRICOLÂNDIA	2	220020
Nordeste	Piauí	ÁGUA BRANCA	1	220027
Nordeste	Piauí	ALEGRETE DO PIAUÍ	2	220030
Nordeste	Piauí	ALTO LONGÁ	4	220040
Nordeste	Piauí	ALTOS	1	220045
Nordeste	Piauí	ALVORADA DO GURGUEIA	2	220050
Nordeste	Piauí	AMARANTE	1	220060
Nordeste	Piauí	ANGICAL DO PIAUÍ	1	220070
Nordeste	Piauí	ANÍSIO DE ABREU	1	220080
Nordeste	Piauí	ANTÔNIO ALMEIDA	1	220090
Nordeste	Piauí	AROAZES	1	220095
Nordeste	Piauí	AROEIRAS DO ITAIM	1	220100
Nordeste	Piauí	ARRAIAL	1	220105
Nordeste	Piauí	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	2	220110
Nordeste	Piauí	AVELINO LOPES	2	220115
Nordeste	Piauí	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO		

Nordeste	Piauí	MARCOS PARENTE	1	220600
Nordeste	Piauí	MASSAPÊ DO PIAUÍ	1	220605
Nordeste	Piauí	MATIAS OLÍMPIO	1	220610
Nordeste	Piauí	MIGUEL ALVES	4	220620
Nordeste	Piauí	MIGUEL LEÃO	1	220630
Nordeste	Piauí	MILTON BRANDÃO	1	220635
Nordeste	Piauí	MONSENHOR GIL	1	220640
Nordeste	Piauí	MONSENHOR HIPÓLITO	1	220650
Nordeste	Piauí	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	2	220660
Nordeste	Piauí	MORRO CABEÇA NO TEMPO	1	220665
Nordeste	Piauí	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	1	220667
Nordeste	Piauí	MURICI DOS PORTELAS	1	220669
Nordeste	Piauí	NAZÁRIA	2	220672
Nordeste	Piauí	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	1	220675
Nordeste	Piauí	NOVA SANTA RITA	1	220795
Nordeste	Piauí	NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	1	220690
Nordeste	Piauí	NOVO SANTO ANTÔNIO	1	220695
Nordeste	Piauí	OEIRAS	4	220700
Nordeste	Piauí	OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ	1	220710
Nordeste	Piauí	PADRE MARCOS	1	220720
Nordeste	Piauí	PAES LANDIM	1	220730
Nordeste	Piauí	PAJEÚ DO PIAUÍ	1	220735
Nordeste	Piauí	PALMEIRA DO PIAUÍ	1	220740
Nordeste	Piauí	PALMEIRAIS	2	220750
Nordeste	Piauí	PAQUETÁ	1	220755
Nordeste	Piauí	PARNAGUÁ	1	220760
Nordeste	Piauí	PARNAÍBA	11	220770
Nordeste	Piauí	PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	1	220775
Nordeste	Piauí	PATOS DO PIAUÍ	1	220777
Nordeste	Piauí	PAU D'ARCO DO PIAUÍ	1	220779
Nordeste	Piauí	PAULISTANA	4	220780
Nordeste	Piauí	PAVUSSU	1	220785
Nordeste	Piauí	PEDRO II	4	220790
Nordeste	Piauí	PEDRO LAURENTINO	1	220793
Nordeste	Piauí	PICOS	8	220800
Nordeste	Piauí	PIMENTEIRAS	1	220810
Nordeste	Piauí	PIO IX	2	220820
Nordeste	Piauí	PIRACURUCA	4	220830
Nordeste	Piauí	PIRIPIRI	5	220840
Nordeste	Piauí	PORTO	2	220850
Nordeste	Piauí	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ	1	220855
Nordeste	Piauí	PRATA DO PIAUÍ	1	220860
Nordeste	Piauí	QUEIMADA NOVA	1	220865
Nordeste	Piauí	REDEÇÃO DO GURGUEIA	1	220870
Nordeste	Piauí	REGENERAÇÃO	2	220880
Nordeste	Piauí	RIACHO FRIO	1	220885
Nordeste	Piauí	RIBEIRO GONÇALVES	1	220890
Nordeste	Piauí	RIO GRANDE DO PIAUÍ	1	220900
Nordeste	Piauí	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	1	220915
Nordeste	Piauí	SANTA FILOMENA	1	220920
Nordeste	Piauí	SANTA LUZ	1	220930
Nordeste	Piauí	SANTANA DO PIAUÍ	1	220935
Nordeste	Piauí	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	1	220940
Nordeste	Piauí	SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES	1	220945
Nordeste	Piauí	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	1	220950
Nordeste	Piauí	SÃO BRAZ DO PIAUÍ	1	220955
Nordeste	Piauí	SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	1	220960
Nordeste	Piauí	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	1	220965
Nordeste	Piauí	SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ	1	220970
Nordeste	Piauí	SÃO GONÇALO DO GURGUEIA	1	220975
Nordeste	Piauí	SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	1	220980
Nordeste	Piauí	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	1	220985
Nordeste	Piauí	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	1	220987
Nordeste	Piauí	SÃO JOÃO DA SERRA	1	220990
Nordeste	Piauí	SÃO JOÃO DA VARJOTA	1	220995
Nordeste	Piauí	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	1	220997
Nordeste	Piauí	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	2	221000
Nordeste	Piauí	SÃO JOSÉ DO DIVINO	1	221005
Nordeste	Piauí	SÃO JOSÉ DO PEIXE	1	221010
Nordeste	Piauí	SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	1	221020
Nordeste	Piauí	SÃO JULIÃO	1	221030
Nordeste	Piauí	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	1	221035
Nordeste	Piauí	SÃO LUIS DO PIAUÍ	1	221037
Nordeste	Piauí	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	1	221038
Nordeste	Piauí	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	1	221039
Nordeste	Piauí	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	2	221040
Nordeste	Piauí	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	2	221050
Nordeste	Piauí	SÃO RAIMUNDO NONATO	4	221060
Nordeste	Piauí	SEBASTIÃO BARROS	1	221062
Nordeste	Piauí	SEBASTIÃO LEAL	1	221063
Nordeste	Piauí	SIGEFREDO PACHECO	1	221065
Nordeste	Piauí	SIMÕES	2	221070
Nordeste	Piauí	SIMPLÍCIO MENDES	2	221080
Nordeste	Piauí	SOCORRO DO PIAUÍ	1	221090
Nordeste	Piauí	SUSSUAPARA	1	221093
Nordeste	Piauí	TAMBORIL DO PIAUÍ	1	221095
Nordeste	Piauí	TANQUE DO PIAUÍ	1	221097
Nordeste	Piauí	TERESINA	18	221100
Nordeste	Piauí	UNIÃO	4	221110
Nordeste	Piauí	URUÇUÍ	4	221120
Nordeste	Piauí	VALENÇA DO PIAUÍ	4	221130
Nordeste	Piauí	VÁRZEA BRANCA	1	221135
Nordeste	Piauí	VÁRZEA GRANDE	1	221140
Nordeste	Piauí	VILA NOVA DO PIAUÍ	1	221160
Nordeste	Piauí	WALL FERRAZ	1	221170
Nordeste	Rio Grande do Norte	ACARI	1	240010
Nordeste	Rio Grande do Norte	AÇU	8	240020
Nordeste	Rio Grande do Norte	AFONSO BEZERRA	2	240030

Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	1	241170
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO FRANCISCO DO OESTE	1	241190
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	5	241200
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO JOÃO DO SABUGI	1	241210
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	4	241220
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	2	241230
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	1	241240
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO MIGUEL	3	241250
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	2	241255
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO PAULO DO POTENGI	2	241260
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÃO PEDRO	1	241270
Nordeste	Rio Grande do Norte	SENADOR ELÓI DE SOUZA	1	241310
Nordeste	Rio Grande do Norte	SENADOR GEORGINO AVELINO	1	241320
Nordeste	Rio Grande do Norte	SERRA DE SÃO BENTO	1	241330
Nordeste	Rio Grande do Norte	SERRA DO MEL	2	241335
Nordeste	Rio Grande do Norte	SERRINHA	1	241350
Nordeste	Rio Grande do Norte	SERRINHA DOS PINTOS	1	241355
Nordeste	Rio Grande do Norte	SEVERIANO MELO	1	241360
Nordeste	Rio Grande do Norte	SÍTIO NOVO	1	241370
Nordeste	Rio Grande do Norte	TABOLEIRO GRANDE	1	241380
Nordeste	Rio Grande do Norte	TAÍPU	2	241390
Nordeste	Rio Grande do Norte	TANGARÁ	2	241400
Nordeste	Rio Grande do Norte	TIBAU	1	241105
Nordeste	Rio Grande do Norte	TIBAU DO SUL	1	241420
Nordeste	Rio Grande do Norte	TIMBAÚBA DOS BATISTAS	1	241430
Nordeste	Rio Grande do Norte	TOUROS	2	241440
Nordeste	Rio Grande do Norte	TRIUNFO POTIGUAR	1	241445
Nordeste	Rio Grande do Norte	VÁRZEA	1	241470
Nordeste	Rio Grande do Norte	VENHA-VER	1	241475
Nordeste	Rio Grande do Norte	VERA CRUZ	2	241480
Nordeste	Sergipe	AMPARO DE SÃO FRANCISCO	1	280010
Nordeste	Sergipe	AQUIDABÃ	1	280020
Nordeste	Sergipe	ARACAJU	16	280030
Nordeste	Sergipe	AREIA BRANCA	2	280050
Nordeste	Sergipe	BARRA DOS COQUEIROS	4	280060
Nordeste	Sergipe	BOQUIM	4	280067
Nordeste	Sergipe	BREJO GRANDE	1	280070
Nordeste	Sergipe	CANHOBÁ	1	280110
Nordeste	Sergipe	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	4	280120
Nordeste	Sergipe	CAPELA	2	280130
Nordeste	Sergipe	CARIRA	4	280140
Nordeste	Sergipe	CARMÓPOLIS	2	280150
Nordeste	Sergipe	CEDRO DE SÃO JOÃO	1	280160
Nordeste	Sergipe	CRISTINÁPOLIS	2	280170
Nordeste	Sergipe	CUMBE	1	280190
Nordeste	Sergipe	DIVINA PASTORA	1	280200
Nordeste	Sergipe	ESTÂNCIA	8	280210
Nordeste	Sergipe	FEIRA NOVA	1	280220
Nordeste	Sergipe	FREI PAULO	2	280230
Nordeste	Sergipe	GENERAL MAYNARD	1	280250
Nordeste	Sergipe	GRACHO CARDOSO	1	280260
Nordeste	Sergipe	ILHA DAS FLORES	1	280270
Nordeste	Sergipe	INDIAIROBA	2	280280
Nordeste	Sergipe	ITABAIANA	1	280290
Nordeste	Sergipe	ITABAIANINHA	3	280300
Nordeste	Sergipe	ITABI	1	280310
Nordeste	Sergipe	ITAPORANGA D'AJUDA	4	280320
Nordeste	Sergipe	JAPARATUBA	1	280330
Nordeste	Sergipe	JAPOATÃ	2	280340
Nordeste	Sergipe	LAGARTO	10	280350
Nordeste	Sergipe	LARANJEIRAS	3	280360
Nordeste	Sergipe	MALHADA DOS BOIS	1	280380
Nordeste	Sergipe	MALHADOR	2	280390
Nordeste	Sergipe	MARUIM	2	280400
Nordeste	Sergipe	MOITA BONITA	2	280410
Nordeste	Sergipe	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	2	280420
Nordeste	Sergipe	MURIBECA	1	280430
Nordeste	Sergipe	NEÓPOLIS	1	280440
Nordeste	Sergipe	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	4	280450
Nordeste	Sergipe	NOSSA SENHORA DAS DORES	4	280460
Nordeste	Sergipe	NOSSA SENHORA DE LOURDES	1	280470
Nordeste	Sergipe	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	6	280480
Nordeste	Sergipe	PACATUBA	2	280490
Nordeste	Sergipe	PEDRINHAS	1	280510
Nordeste	Sergipe	PINHÃO	1	280520
Nordeste	Sergipe	POÇO REDONDO	4	280540
Nordeste	Sergipe	POÇO VERDE	4	280550
Nordeste	Sergipe	PORTO DA FOLHA	4	280560
Nordeste	Sergipe	PROPRIÁ	4	280570
Nordeste	Sergipe	RIACHÃO DO DANTAS	2	280580
Nordeste	Sergipe	RIACHUELO	1	280590
Nordeste	Sergipe	RIBEIRÓPOLIS	2	280600
Nordeste	Sergipe	ROSÁRIO DO CATETE	1	280610
Nordeste	Sergipe	SALGADO	3	280620
Nordeste	Sergipe	SANTA LUZIA DO ITANHY	2	280630
Nordeste	Sergipe	SANTA ROSA DE LIMA	1	280650
Nordeste	Sergipe	SANTANA DO SÃO FRANCISCO	1	280640
Nordeste	Sergipe	SÃO CRISTÓVÃO	8	280670
Nordeste	Sergipe	SÃO DOMINGOS	1	280680
Nordeste	Sergipe	SÃO FRANCISCO	1	280690
Nordeste	Sergipe	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	1	280700
Nordeste	Sergipe	SIMÃO DIAS	3	280710
Nordeste	Sergipe	SIRIRI	1	280720
Nordeste	Sergipe	TELHA	1	280730
Nordeste	Sergipe	TOBIAS BARRETO	8	280740
Nordeste	Sergipe	TOMAR DO GERU	2	280750
Nordeste	Sergipe	UMBAÚBA	4	280760
Sul	Paraná	ADRIANÓPOLIS	1	410020

[illegible][illegible]

AGUDOS DO SUL	2	410030
ALMIRANTE TAMANDARÉ	11	410040
ALTO PARAÍSO	1	412862
ALTO PARANÁ	2	410060
ALTO PIQUIRI	1	410070
ALVORADA DO SUL	1	410080
AMPÉRE	1	410100
ANAHY	1	410105
ANDARAÍ	4	410110
ÂNGULO	1	410115
ANTONINA	2	410120
ANTÔNIO OLINTO	1	410130
APUCARANA	11	410140
ARAPONGAS	11	410150
ARAPOTI	4	410160
ARAPUÁ	1	410165
ASSAÍ	2	410190
ASSIS CHATEAUBRIAND	4	410200
BANDEIRANTES	4	410240
BARBOSA FERRAZ	2	410250
BARRA DO JACARÉ	1	410270
BARRAÇÃO	1	410260
BELA VISTA DA CAROBA	1	410275
BELA VISTA DO PARAÍSO	2	410280
BITURUNA	2	410290
BOA ESPERANÇA	1	410300
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	1	410302
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	1	410304
BOA VISTA DA APARECIDA	1	410305
BOCAIÚVA DO SUL	1	410310
BOM JESUS DO SUL	1	410315
BOM SUCESSO	1	410320
BOM SUCESSO DO SUL	1	410322
BORRAZÓPOLIS	1	410330
BRAGANEY	1	410335
CAFEARA	1	410340
CAFELÂNDIA	2	410345
CAFEZAL DO SUL	1	410347
CALIFÓRNIA	1	410350
CAMBARÁ	4	410360
CAMBÉ	10	410370
CAMBIRA	1	410380
CAMPINA DA LAGOA	2	410390
CAMPINA GRANDE DO SUL	3	410400
CAMPO DO TENENTE	1	410410
CAMPO LARGO	11	410420
CAMPO MAGRO	4	410425
CANDÓI	2	410442
CANTAGALO	2	410445
CAPANEMA	3	410450
CARAMBÉI	4	410465
CARLÓPOLIS	2	410470
CASCAVEL	8	410480
CASTRO	8	410490
CENTENÁRIO DO SUL	2	410510
CERRO AZUL	2	410520
CHOPINZINHO	4	410540
CIANORTE	8	410550
CIDADE GAÚCHA	2	410560
CLEVELÂNDIA	2	410570
COLOMBO	11	410580
COLORADO	4	410590
CONGONHINHAS	1	410600
CONTENDA	2	410620
CORBÉLIA	2	410630
CORNÉLIO PROCÓPIO	4	410640
CORONEL DOMINGOS SOARES	1	410645
CORUMBATAÍ DO SUL	1	410655
CRUZEIRO DO IGUAÇU	1	410657
CRUZMALTINA	1	410685
CURIÚVA	2	410700
DIAMANTE DO NORTE	1	410710
DIAMANTE D'OESTE	1	410715
DOIS VIZINHOS	4	410720
DOUTOR CAMARGO	1	410730
DOUTOR ULYSSES	1	412863
ENGENHEIRO BELTRÃO	2	410750
ENTRE RIOS DO OESTE	1	410753
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	1	410754
FAROL	1	410755
FAXINAL	2	410760
FAZENDA RIO GRANDE	11	410765
FÊNIX	1	410770
FERNANDES PINHEIRO	1	410773
FLOR DA SERRA DO SUL	1	410785
FORMOSA DO OESTE	1	410820
FOZ DO IGUAÇU	11	410830
FRANCISCO ALVES	1	410832
FRANCISCO BELTRÃO	11	410840
GENERAL CARNEIRO	2	410850
GODOY MOREIRA	1	410855
GOIOXIM	1	410865
GRANDES RIOS	1	410870
GUAIRA	4	410880
GUAMIRANGA	1	410895
GUAPOREMA	1	410910
GUARANIQUA	2	410930
GUARAUQUECABA	1	410950

[illegible][illegible]

ARROIO DO TIGRE	2	430120
ARROIO DOS RATOS	2	430110
ARROIO GRANDE	2	430130
ARVOREZINHA	1	430140
ÁUREA	1	430155
BAGÉ	11	430160
BALNEÁRIO PINHAL	2	430163
BARÃO DO TRIUNFO	1	430175
BARRA DO RIO AZUL	1	430192
BARRA FUNDA	1	430195
BARRAÇÃO	1	430180
BARROS CASSAL	1	430200
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	1	430205
BOA VISTA DAS MISSÕES	1	430215
BOA VISTA DO INCRA	1	430223
BOM JESUS	2	430230
BOM PRINCÍPIO	1	430235
BOSSOROCA	1	430250
BRAGA	1	430260
BROCHIER	1	430265
ÇAÇAPAVA DO SUL	4	430280
CACEQUI	2	430290
CACHOEIRA DO SUL	7	430300
CACHOEIRINHA	8	430310
CACIQUE DOBLE	1	430320
CAIBATÉ	1	430330
CAIÇARA	1	430340
CAMAQUÃ	8	430350
CAMARGO	1	430355
CAMBARÁ DO SUL	1	430360
CAMPESTRE DA SERRA	1	430367
CAMPINA DAS MISSÕES	1	430370
CAMPOS BORGES	1	430410
CANDELÁRIA	4	430420
CÂNDIDO GODÓI	1	430430
CANDIOTA	1	430435
CANELA	4	430440
CANGUÇU	4	430450
CANOAS	11	430460
CANUDOS DO VALE	1	430461
CAPÃO DA CANOA	8	430463
CAPÃO DO LEÃO	4	430466
CAPELA DE SANTANA	2	430468
CAPITÃO	1	430469
CARAA	1	430471
CARAZINHO	4	430470
CASCA	1	430490
CERRO BRANCO	1	430513
CERRO GRANDE	1	430515
CHARQUEADAS	4	430535
CHARRUA	1	430537
CHIAPETTA	1	430540
CIDREIRA	2	430545
CIRIACO	1	430550
COLINAS	1	430558
COLORADO	1	430560
CONDOR	1	430570
CONSTANTINA	2	430580
COQUEIRO BAIXO	1	430583
CORONEL PILAR	1	430593
COTIPORÃ	1	430595
CRISSIUMAL	2	430600
CRISTAL DO SUL	1	430607
CRUZ ALTA	8	430610
CRUZALTENSE	1	430613
CRUZEIRO DO SUL	2	430620
DAVID CANABARRO	1	430630
DERRUBADAS	1	430632
DEZESSEIS DE NOVEMBRO	1	430635
DOIS IRMÃOS	4	430640
DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	1	430642
DOM FELICIANO	2	430650
DONA FRANCISCA	1	430670
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	1	430673
DOUTOR RICARDO	1	430675
ELDORADO DO SUL	4	430676
ENCANTADO	4	430680
ENCRUZILHADA DO SUL	4	430690
ENTRE RIOS DO SUL	1	430695
ENTRE-JUÍIS	1	430693
ERECHIM	10	430700
ERNESTINA	1	430705
ERVAL GRANDE	1	430720
ERVAL SECO	1	430730
ESPERANÇA DO SUL	1	430745
ESPUMOSO	1	430750
ESTÂNCIA VELHA	4	430760
ESTEIO	8	430770
ESTRELA	4	430780
EUGÊNIO DE CASTRO	1	430783
FARROUPILHA	8	430790
FAZENDA VILANOVA	1	430807
FELIZ	1	430810
FORQUETINHA	1	430843
FREDERICO WESTPHALEN	4	430850
GARRUCHOS	1	430865
GENTIL	1	430885
GETÚLIO VARGAS	2	430890

[illegible][illegible]

GIRUÁ	2	430900
GLORINHA	1	430905
GRAMADO DOS LOUREIROS	1	430912
GRAMADO XAVIER	1	430915
GRAVATAÍ	10	430920
GUAPORÉ	4	430940
GUARANI DAS MISSÕES	1	430950
HERVAL	1	430710
HORIZONTINA	2	430960
HULHA NEGRA	1	430965
HUMAITÁ	1	430970
IBIRAIARAS	1	430990
IBIRAPUITÁ	1	430995
IBIRUBÁ	3	431000
IGREJINHA	4	431010
IJUI	8	431020
ILÓPOLIS	1	431030
IMBÉ	4	431033
IMIGRANTE	1	431036
INDEPENDÊNCIA	1	431040
INHACORÁ	1	431041
IPE	1	431043
IRAÍ	1	431050
ITAARA	1	431053
ITACURUBI	1	431055
ITAQUI	4	431060
IVOTI	2	431080
JABOTICABA	1	431085
JACUIZINHO	1	431087
JACUTINGA	1	431090
JAGUARÃO	4	431100
JAGUARI	2	431110
JAQUIRANA	1	431112
JARI	1	431113
JÓIA	1	431115
JÚLIO DE CASTILHOS	2	431120
LAGOA BONITA DO SUL	1	431123
LAGOA DOS TRÊS CANTOS	1	431127
LAGOA VERMELHA	4	431130
LIBERATO SALZANO	1	431160
LINHA NOVA	1	431164
MAÇAMBARÁ	1	431171
MAMPITUBA	1	431173
MANOEL VIANA	1	431175
MAQUINÉ	1	431177
MARATÁ	1	431179
MARAU	4	431180
MARCELINO RAMOS	1	431190
MARQUES DE SOUZA	1	431205
MATA	1	431210
MATO LEITÃO	1	431215
MATO QUEIMADO	1	431217
MAXIMILIANO DE ALMEIDA	1	431220
MINAS DO LEÃO	1	431225
MIRAGUAÍ	1	431230
MONTE BELO DO SUL	1	431238
MONTENEGRO	7	431240
MORMAÇO	1	431242
MOSTARDAS	1	431250
MUÇUM	1	431260
MUITOS CAPÕES	1	431261
MULITERNO	1	431262
NÃO-ME-TOQUE	2	431265
NONOAI	2	431270
NOVA ALVORADA	1	431275
NOVA BOA VISTA	1	431295
NOVA CANDELÁRIA	1	431301
NOVA ESPERANÇA DO SUL	1	431303
NOVA HARTZ	2	431306
NOVA SANTA RITA	4	431337
NOVO BARREIRO	1	431349
NOVO CABRAIS	1	431339
NOVO HAMBURGO	11	431340
NOVO MACHADO	1	431342
NOVO TIRADENTES	1	431344
NOVO XINGU	1	431346
OSÓRIO	4	431350
PALMARES DO SUL	2	431365
PALMEIRA DAS MISSÕES	4	431370
PANAMBI	4	431390
PANTANO GRANDE	1	431395
PARAÍ	1	431400
PARAÍSO DO SUL	1	431402
PARECI NOVO	1	431403
PAROBÉ	4	431405
PAVERAMA	1	431415
PEDRO OSÓRIO	1	431420
PEJUÇARA	1	431430
PELOTAS	11	431440
PINHEIRINHO DO VALE	1	431449
PINHEIRO MACHADO	1	431450
PIRAPÓ	1	431455
PIRATINI	2	431460
PLANALTO	2	431470
POÇO DAS ANTAS	1	431475
PONTÃO	1	431477
PORTO LUCENA	1	431500
PORTO MAUÁ	1	431505

[illegible]

PORTO XAVIER	1	431510
PRESIDENTE LUCENA	1	431514
PROGRESSO	1	431515
PUTINGA	1	431520
QUARAÍ	4	431530
QUINZE DE NOVENBRO	1	431535
REDENTORA	1	431540
RELVADO	1	431545
RIO GRANDE	11	431560
RIO PARDO	4	431570
ROCA SALES	2	431580
RODEIO BONITO	1	431590
ROLANTE	3	431600
RONDA ALTA	1	431610
RONDINHA	1	431620
ROSÁRIO DO SUL	4	431640
SAGRADA FAMÍLIA	1	431642
SALDANHA MARINHO	1	431643
SALTO DO JACUÍ	2	431645
SALVADOR DAS MISSÕES	1	431647
SANTA BÁRBARA DO SUL	1	431670
SANTA CECÍLIA DO SUL	1	431673
SANTA CLARA DO SUL	1	431675
SANTA CRUZ DO SUL	11	431680
SANTA MARGARIDA DO SUL	1	431697
SANTA MARIA	11	431690
SANTA ROSA	8	431720
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	3	431730
SANTIAGO	4	431740
SANTO ÂNGELO	2	431750
SANTO ANTONIO DAS MISSÕES	2	431770
SANTO ANTONIO DO PLANALTO	1	431775
SANTO AUGUSTO	2	431780
SANTO CRISTO	2	431790
SÃO DOMINGOS DO SUL	1	431805
SÃO FRANCISCO DE ASSIS	2	431810
SÃO FRANCISCO DE PAULA	2	431820
SÃO JERÔNIMO	4	431840
SÃO JORGE	1	431844
SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	1	431845
SÃO JOSÉ DO OURO	1	431860
SÃO JOSÉ DO SUL	1	431861
SÃO LEOPOLDO	5	431870
SÃO LOURENÇO DO SUL	4	431880
SÃO LUIZ GONZAGA	4	431890
SÃO MARCOS	3	431900
SÃO PAULO DAS MISSÕES	1	431930
SÃO PEDRO DAS MISSÕES	1	431936
SÃO PEDRO DO SUL	2	431940
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	1	431950
SÃO SEPÉ	2	431960
SÃO VALENTIM	1	431970
SÃO VALENTIM DO SUL	1	431971
SÃO VALÉRIO DO SUL	1	431973
SÃO VICENTE DO SUL	1	431980
SAPIRANGA	3	431990
SAPUCAIA DO SUL	11	432000
SARANDI	4	432010
SEBERI	2	432020
SEDE NOVA	1	432023
SEGREDO	1	432026
SELBACH	1	432030
SÉRIO	1	432045
SERTÃO	1	432050
SETE DE SETEMBRO	1	432057
SEVERIANO DE ALMEIDA	1	432060
SINIMBU	1	432067
SOBRADINHO	2	432070
SOLEDADE	3	432080
TABAI	1	432085
TAPEJARA	4	432090
TAPERÁ	2	432100
TAPES	2	432110
TAQUARA	8	432120
TAQUARI	4	432130
TAVARES	1	432135
TEUTÔNIA	4	432145
TIO HUGO	1	432146
TIRADENTES DO SUL	1	432147
TORRES	1	432150
TRAMANDAÍ	3	432160
TRAVESEIRO	1	432162
TRÊS ARROIOS	1	432163
TRÊS COROAS	4	432170
TRÊS DE MAIO	4	432180
TRÊS PALMEIRAS	1	432185
TRÊS PASSOS	4	432190
TRINDADE DO SUL	1	432195
TRIUNFO	4	432200
TUCUNDUVA	1	432210
TUPARENDI	1	432230
UBIRETAMA	1	432234
VENÂNCIO AIRES	8	432260
VIAMÃO	11	432300
VICENTE DUTRA	1	432310
VILA FLORES	1	432330
VILA MARIA	1	432340
VILA NOVA DO SUL	1	432345

Sul	Rio Grande do Sul	VISTA ALEGRE	1	432350
Sul	Rio Grande do Sul	VISTA ALEGRE DO PRATA	1	432360
Sul	Rio Grande do Sul	VITÓRIA DAS MISSÕES	1	432375
Sul	Rio Grande do Sul	WESTFALIA	1	432377
Sul	Santa Catarina	ABDON BATISTA	1	420005
Sul	Santa Catarina	AGROLÂNDIA	2	420020
Sul	Santa Catarina	AGRONÔMICA	1	420030
Sul	Santa Catarina	ÁGUA DOCE	1	420040
Sul	Santa Catarina	ÁGUAS DE CHAPECÓ	1	420050
Sul	Santa Catarina	ÁGUAS FRIAS	1	420055
Sul	Santa Catarina	ÁGUAS MORNAS	1	420060
Sul	Santa Catarina	ANCHIETA	1	420080
Sul	Santa Catarina	ANGELINA	1	420090
Sul	Santa Catarina	ANITA GARIBALDI	1	420100
Sul	Santa Catarina	ARABUTÃ	1	420127
Sul	Santa Catarina	ARAQUARI	3	420130
Sul	Santa Catarina	ARMAZÉM	1	420150
Sul	Santa Catarina	ARVOREDO	1	420165
Sul	Santa Catarina	ÂSCURRA	1	420170
Sul	Santa Catarina	ATALANTA	1	420180
Sul	Santa Catarina	AURORA	1	420190
Sul	Santa Catarina	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	2	420205
Sul	Santa Catarina	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	11	420200
Sul	Santa Catarina	BALNEÁRIO PIÇARRAS	4	421280
Sul	Santa Catarina	BALNEÁRIO RINCÃO	2	422000
Sul	Santa Catarina	BANDEIRANTE	1	420208
Sul	Santa Catarina	BARRA VELHA	4	420210
Sul	Santa Catarina	BELA VISTA DO TOLDO	1	420213
Sul	Santa Catarina	BELMONTE	1	420215
Sul	Santa Catarina	BENEDITO NOVO	2	420220
Sul	Santa Catarina	BIGUAÇU	8	420230
Sul	Santa Catarina	BLUMENAU	9	420240
Sul	Santa Catarina	BOCAINA DO SUL	1	420243
Sul	Santa Catarina	BOM JARDIM DA SERRA	1	420250
Sul	Santa Catarina	BOM JESUS	1	420253
Sul	Santa Catarina	BOM JESUS DO OESTE	1	420257
Sul	Santa Catarina	BOMBINHAS	4	420245
Sul	Santa Catarina	BRAÇO DO NORTE	4	420280
Sul	Santa Catarina	BRAÇO DO TROMBUDO	1	420285
Sul	Santa Catarina	BRUNÓPOLIS	1	420287
Sul	Santa Catarina	BRUSQUE	11	420290
Sul	Santa Catarina	CAIBI	1	420310
Sul	Santa Catarina	CALMON	1	420315
Sul	Santa Catarina	CAMBORIÚ	3	420320
Sul	Santa Catarina	CAMPO BELO DO SUL	1	420340
Sul	Santa Catarina	CAMPO ERÊ	1	420350
Sul	Santa Catarina	CAMPOS NOVOS	2	420360
Sul	Santa Catarina	CANELINHA	2	420370
Sul	Santa Catarina	CANOINHAS	7	420380
Sul	Santa Catarina	CAPINZAL	4	420390
Sul	Santa Catarina	CAPIVARI DE BAIXO	4	420395
Sul	Santa Catarina	CATANDUVAS	1	420400
Sul	Santa Catarina	CAXAMBU DO SUL	1	420410
Sul	Santa Catarina	CHAPADÃO DO LAGEADO	1	420419
Sul	Santa Catarina	CHAPECÓ	11	420420
Sul	Santa Catarina	COCAL DO SUL	2	420425
Sul	Santa Catarina	CORONEL FREITAS	2	420440
Sul	Santa Catarina	CORONEL MARTINS	1	420445
Sul	Santa Catarina	CORUPÁ	2	420450
Sul	Santa Catarina	CRICIÚMA	11	420460
Sul	Santa Catarina	CUNHA PORÃ	2	420470
Sul	Santa Catarina	CUNHATAÍ	1	420475
Sul	Santa Catarina	CURITIBANOS	4	420480
Sul	Santa Catarina	DESCANSO	1	420490
Sul	Santa Catarina	DONA EMMA	1	420510
Sul	Santa Catarina	DOUTOR PEDRINHO	1	420515
Sul	Santa Catarina	ENTRE RIOS	1	420517
Sul	Santa Catarina	ERMO	1	420519
Sul	Santa Catarina	FAXINAL DOS GUEDES	2	420530
Sul	Santa Catarina	FLOR DO SERTÃO	1	420535
Sul	Santa Catarina	FLORIANÓPOLIS	18	420540
Sul	Santa Catarina	FORMOSA DO SUL	1	420543
Sul	Santa Catarina	FORQUILHINHA	3	420545
Sul	Santa Catarina	FREI ROGÉRIO	1	420555
Sul	Santa Catarina	GARUVA	2	420580
Sul	Santa Catarina	GOVERNADOR CELSO RAMOS	2	420600
Sul	Santa Catarina	GRÃO PARÁ	1	420610
Sul	Santa Catarina	GRAVATAL	2	420620
Sul	Santa Catarina	GUABIRUBA	4	420630
Sul	Santa Catarina	GUARAMIRIM	4	420650
Sul	Santa Catarina	GUARUJÁ DO SUL	1	420660
Sul	Santa Catarina	GUATAMBÚ	1	420665
Sul	Santa Catarina	IBIAM	1	420675
Sul	Santa Catarina	IÇARA	8	420700
Sul	Santa Catarina	IMARUÍ	2	420720
Sul	Santa Catarina	IMBITUBA	8	420730
Sul	Santa Catarina	IMBUÍ	1	420740
Sul	Santa Catarina	INDAIAL	8	420750
Sul	Santa Catarina	IPIRA	1	420760
Sul	Santa Catarina	IPORÃ DO OESTE	1	420765
Sul	Santa Catarina	IPUMIRIM	1	420770
Sul	Santa Catarina	IRACEMINHA	1	420775
Sul	Santa Catarina	IRATI	1	420785
Sul	Santa Catarina	IRINEÓPOLIS	2	420790
Sul	Santa Catarina	ITÁ	1	420800
Sul	Santa Catarina	ITAIÓPOLIS	4	420810
Sul	Santa Catarina	ITAPEMA	8	420830
Sul	Santa Catarina	ITAPIRANGA	2	420840

[illegible][illegible]

ITAPOÁ	4	420845
ITUPORANGA	4	420850
JABORÁ	1	420860
JACINTO MACHADO	2	420870
JAGUARUNA	4	420880
JARAGUÁ DO SUL	11	420890
JOAÇABA	4	420900
JOINVILLE	18	420910
JOSÉ BOITEUX	1	420915
JUPIÁ	1	420917
LAGES	11	420930
LAGUNA	4	420940
LAJEADO GRANDE	1	420945
LAURO MULLER	2	420960
LEBON RÉGIS	1	420970
LINDÓIA DO SUL	1	420985
LONTRAS	2	420990
LUIZ ALVES	2	421000
LUZERNA	1	421003
MACIEIRA	1	421005
MAFRA	8	421010
MAJOR GERCINO	1	421020
MARAVILHA	4	421050
MAREMA	1	421055
MASSARANDUBA	2	421060
MELEIRO	1	421080
MODELO	1	421090
MONDAÍ	2	421100
MONTE CASTELO	1	421110
MORRO GRANDE	1	421125
NAVEGANTES	8	421130
NOVA ERECHIM	1	421140
NOVA ITABERABA	1	421145
NOVA TRENTO	2	421150
NOVO HORIZONTE	1	421165
ORLEANS	4	421170
OTACÍLIO COSTA	1	421175
OURO	1	421180
PAIAL	1	421187
PALHOÇA	11	421190
PALMA SOLA	1	421200
PALMITOS	2	421210
PAPANDUVA	2	421220
PARAÍSO	1	421223
PASSO DE TORRES	1	421225
PASSOS MAIA	1	421227
PAULO LOPES	1	421230
PEDRAS GRANDES	1	421240
PENHA	4	421250
PESCARIA BRAVA	1	421265
PETROLÂNDIA	1	421270
POMERODE	4	421320
PONTE ALTA	1	421330
PONTE ALTA DO NORTE	1	421335
PONTE SERRADA	2	421340
PORTO UNIÃO	4	421360
POUSO REDONDO	2	421370
PRAIA GRANDE	1	421380
PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	1	421390
PRESIDENTE GETÚLIO	4	421400
PRESIDENTE NEREU	1	421410
PRINCESA	1	421415
QUILOMBO	2	421420
RANCHO QUEIMADO	1	421430
RIO DAS ANTAS	1	421440
RIO DO CAMPO	1	421450
RIO DO OESTE	1	421460
RIO DO SUL	8	421480
RIO DOS CEDROS	2	421470
RIO FORTUNA	1	421490
RODEIO	1	421510
ROMELÂNDIA	1	421520
SALETE	1	421530
SANGÃO	2	421545
SANTA ROSA DE LIMA	1	421560
SANTA ROSA DO SUL	1	421565
SANTA TEREZINHA	1	421567
SANTIAGO DO SUL	1	421569
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	4	421570
SÃO BENTO DO SUL	8	421580
SÃO BERNARDINO	1	421575
SÃO CRISTOVÃO DO SUL	1	421605
SÃO DOMINGOS	1	421610
SÃO FRANCISCO DO SUL	8	421620
SÃO JOÃO BATISTA	4	421630
SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	1	421635
SÃO JOÃO DO OESTE	1	421625
SÃO JOÃO DO SUL	1	421640
SÃO JOAQUIM	4	421650
SÃO JOSÉ	11	421660
SÃO JOSÉ DO CERRITO	1	421680
SÃO LOURENÇO DO OESTE	4	421690
SÃO LUDGERO	2	421700
SÃO MARTINHO	1	421710
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	1	421715
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	1	421725
SAUDADES	2	421730
SCHROEDER	4	421740

		Sul	Santa Catarina	SEARA	2	421750
		Sul	Santa Catarina	SIDERÓPOLIS	2	421760
		Sul	Santa Catarina	SOMBRIO	4	421770
		Sul	Santa Catarina	SUL BRASIL	1	421775
		Sul	Santa Catarina	TAIO	2	421780
		Sul	Santa Catarina	TANGARÁ	1	421790
		Sul	Santa Catarina	TIGRINHOS	1	421795
		Sul	Santa Catarina	TIJUCAS	8	421800
		Sul	Santa Catarina	TIMBÓ	4	421820
		Sul	Santa Catarina	TIMBÓ GRANDE	1	421825
		Sul	Santa Catarina	TRÊS BARRAS	2	421830
		Sul	Santa Catarina	TREVISÓ	1	421835
		Sul	Santa Catarina	TREZE DE MAIO	1	421840
		Sul	Santa Catarina	TREZE TÍLIAS	1	421850
		Sul	Santa Catarina	TUBARÃO	11	421870
		Sul	Santa Catarina	TUNÁPOLIS	1	421875
		Sul	Santa Catarina	TURVO	2	421880
		Sul	Santa Catarina	UNIÃO DO OESTE	1	421885
		Sul	Santa Catarina	URUBICI	2	421890
		Sul	Santa Catarina	URUSSANGA	3	421900
		Sul	Santa Catarina	VARGEM	1	421915
		Sul	Santa Catarina	VARGEM BONITA	1	421917
		Sul	Santa Catarina	VIDAL RAMOS	1	421920
		Sul	Santa Catarina	VIDEIRA	8	421930
		Sul	Santa Catarina	VITOR MEIRELES	1	421935
		Sul	Santa Catarina	WITMARSUM	1	421940
		Sul	Santa Catarina	XANXERÊ	8	421950
		Sul	Santa Catarina	XAVANTINA	1	421960
		Sul	Santa Catarina	XAXIM	4	421970
		Sul	Santa Catarina	ZORTÉA	1	421985



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE C - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **O MINISTÉRIO DA SAÚDE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº **00.394.544/0036-05**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela **CONTRATANTE** e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do **CONTRATANTE** e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à **CONTRATANTE** dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das **INFORMAÇÕES** por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à **CONTRATANTE**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das **INFORMAÇÕES**, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da **CONTRATADA**, terão acesso às informações sigilosas.

6 - VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a **CONTRATADA** teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 - PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das **INFORMAÇÕES**, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A **CONTRATANTE** terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela **CONTRATANTE**, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a **CONTRATADA**, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 - FORO

A **CONTRATANTE** elege o foro Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, onde está localizada a sede do **CONTRATANTE**, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

10 - ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>

TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE D - TERMO DE CIÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
...

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE E – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB)

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
Contrato nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXXX

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1					
...					
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES
<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB> <Ex.: Contactar a área solicitante para agendamento do horário de entrega> <Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS		
Fornecidos		A serem gerados e/ou atualizados

6 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

<Responsável pela demanda/ Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxxxxx de xxxx



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE F – TERMO DE ACEITAÇÃO

TERMO DE ACEITAÇÃO – (Modelo)		
CÓDIGO CNES	Nome da Unidade de Saúde:	
	Município:	UF:
	Endereço:	CEP:
	Coordenadas Geográficas	
	Latitude:	Longitude:
Resp. informações:		Em: / /
Cargo/ Função:		Telefone: ()
Email:		
Declaro que: a) Os itens destinados a essa unidade, constantes das Notas Fiscais de Simples Remessa, conforme listadas abaixo, foram Instalados nessa data, no endereço da unidade, nas condições exigidas pelo Pregão nº ____/2026 e todos se encontram funcionais. b) Estamos Cientes de que a abertura dos volumes por pessoa não autorizada pela (.....) acarretará a perda da garantia do conteúdo destes e conseqüente apuração de responsabilidades.		
Notas de Simples Remessa		Notas Fiscais
Condições de Execução		
1.1 – A solução foi completamente executada? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Motivo: _____		
1.2– Todos os itens da solução estão funcionando? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Motivo: _____		
1.6 – Todos os equipamentos possuem os dizeres: SAA/SE/MS/ Pregão: ____/2026? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Motivo: _____		
Outros:		

(Local e Data)

(Nome e assinatura do preposto do comprador)



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE G – TERMO DE IMPRODUTIVIDADE

TERMO DE IMPRODUTIVIDADE – (Modelo)		
CÓDIGO CNES	Nome da Unidade de Saúde:	
	Município:	UF:
	Endereço:	CEP:
	Latitude:	Longitude:
Resp. informações:		Em: / /
Cargo/ Função:		Telefone: ()
Email:		
Declaro que: a) Os itens destinados a essa unidade, constantes das Notas Fiscais de Simples Remessa, conforme listadas abaixo, não foram instalados nessa data, no endereço da unidade, nas condições exigidas pelo Pregão nº _____/2026, conforme o checklist abaixo.		
Notas de Simples Remessa	Notas Fiscais	
Condições de Improdutividade		
<p>1.1 – A solução não foi instalada, porque não tinha energia elétrica? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Obs: _____</p> <p>1.2 – A solução não foi instalada, porque não tinha mobiliário adequado? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Obs: _____</p> <p>1.3 – A solução não foi instalada, porque não tinha segurança? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Obs: _____</p> <p>1.4 – A solução não foi instalada, por ausência de responsável na unidade para assinatura do termo? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Obs: _____</p> <p>1.5 A solução não foi instalada, por exposição à agentes agressivos (areia, poeira, chuva, etc.) e vandalismo? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Obs: _____</p> <p>Outros:</p>		

(Local e Data)

(Nome e assinatura do preposto do comprador)



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE H – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO
Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021,, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte do CONTRATANTE quanto



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE I – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
SOLUÇÃO DE TIC				
<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea “h”, inciso I, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela **CONTRATADA** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE
<p>_____ <Nome do Fiscal Técnico> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>	<p>_____ <Nome do Fiscal Requisitante> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 33, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, que os serviços e/ou bens integrantes da OS acima identificados, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO	
CONTRATANTE Gestor do Contrato	CONTRATANTE Área Requisitante da Solução
<p>_____ <Nome> Mat.:</p>	<p>_____ <Nome> Mat.:</p>



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE J – TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

INTRODUÇÃO
O Termo de Encerramento do Contrato encerrará formalmente o pacto contratual entre a Contratante e a Contratada.
Referência: Art. 35 Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	<xxxxx/aaaa>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	<XX.XXX.XXX/XXXXX-XX>
DATA DE INÍCIO	<dd/mm/aaaa>		
OBJETO	<Descrição do Objeto>		

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO			
Item	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

< É importante considerar o período de garantia, que pode se estender para além da vigência do contrato. Nestes casos, deve-se verificar quais recursos devem ser mantidos à empresa para que ela preste o serviço de garantia>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

3 – DO ENCERRAMENTO

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O contrato encerra-se por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

1. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
2. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
3. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
4. <inserir pendências, se houver>.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento para que surta seus efeitos jurídicos.

4 – ASSINATURAS

<div>_____</div> <div>CONTRATADA Preposto</div>	<div>_____</div> <div>CONTRATANTE <Autoridade Competente da Área Administrativa></div>
<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxxx</div>	<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxxx</div>

_____ <Local>, <dd> de <mês> de <ano>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE K - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS / PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(em papel timbrado da empresa)

Ao
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios - Bloco G
Edifício Anexo, sala 339-A - Plano Piloto
70058-900 - Brasília, DF

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/____.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para eventual aquisição (ou contratação) xxxxxxxx para atender às necessidades do MINISTÉRIO DA SAÚDE, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão em referência, bem como do respectivo Edital e seus Apêndices.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Solicitamos a V.Sa. verificar a possibilidade do envio de proposta comercial, visando a contratação de solução Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, qual seja, o Registro de Preços para a **aquisição de equipamentos destinados a operacionalização da estratégia de Telessaúde**, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, em atenção ao disposto na Portaria nº 4.160, de 7 de junho de 2024, conforme tabela abaixo e especificação no Termo de Referência:

Grupo Único Nacional									
Item	Tipo	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Televisor	Smart TV 42/43 polegadas, Full HD 1.920 x 1.080,	479242	Unidade	1	7.000	12.779		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

		Bluetooth, WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação: bivolt AC 100- 240V, 50/60Hz, com suporte de parede.							
2	Notebook	Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.	618642	Unida de	1	7.000	12.779		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

3	Câmera de videoconferência	Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa , Zoom mínimo de 1.2x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone multirecional/omnidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior.	479217	Unidade	1	7.000	12.779		
Total do Grupo									

OBS.: Os equipamentos ofertados deverão atender integralmente aos requisitos da especificação técnica, necessitando assim serem comprovados através de Planilha de Comprovação Técnica - Ponto a Ponto, Apêndice do Termo de Referência;

1. Deve fornecer, junto com a proposta comercial documento em papel timbrado da LICITANTE, informando a marca, fabricante, modelo, as subscrições, tipo de



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

licenciamento, part number (quando for o caso), descrição técnica, quantidades, valor unitário, valor total da proposta, local, data e assinatura, a qual deverá ser parte integrante do contrato;

2. A LICITANTE com a proposta de menor preço, deve apresentar no prazo estipulado pelo pregoeiro, documentação técnica do fabricante da solução comprovando o atendimento a todos os requisitos contidos na Especificação do objeto a ser contratado;
3. A LICITANTE deve fornecer uma planilha ponto-a-ponto indicando documento e página onde consta o cumprimento de cada um dos requisitos das especificações técnicas;
4. Não serão aceitas referências a futuros releases ou versões de produtos para comprovar a existência ou aderência a qualquer quesito desta especificação;
5. Cada documento apresentado deve descrever claramente a referência ao modelo apresentado na proposta, não sendo válidas referências genéricas;
6. Será aceita Carta do Fabricante, como comprovação de atendimento de requisitos técnicos e de compatibilidade especificados neste Edital, apenas para os itens que não constarem na documentação da maioria dos fabricantes ou que não puderem ser mensurados;

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Descrição	TX (%)	Valor (Sobre o valor Unitário)
ISS (se couber)		
ICMS (se couber)		
CSLL (se couber)		
IRPF (se couber)		
Outros		
VALOR TOTAL ===>		

OBS.: Se for o caso, incluir outros custos advindos sobre o item da contratação (ex.: impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros) que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto.

Dados da Proposta:

Valor Total: R\$ _____(VALOR POR EXTENSO).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

Dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) nº _____

Inscrição Estadual nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Fax: _____ e-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o contrato:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____ - _____

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Dados para Contato:

Nome: _____

Telefone/Ramal: _____

Declaramos, para todos os fins e efeitos legais, aceitar, irrestritamente, todas as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos relacionados à contratação em questão.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com serviço ou dirigente do Ministério da Saúde.

Local e data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)
Cargo
CPF



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE L - PLANILHA PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/____.

Objeto:

Em conformidade ao disposto na Cláusula Décima do Termo de Referência nº 77/2026, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- 10.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*
- 10.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*
 - 10.31.1.1. *Atestado(s) ou Declarações de Capacidade Técnica, em nome da licitante, podendo ser acompanhado do seu respectivo contrato, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de igual natureza ou compatíveis aos equipamentos especificados no Apêndice A, deste Termo de Referência, incluindo:*
 - a) *No mínimo 320 unidades para cada grupo, da lista de possíveis equipamentos listados na alínea "b" deste subitem, correspondente a aproximadamente 5% do quantitativo total estimado para os kits, formados pelos itens Televisores, Notebooks e Câmeras de videoconferência; e*
 - b) *Para que sejam considerados válidos os atestados a serem apresentados devem comprovar o fornecimento de itens tais como televisores, notebooks, microcomputadores, tablets, câmeras de vídeo conferência, webcams ou equipamentos de áudio e vídeo.*
- 10.31.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante;*
- 10.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;*
- 10.31.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.*
- 10.31.5. *No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da empresa proponente, nem pela própria proponente;*
- 10.31.6. *Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente;*



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

Atestado de Capacidade Técnica (ACT)				
	Atestado 1	Atestado 2	Atestado 3	Atestado N...
Emissor do ACT				
Objeto/Serviços				
Número do Contrato/Empenho				
Período de Prestação de Serviço				
Quantitativo fornecido				
Data de emissão do atestado				
Nome do Responsável que emitiu e assinou o Atestado				
Contato				

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

<Nome>
<Qualificação>



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE M - PLANILHA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA - "PONTO A PONTO"

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/____.

Objeto:

Em atendimento às recomendações constantes nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão nº 1.432/2024-TCU-Plenário, os licitantes deverão informar em suas propostas a marca e o fabricante dos produtos ofertados, bem como detalhar todos os componentes da solução de TIC que se pretende contratar.

Deste modo, solicita-se o preenchimento da tabela abaixo:

Marca	Modelo	Part-number (caso seja possível)	Descrição Original do Fabricante	Descrição do Fornecedor	Quantidade	Valor Unitário

Os bens/solução ofertados deverão atender integralmente aos requisitos da especificação técnica, sendo comprovados através da Planilha de Comprovação Técnica, ponto a ponto, detalhada a seguir:

ID	Exigência na Especificação Técnica da Solução	Atende (Sim ou Não)	Comprovação (Indicação do Documento e da Página)
Itens 1 e 4 - Televisor: Especificações mínimas: Smart TV 43", Full HD, 1920 x 1080, Bluetooth , WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação = Bivolt AC 100-240V, 50/60Hz, com suporte de parede.			
1.1.	Tela		
1.1.1.	Tela de no mínimo de 42/43 polegadas, sendo LCD ou LED, com resolução mínima Full HD 1920x1080, proporção de no mínimo 16:9 e taxa de atualização mínima de 60Hz.		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

1.2.	Vídeo		
1.2.1.	Processador de no mínimo 4 (quatro núcleos) ou equivalente, com HDR (High Dynamic Range), Pixel plus HD, HDR 10 e HLG, Contraste que permita destacar os detalhes em cenas noturnas ou de baixa iluminação, garantindo a reprodução precisa de pretos profundos e uma ampla gama de tons de cinza, possuindo Adaptive Picture (ajuste automático baseado no ambiente), AI Brightness Control (otimização inteligente de brilho e contraste), Mega Contraste (melhoria dinâmica da profundidade dos pretos e tons médios), sensores de luz ambiente que ajustam automaticamente à imagem, entre outras disponíveis no mercado, possuir ângulo de visão que mantenha a qualidade da imagem e a precisão das cores mesmo quando vistas de ângulos laterais com tecnologias como Wide Viewing Angle, X-Wide Angle, Quantum Dot Wide Viewing Angle, entre outras disponíveis no mercado, deverá possuir detecção de brilho e cor, deverá possuir no mínimo os sistemas de cores PALM/N/NTSC/ISDBTB.		
1.3.	Áudio		
1.3.1.	Potência (RMS) mínima de 20 W, com 2 canais de áudio, bluetooth de áudio, o aparelho de TV deverá contar com uma das seguintes tecnologias de áudio: Dolby Audio, DTS-HD, AI Sound Pro, Adaptive Sound, Dolby Atmos ou equivalentes.		
1.4.	Conectividade		
1.4.1.	Possuir bluetooth com versão 4.2 ou superior, WIFI Integrado, IEEE 802.11 b/g/n/ac ou superior, Ethernet (LAN) com no mínimo uma 1 porta RJ-45, HDMI com mínimo de 02 (duas) entradas HDMI, sendo 01 (uma) entrada HDMI com ARC, mínimo de 01 (uma) Porta USB 2.0 ou superior.		
1.5.	Alimentação		
1.5.1.	Bivolt, com Fonte de Alimentação AC 100-240V, 50/60Hz.		
1.6.	Smart TV		
1.6.1.	Sistema Operacional Android TV, webOS, Tizen dentre outros disponíveis no mercado, conter aplicativos pré-instalados como Youtube entre outros, possuir capacidade de instalação de aplicativos, contendo Loja de Aplicativos Google Play Store, Samsung Smart Hub, LG Content Store, dentre outras disponíveis, ser com compatível com algum dos seguintes assistentes Virtuais Alexa, Google Assistant, Bixby ou outro disponível no mercado e possuir capacidade de espelhamento de tela.		
1.7.	Recursos Adicionais		
1.7.1.	Base e parafusos para fixação, padrão VESA de furação, controle remoto, cabo de energia, cabo HDMI Tipo A (padrão) 2.0 (mínimo de 5 metros), manual em português impresso ou online, funções de modo de economia de energia, Recurso Close Caption, Timer, Bloqueio de canais, Firmware atualizável online ou com possibilidade de atualização via porta USB, suporte de parede furação padrão VESA e respectivos parafusos (M4, M6 ou M8 compatível com a rosca da		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

	TV). O suporte de parede deverá possuir capacidade de carga de no mínimo 1,5x o peso da TV.		
ID	Exigência na Especificação Técnica da Solução	Atende (Sim ou Não)	Comprovação (Indicação do Documento e da Página)
Itens 2 e 5 - Notebook: Especificações mínimas: Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.			
2.1.	Placa Principal		
2.1.1.	Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O, suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior, serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta, integrada e de firmware.		
2.2.	BIOS		
2.2.1.	Tipo flash EPROM, atualizável por software, compatível com o padrão plugand-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento, deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS, suportar Boot por dispositivos USB e por rede.		
2.3.	Processador		
2.3.1.	Com arquitetura x86 corporativa ou ARM64, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória, com extensões de virtualização: AMD Ryzen r5, Intel Core i5, Qualcomm Snapdragon X ou superiores , quantidade mínima de núcleos reais: 4, quantidade mínima de Threads: 8.		
2.3.2.	O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento, deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de janeiro de 2023, não serão aceitos processadores descontinuados.		
2.3.3.	TDP (Thermal Design Power) mínimo: 15W, não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.		
2.4.	Memória RAM		
2.4.1.	Memória SDRAM Tipo DDR4 ou superior, frequência mínima de MHz: DDR4-3200 ou superior, com capacidade instalada de no mínimo 16GB, com o mínimo de dois slots de memória de 8GB.		
2.5.	Interfaces de Rede		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

2.5.1.	Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet (10/100/1000), autosense, full-duplex e plug-and-play ou superior, configurável totalmente por software. Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (WiFi 6), de 2.4 GHz e 5 GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		
2.6.	Interfaces de Áudio		
2.6.1.	Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, full duplex, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo (headset), não será aceita solução USB para interfaces de áudio.		
2.7.	Interfaces de Gráfico		
2.7.1.	Controladora de vídeo Integrada, suporte a alocação e fornecimento de memória mínima de 1GB, suporte à resolução mínima com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug-and-play, resolução mínima da tela suportada pelo equipamento de 1920x1080, driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model), com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior.		
2.8.	Conexões		
2.8.1.	Mínimo de 3 (três) portas USB, sendo pelo menos 2 (duas) portas USB 3.0 Tipo A ou superior e 1 (uma) USB 3.1 Tipo C, HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port, conexão de áudio e conexão de rede.		
2.9.	Unidades de Armazenamento		
2.9.1.	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna com capacidade nominal de armazenamento de no mínimo 480GB, com tecnologia MLC ou TLC, utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e no mínimo 1.000 MB/s para escrita.		
2.10.	Fonte de Alimentação e Bateria		
2.10.1.	A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos, a bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh, poderá utilizar a interface USB 3.1 Tipo C para energizar o equipamento.		
2.11.	Dimensões		
2.11.1.	Tela de no mínimo 14" Polegadas, widescreen, antireflexo, suportar resolução Full HD (1920x1080 pixels), retro iluminada por LED, com peso máximo incluso o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios) de 2 kg.		
2.12.	Segurança e Conservação		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

2.12.1.	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge” ou similar, com cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes, acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação, e ainda possuir revestimento interno macio para proteção contra impacto, arranhões e poeira.		
2.13.	Teclado		
2.13.1.	Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive “ç.”, a impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.		
2.13.2.	Teclado pode ser retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função, e resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades.		
2.14.	Touchpad		
2.14.1.	Dispositivo apontador do tipo touchpad, multi-touch, com dois botões além de função de rolagem.		
2.15.	Mouse Externo		
2.15.1.	Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo scroll de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra, Tecnologia LED, Laser ou Glass laser (glaser), com resolução mínima de 800 dpi e interface USB.		
2.16.	Kit de Áudio e Vídeo		
2.16.1.	Deverá ser fornecido 01 (um) Kit de áudio composto por no mínimo 01 Controladora de som onboard e 02 Alto-falantes e 01 Microfone por notebook, a controladora de som deverá conter no mínimo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída), os Alto falantes deverão estar integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal e o Microfone deverá estar integrado ao gabinete do notebook;		
2.16.2.	Deverá ser fornecido 01 (uma) Webcam integrada ao gabinete do notebook, com resolução mínima de 0.92 Megapixel (720p).		
2.17.	Certificações e Compatibilidade		
2.17.1.	Deverá vir acompanhando a proposta, cópia do atestado de conformidade, para o equipamento, emitido por um órgão credenciado INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o equipamento está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment);		
2.17.2.	Deverá possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU equivalentes OU superiores, no mínimo;		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

2.17.3.	Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);		
2.17.4.	A solução deve ser compatível com o SO Windows;		
2.17.5.	Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado se responsabiliza pelo mecanismo de logística reversa. Será apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.		
2.18.	Sistema Operacional		
2.18.1.	Deverá ser fornecida licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 11 ou superior, versão Profissional 64 bits, com build atualizada à ocasião da entrega, em modalidade OEM, pré-instalada na imagem oferecida pela CONTRATANTE, para uso corporativo, em português do Brasil (PT-BR), com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhada de todos os drivers de dispositivos do equipamento e da respectiva documentação.		
2.19.	Requisitos de Hardware		
2.19.1.	Suporte para UEFI (Unified Extensible Firmware Interface), Placa-mãe compatível com a customização de imagens de boot, armazenamento suficiente na BIOS/UEFI para suportar a imagem/logo personalizada, a BIOS deve suportar a customização de uma logo/imagem do CONTRATANTE no boot de inicialização do Sistema Operacional Windows do notebook, drivers e firmware atualizados para garantir compatibilidade com a personalização.		
ID	Exigência na Especificação Técnica da Solução	Atende (Sim ou Não)	Comprovação (Indicação do Documento e da Página)
Itens 3 e 6 - Câmera de Videoconferência: Especificações mínimas: Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa , Zoom mínimo de 1.2x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone multirecional/omnidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior			
3.1.	Vídeo		
3.1.1.	Deve possuir resolução de imagem de no mínimo Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels).		
3.2.	Resolução FPS		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

3.2.1.	Possuir no mínimo resolução de transferência de 1080p/30qps, 720p/60qps.		
3.3.	Tipo de Foco		
3.3.1.	Foco automático.		
3.4.	Microfone integrado		
3.4.1.	Multidirecional/omnidirecional, estéreo, com viva-voz duplex completo e integrado, com cancelamento de ruído.		
3.5.	Alcance do microfone		
3.5.1.	Mínimo de 2,4 m de diâmetro.		
3.6.	Campo de visão (CDV) diagonal		
3.6.1.	Diagonal: mínimo 78°, Horizontal: mínimo 70,42° e Vertical: mínimo 43,3°.		
3.7.	Correção de Luz Automático		
3.7.1.	Permitir ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação. Ex: LightBoost, HDR Vídeo Support, Rightlight 2, TrueLight, Auto Light Adjustment, RealSense Depth Technology, Smart Auto Framing, Image Enhancements, Backlight Compensation (BLC), Wide Dynamic Range (WDR), Sony Exmor R CMOS Sensor, entre outras tecnologias disponíveis no mercado.		
3.8.	Frequência		
3.8.1.	Possuir no mínimo Resposta de frequência: 200hz – 8khz, Resposta de frequência: 220hz – 20khz e Saída máx.: 80db spl @ 0,3m.		
3.9.	Zoom Digital		
3.9.1.	Mínimo de 1.2x.		
3.10.	Recursos mínimos		
3.10.1.	Câmera motorizada, com controles para início/encerramento de chamadas;		
3.10.2.	Caixa de som omnidirecional;		
3.10.3.	LED de indicação de uso da câmera;		
3.10.4.	Câmera projetada para uso sobre a mesa.		
3.11.	Controle remoto		
3.11.1.	Alcance mínimo de 3m e Bateria CR2032 (incluída).		
3.12.	Cabos/Alimentação		
3.12.1.	Adaptador de força AC, cabo de energia mínimo de 2m, cabo USB mínimo de 2m.		

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

<Nome>
<Qualificação>



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

APÊNDICE N – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Registra-se que, em atendimento ao art. 34, inciso I, alínea "a" da IN 94/2022, o Estudo Técnico Preliminar da Contratação será publicado, pela área de Licitação desta pasta, até a data de publicação do edital da licitação.

(...)

Art. 34. O órgão ou entidade deverá providenciar a publicação de, pelo menos, os seguintes documentos em sítio eletrônico de fácil acesso, observando a legislação específica relativa à proteção de informações:

I - Estudo Técnico Preliminar da Contratação e Termo de Referência:

a) até a data de publicação do edital da licitação; ou

(...)

Informa-se que o Estudo Técnico Preliminar - ETP Digital nº 47/2026, encontra-se devidamente acostado aos autos.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Estudo Técnico Preliminar 47/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25000.120323/2025-14

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação justifica-se quanto à necessidade de formalizar Sistema de Registro de Preços para a aquisição de equipamentos destinados a operacionalização da estratégia de Telessaúde âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, com vistas a ampliar o acesso à saúde e a oferta de especialistas, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025.

2.2. Contextualização

2.2.1. A Constituição Federal de 1988 considera a saúde direito de todos e dever do Estado. Para garantir esse direito, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que se baseia em três pilares: universalidade, igualdade de acesso e integralidade no atendimento. O Ministério da Saúde - MS é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros e tem por missão:

2.2.1.1. Promover a saúde e o bem-estar de todos, por meio da formulação e implementação de políticas públicas de saúde, pautando-se pela universalidade, integralidade e equidade.

2.2.2. De acordo com o Art. 1º, Anexo I, do Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023, o Ministério da Saúde tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- I. política nacional de saúde;
- II. coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde - SUS;
- III. saúde ambiental e ações de promoção, de proteção e de recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e a dos indígenas;
- IV. informações de saúde;
- V. insumos críticos para a saúde;
- VI. ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras, de portos marítimos, fluviais e lacustres e de aeroportos;
- VII. vigilância de saúde, especialmente quanto a drogas, a medicamentos e a alimentos;
- VIII. pesquisa científica e tecnológica na área de saúde; e
- IX. produtos, serviços e inovações tecnológicas em fármacos e em medicamentos para fortalecimento do complexo industrial e econômico da saúde.

2.2.3. Considerando o exposto, por meio do Decreto 11.358, de 1º de janeiro de 2023, revogado por meio do Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023, ocorreu a criação da Secretaria de Informação e Saúde Digital - SEIDIGI, responsável pela formulação de políticas públicas orientadoras para a gestão da saúde digital, sendo constituída pelos seguintes departamentos:

- 2.2.3.1. Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS;
- 2.2.3.2. Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde DEMAS; e
- 2.2.3.3. Departamento de Saúde Digital e Inovação - DESD.

2.2.4. Ao Departamento de Saúde Digital e Inovação - DESD, compete:

- I - coordenar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Saúde Digital, Inovação e Telessaúde no SUS;
- II - coordenar a formulação e a implementação das ações de suporte à melhoria da atenção à saúde, no âmbito da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil - ESD;
- III - promover estratégias e ações de saúde digital, inovação e telessaúde no âmbito da atenção à saúde no SUS;
- IV - coordenar os processos de elaboração e implementação de normas e instrumentos necessários ao fortalecimento das práticas de saúde digital e telessaúde no SUS;
- V - promover o intercâmbio de conhecimento e experiências com instituições públicas e privadas, comunidade técnico-científica e organismos internacionais atuantes no âmbito da telessaúde, da telemedicina, da inovação e da saúde digital;
- VI - promover o desenvolvimento de pesquisas, criação de novas linhas de investigação, produção e disseminação de conhecimento em saúde

- 2.2.5. Observa-se, com isso, que o DESD é unidade fundamental e estratégica para que o MS cumpra suas funções, sua missão, as diretrizes nos instrumentos de planejamento das políticas da Administração Pública Federal para a área da saúde digital, expressas no PNS 2024-2027 e no PPA 2024-2027;
- 2.2.6. A transformação digital no SUS aplica-se ao campo da saúde como um todo, incluindo - mas não se restringindo a atenção integral à saúde, vigilância em saúde, formação e educação permanente dos trabalhadores e profissionais de saúde, gestão do SUS em seus diversos níveis e esferas, planejamento, monitoramento, avaliação, pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicados à saúde;
- 2.2.7. O Brasil é reconhecidamente pioneiro e exemplo para vários países da América Latina acerca da estratégia Telessaúde Brasil Redes, programa criado pelo Ministério da Saúde em 2007, que levou a Telessaúde a lugares remotos e com difícil acesso. A infraestrutura de sistemas de saúde digital do país também tem tornado o Brasil o principal protagonista em saúde digital entre os países panamericanos;
- 2.2.8. Ainda no contexto da transformação digital do SUS, o Ministério da Saúde vem adotando medidas para a promoção de tal transformação. Cita-se a título de exemplo, a criação da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), plataforma nacional de interoperabilidade em saúde e, também, o Meu SUS Digital, que se consolida como mais um passo para implementar a digitalização em saúde no Brasil;
- 2.2.9. Neste sentido, as ações desenvolvidas no escopo da SEIDIGI/MS almejam a transformação do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando o acesso, a resolutividade, a integração dos níveis de atenção básica e especializada à saúde e a humanização do cuidado, considerando, respectivamente, o Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM
- /MS nº 2 de 28 de setembro de 2017 que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB e a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde - PNAES, nos termos previstos na Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023;
- 2.2.10. Para a Organização Pan-Americana da Saúde OPAS/OMS (2021) as iniciativas que colocam o setor da saúde na era da interdependência digital devem abordar necessidades e desafios dos indivíduos e das comunidades, bem como dos prestadores de serviços, estimulando uma formação de pessoal que compreenda as repercussões da conectividade em saúde e seus diferentes aspectos: tecnológico, sanitário, social, jurídico entre outros;
- 2.2.11. Atualmente, a saúde digital é reconhecida como uma política pública e suas ações e serviços direcionam aos meios possíveis de realização de novas possibilidades para a implementação de um modelo de cuidado ampliado. Nesse ínterim, considera-se que as limitações sociais e de conectividade, existentes em muitos contextos nacionais, e o perfil diversificado dos usuários em relação ao manejo da tecnologia virtual, requerem o uso de recursos que permitam interação à distância prescindindo de conexão com a internet. Deve-se, portanto, considerar:
- 2.2.11.1. O potencial da saúde digital e da Saúde Digital como estratégia de integração entre os níveis de atenção à saúde no SUS, especialmente como instrumento para simplificação do acesso de pacientes a estes níveis;
- 2.2.11.2. O favorecimento da comunicação entre profissionais dos diversos níveis e destes com os pacientes;
- 2.2.11.3. A importância de uma estratégia unificada de implantação de ações em saúde digital que leve em conta os fluxos entre os diversos níveis de atenção sempre em detrimento de atividades isoladas de qualquer nível, buscando formas de unificar a comunicação com os pacientes e entre os diversos atores na Jornada de Cuidado dos mesmos;
- 2.2.11.4. A necessidade de coordenar, estrategicamente, a adoção de novas tecnologias, evitando o desperdício de recursos públicos; e
- 2.2.11.5. A padronização de diretrizes que permitam incorporação de ferramentas de forma estruturada, com potencial de interoperabilidade e qualidade na perspectiva de integração dos níveis de atenção à saúde.
- 2.2.12. A partir do marco normativo da criação do Programa SUS Digital, instituído pela Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024, foram estabelecidas diretrizes para a transformação digital do SUS. Assim, a telessaúde introduz uma nova maneira de pensar os processos de saúde, superando a barreira da distância por meio de tecnologias de informação e telecomunicação em saúde (TICS), sendo, portanto, intrinsecamente associada ao desenvolvimento e à incorporação de inovações em tecnologias de informação e de comunicação nos sistemas de saúde, incluídos a tele-educação sanitária ou em saúde, as redes de investigação as redes de administração e de gestão em saúde. É um conceito com perspectiva ampla e estruturada;
- 2.2.13. Nesse sentido, foi publicada a Portaria GM/MS nº 3.691, de 23 de maio de 2024, a qual institui a Ação Estratégica SUS Digital Telessaúde e aponta para o redimensionamento e definição das ações e políticas, para que tenham um novo marco referencial a serem seguidos.
- 2.2.14. Deste modo, o novo referencial objetiva reorganizar, monitorar e acompanhar de maneira mais abrangente os diversos tipos de serviços em telessaúde que hoje são possíveis de serem executados pelo Sistema Único de Saúde.
- 2.2.15. Não distante, cumpre informar que, o Programa SUS Digital tem por objeto a saúde digital, com uma abordagem multidisciplinar e com escopo na intersecção entre tecnologia, informação e saúde, incorporando software, hardware e serviços, como parte do processo de transformação digital. Para efeitos do presente Programa, a saúde digital engloba, entre outros, sistemas de informação interoperáveis, registro eletrônico de dados de saúde, aplicação da ciência de dados, inteligência artificial, telessaúde, aplicações móveis de saúde, dispositivos vestíveis, robótica aplicada, medicina personalizada, entre outros, voltados para o setor de saúde;
- 2.2.16. Ademais, o SUS Digital será executado pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, sendo dividido em três etapas: planejamento, implementação e avaliação e composto por 3 (três) eixos, que deverão ser utilizados para a organização e estrutura das ações e estratégias propostas nos planos de ação de transformação digital, quais sejam:
- 2.2.16.1. Eixo 1: cultura de saúde digital, formação e educação permanente em saúde;
- 2.2.16.2. Eixo 2: soluções tecnológicas e serviços de saúde digital no âmbito do SUS; e
- 2.2.16.3. Eixo 3: interoperabilidade, análise e disseminação de dados e informações de saúde.
- 2.2.17. Na tabela a seguir, estão dispostas as iniciativas de cada eixo da Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024:

Eixos	Iniciativas

Eixo 1	<ul style="list-style-type: none"> I. formação e educação permanente em saúde digital; II. fortalecimento do ecossistema de saúde digital, por meio da promoção de inovação aberta, da estruturação de rede colaborativa para o compartilhamento de experiências, conhecimentos, cultura e práticas entre os atores e da cocriação com cidadãos e a sociedade civil organizada; III. fortalecimento do uso de estudos e evidências para incorporação de tecnologias digitais em saúde; IV. fomento à cultura da proteção de dados pessoais e sensíveis de saúde; e V. qualificação dos registros em saúde.
Eixo 2	<ul style="list-style-type: none"> I. - apoio à informatização do SUS e adoção de prontuários eletrônicos que atendam aos padrões de interoperabilidade da RNDS; II. - suporte à melhoria da infraestrutura para os sistemas digitais e de conectividade; III. - fortalecimento dos mecanismos de segurança de acesso aos sistemas, dados e informações de saúde; IV. - indução da estruturação e do funcionamento de soluções tecnológicas e serviços de saúde digital no âmbito dos estabelecimentos e serviços de saúde; V. - fortalecimento da saúde digital para atendimento à saúde das populações negligenciadas, vulneráveis e isoladas geograficamente e dos povos originários; e VI. - ampliação da oferta de telemedicina e telessaúde no âmbito do SUS em território nacional.
Eixo 3	<ul style="list-style-type: none"> I. - promoção da interoperabilidade de dados de saúde com a RNDS; II. - gestão e governança no compartilhamento de dados de saúde; III. - elaboração de estudos técnicos, diretrizes e protocolos, análise e disseminação de dados para subsidiar estratégias de saúde digital e inovação em saúde; IV. - padronização dos modelos de informação nacionais, bem como dos vocabulários e terminologias em saúde; V. - promoção da disseminação de dados e informações em saúde, mantendo-se a confidencialidade, privacidade, proteção de dados e segurança da informação de saúde pessoal; e VI. - preservação da autenticidade, integridade, rastreabilidade e qualidade da informação em saúde.

2.2.18. Assim, com o objetivo de fortalecer e melhorar a qualidade do atendimento da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS), integrando ensino e serviço de saúde por meio de ferramentas e tecnologias da informação e da comunicação, de modo a ampliar o acesso à saúde e a oferta de especialistas, foram estabelecidas ações e serviços que direcionam a novas possibilidades de implementação de um modelo de cuidado ampliado, por meio de ferramentas como:

Teleconsultoria



Telediagnóstico

Exames enviados pelos profissionais de saúde para análise dos especialistas



Segunda Opinião Formativa





- 2.2.19. Através dessas ações, pretende-se:
- 2.2.19.1. Melhorar a qualidade e a segurança da atenção à saúde;
 - 2.2.19.2. Promover a superação das barreiras tecnológicas, nas comunicações e na informação entre usuários, profissionais e gestores da saúde;
 - 2.2.19.3. Possibilitar e estimular a intersecção entre tecnologia, informação e saúde, tornando os serviços de saúde mais eficientes, acessíveis e centrados no cidadão;
 - 2.2.19.4. Ampliar a implantação da Telessaúde para todas as unidades de saúde do país;
 - 2.2.19.5. Expandir o acesso aos serviços e ações de saúde da população; e
 - 2.2.19.6. Transformar vidas por meio da inovação e do cuidado humanizado.
- 2.2.20. Dito isto, considera-se haver relação direta entre a ampliação da Telessaúde e a utilização de soluções tecnológicas, a fim de qualificar a demanda e a disponibilidade do serviço para todo o território nacional. O pretendido objeto representará, na área da saúde, um salto na expansão da assistência à população pelo SUS e possibilitará, nos próximos anos, a universalidade de serviços essenciais na rede pública, além da retomada do investimento em políticas públicas, especialmente em obras de infraestrutura econômica, social e urbana a partir da nova versão do programa;
- 2.2.21. Com o objetivo de ampliar o alcance da iniciativa, serão fornecidos kits de equipamentos para teleconsulta para os entes federados interessados em participar da iniciativa, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, que institui processo de seleção para participação em modalidades específicas do eixo da Saúde no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC. A seleção de entes se dará através das seguintes etapas:
- 2.2.21.1. Inscrição;
 - 2.2.21.2. Enquadramento;
 - 2.2.21.3. Habilitação; e
 - 2.2.21.4. Seleção.

2.3. Justificativa da Necessidade

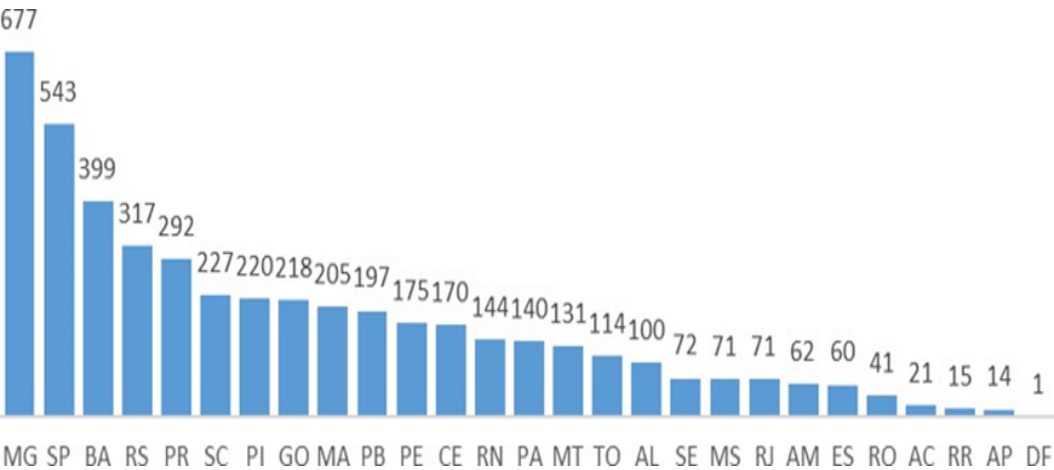
- 2.3.1. Com essa iniciativa, todos os municípios e o Distrito Federal puderam inscrever propostas, sendo permitido o envio de uma proposta por ente federado. Cada proposta pôde contemplar a solicitação de um ou mais kits de equipamentos para teleconsulta, respeitado o limite de um kit por UBS, conforme a faixa populacional estabelecida nos termos do Anexo VIII da Portaria GM/MS nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025. A Tabela 2 apresenta o limite de solicitação de kits por ente federado com base na população.
- 2.3.2. Na tabela abaixo é detalhado o teto para solicitação de kits. Anexo VIII da Portaria GM/MS Nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025.

Faixa Populacional do município (habitantes)	Número máximo de KITS de teleconsulta que podem ser solicitados por município
1- Até 10 mil	1
2- Acima de 10 mil até 20 mil	2
3- Acima de 20 mil até 50 mil	4
4- Acima de 50 mil até 100 mil	8

5- Acima 100 mil até 500 mil	11
6- Acima de 500 mil	18

2.3.3. Uma vez encerrado o período de inscrição, foram enquadradas 4.697 (quatro mil, seiscentos de noventa e sete) propostas, oriundas de 4.697 (quatro mil, seiscentos de noventa e sete) municípios. Assim, todas as propostas inscritas foram enquadradas com base na observância dos requisitos documentais apresentados pela Portaria GM /MS Nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, que estabeleceu como critério de enquadramento o preenchimento correto da carta-consulta no ambiente Transferegov. Na Figura 4 está a distribuição das propostas habilitadas por Unidade Federada.

2.3.4. Figura com a distribuição das propostas por Unidades Federativas:



2.3.5. Então, com base na Tabela 2 e na quantidade de propostas, tem-se um quantitativo de 13.620 kits necessários para o atendimento à todas as propostas. Todavia, na etapa seguinte, de habilitação, foram avaliadas as propostas com base nos seguintes critérios:

2.3.5.1. Critério I: ajuste do quantitativo de kits solicitados em função do teto previsto pelo anexo VIII da Portaria GM /MS Nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, que institui processo de seleção para participação em modalidades específicas do eixo da Saúde no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC;

2.3.5.2. Critério II: Ajuste do quantitativo de kits solicitados em função daquelas já contidas na Portaria GM/MS nº 2.123, de 4 de dezembro de 2023, que autoriza os Municípios e o Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à estruturação das atividades de atendimento remoto realizada pelas equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

2.3.6. No que tange ao primeiro critério, as propostas que tiveram a quantidade de kits superior, conforme os limites estabelecidos no anexo VIII da portaria de Seleção do Novo PAC foram apenas ajustadas. Ou seja, foram consideradas válidas, não sendo, portanto, desabilitadas. Em seguida, aplicou-se o segundo critério. Para isso, analisou-se o total de propostas em função do quantitativo de kits já previstos pela na Portaria GM/MS nº 2.123, de 4 de dezembro de 2023 a qual autoriza os Municípios e o Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à estruturação das atividades de atendimento remoto realizada pelas equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

2.3.7. Cumpre informar que a Portaria GM/MS nº 2.123, de 4 de dezembro de 2023 inicia de maneira ordenada o direcionamento dos recursos previstos no âmbito do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC. Contextualiza-se que os municípios que tinham credenciado equipes eMulti até o início de dezembro de 2023 e solicitado apoio para implantação e custeio de Sala de Telessaúde foram contemplados por tal normativo, de forma que este direcionou recursos para a aquisição de 834 kits, em 562 municípios, em 25 estados da federação.

2.3.8. Por entender que a ação denominada PAC Seleções, instituída por meio Portaria GM/MS Nº 6.640, se trata de uma ação contínua àquela iniciada pela Portaria GM/MS nº 2.123, foram desabilitadas as propostas em que a totalidade de kits solicitados já estão contemplados na Portaria GM/MS nº 2.123.

2.3.9. Deste modo, após aplicação desses critérios de habilitação, 4.515 (quatro mil, quinhentos e quinze) propostas em 4.515 municípios (quatro mil, quinhentos e quinze), perfazendo um total de 12.779 (doze mil, setecentos e setenta e nove) kits se encontravam aptos para a fase de seleção.

2.3.10. Então, dado o quantitativo de kits e municípios habilitados, procedeu-se com a seleção. O método proposto utilizado na seleção divide os municípios em faixas de prioridade: alta, média e baixa.

2.3.11. A classificação nas faixas de prioridade se deu com base na elaboração de um índice, o Índice de Critérios para a Distribuição de Recursos Financeiros para o Programa SUS Digital (ICSD): agrega a base de tipologia rural-urbana para recorte municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a partir de indicadores gerar níveis de classificação.

2.3.12. Deste modo, para o cálculo do ICSD, os indicadores foram usados da seguinte forma:

2.3.12.1. Tipologia Rural Urbana (RU) do IBGE, atribuindo peso maior para os municípios classificados como mais rurais.

--	--	--

Tipologia Rural-Urbana	Quantidade de Municípios	Indicador RU
Rural Remoto	323	1
Intermediário Remoto	64	0,8
Rural Adjacente	3040	0,5
Intermediário Adjacente	686	0,4
Urbano	1457	0,1
TOTAL	5570	-

- 2.3.12.2. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do IPEA (2015), que é um indicador sintético que, quanto maior, mais vulnerável o município, variando entre 0 e 1.
- 2.3.13. Assim, tem-se que: $ICSD = RU + IVS$. Sendo: RU é a tipologia rural/urbana; e IVS o índice de vulnerabilidade social.
- 2.3.14. Então, aplicando o ICSD à totalidade dos municípios habilitados, a classificação, segundo o ICSD, utilizando a escala de variação [0,190-1,784]: quanto maior o índice, mais isolado, rural e vulnerável o município.
- 2.3.15. Após a aplicação do método de classificação e distribuição, os proponentes foram agrupados dentro das faixas de prioridade (Alta, Média e Baixa), dadas em função do ICSD. A tabela apresenta o resultado da classificação e agrupamento dos municípios em função das prioridades e ICSD, e as respectivas quantidades de kits:

Prioridade	Quantidade de Municípios	Quantidade de Kits	Faixa ICSD
Baixa	886	5021	0,190 - 0,449
Média	2468	5442	0,450 - 0,950
Alta	1161	2316	0,951 - 1,784
TOTAL	4515	12779	-

- 2.3.16. Então, com base na Tabela 4 tem-se uma compreensão do cenário das propostas e de suas prioridades. Todavia, por se tratar de políticas públicas relacionadas à saúde, questões orçamentárias, e das necessidades das Unidades Federativas que apresentaram propostas, planeja-se distribuir os kits de forma equitativa, com base nas prioridades, de forma que a aplicação dos recursos tenha um impacto mais abrangente e eficiente no território nacional.
- 2.3.17. Deste modo, com vistas a contribuir no fortalecimento das ações de telessaúde em todo o território nacional, fez-se necessário apoiar na estruturação de equipamentos públicos de saúde para oportunizar uma melhoria do cuidado a partir da estruturação de seus espaços físicos;
- 2.3.18. Assim, entende-se que os serviços de telessaúde serão realizados pelos profissionais de saúde nos Núcleos de Telessaúde e Pontos de Telessaúde. A prestação de serviços de telessaúde deverá ser baseada na melhor e mais atualizada evidência científica, observados o custo e a efetividade das ações;
- 2.3.19. Não obstante, é válido destacar conceitos para uma melhor compreensão da dinâmica e operacionalização dos processos de trabalho incluídos neste contexto, nos termos da Portaria GM/MS nº 3.691, de 23 de maio de 2024:

2.3.19.1. **Núcleo de Telessaúde:**

instituição que ofereça as seguintes modalidades de ações e serviços de telessaúde visando qualificar, ampliar e fortalecer o SUS:

- a) Serviços de telessaúde:
 - a.1. Oferta de serviços de telessaúde de acordo com as demandas estadual, distrital ou municipal;
 - a.2. Composição e manutenção da equipe de teleconsultores e do corpo clínico de especialistas de referência, compatíveis com a demanda pelos serviços de telessaúde.
- b) Ações de educação permanente para a realização e o uso dos serviços de saúde digital e telessaúde;
- c) Serviços de suporte de tecnologia da informação às ações de telessaúde; e
- d) Monitoramento e avaliação do uso e da qualidade dos serviços de saúde digital e telessaúde.

2.3.19.2. **Pontos de Telessaúde:** estabelecimentos de saúde inserido nas redes de atenção à saúde no SUS - RAS que demandam os serviços de telessaúde, a partir dos quais os usuários e os profissionais de saúde do SUS serão beneficiados pelas ações dos Núcleo de Telessaúde.

2.3.20. O Núcleo de Telessaúde poderá contar com o apoio das equipes de atenção primária e dos outros níveis de atenção na oferta dos serviços de saúde digital e telessaúde, devendo integrar as redes de atenção à saúde e as linhas de cuidado no âmbito do SUS;

2.3.21. Já o Ponto de Telessaúde, poderá ofertar os serviços de telessaúde conforme sua área de expertise e composição das equipes de saúde e poderá ser implantado em todos os níveis de atenção presentes nas redes de atenção à saúde no SUS, devendo ser equipado com a infraestrutura necessária no caso de ofertar ações e serviços de telessaúde;

2.3.22. Dito isto, elencam-se a seguir as modalidades de serviços de telessaúde, que visam atender as ações no âmbito do programa SUS Digital:

2.3.22.1. **Teleconsultoria:** consulta registrada e realizada entre profissionais de saúde, por meio de instrumentos de telecomunicação bidirecional, com o fim de esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho, podendo ser de dois tipos:

Síncrona: teleconsultoria realizada com interação dos participantes simultaneamente, seja por telefone, videoconferência, ferramenta de conversa instantânea, entre outros; ou

Assíncrona: teleconsultoria realizada por meio de comunicações enviadas e recebidas em momentos diferentes, como em correio eletrônico ou troca de mensagens por aplicativos.

2.3.22.2. **Teletriagem:** interação remota entre profissional de saúde e paciente, para determinação da prioridade do atendimento ou do tipo de atendimento necessário, com base na gravidade do seu estado;

2.3.22.3. **Teleconsulta:** consulta remota, com o fim de troca de informações clínicas, laboratoriais e de imagens entre profissional de saúde e paciente, com possibilidade de prescrição e emissão de atestados, devendo ser observadas as resoluções vigentes de cada conselho de classe profissional em exercício;

2.3.22.4. **Telediagnóstico:** serviço que utiliza as tecnologias da informação e comunicação para realizar apoio remoto ao diagnóstico;

2.3.22.5. **Telemonitoramento:** interação remota, realizada sob orientação e supervisão de profissional de saúde envolvido no cuidado ao paciente para monitoramento ou vigilância de parâmetros de saúde;

2.3.22.6. **Teleinterconsulta:** interação remota para a troca de informações clínicas, laboratoriais, de imagens e opiniões entre profissionais de saúde, com a presença do paciente, para auxílio diagnóstico ou terapêutico, facilitando a atuação interprofissional;

2.3.22.7. **Teleducação:** atividade educacional na forma de cursos, aulas, palestras, seminários, fóruns de discussão e reuniões de matriciamento, remotos, síncronos, assíncronos ou híbridos, ministrados por meio da utilização das tecnologias de informação e comunicação, no âmbito da saúde digital; e

2.3.22.8. **Telerregulação:** atividades de organização, controle, gerenciamento e priorização do acesso e dos fluxos assistenciais no âmbito do SUS, atua de forma articulada com as ações de telessaúde por meio das TIC e contribuem para o aumento da resolubilidade, com vistas a redução dos tempos e filas de espera.

2.3.23. Os elementos que compõem os pontos de Telessaúde são fundamentais para o funcionamento eficiente de uma sala de teleatendimento, com vistas à ampliar o acesso ao serviço de saúde, tornando as consultas mais personalizadas e eficazes, bem como facilitando o acesso aos registros médicos;

2.3.24. Dito isso, destaca-se que esta ação está vinculada aos equipamentos constantes na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis pelo SUS - RENEM (<https://portal.fns.saude.gov.br/renem/>), de acordo com o Estabelecimento de Saúde e seus respectivos ambientes organizados pelo Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Financiáveis para o SUS (SIGEM), a qual foi criada por meio da Portaria GM /MS nº 3134, de 17 de dezembro de 2013, incorporada à Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, para gerir os itens financiáveis para o Sistema Único de Saúde (SUS) e padronizar suas nomenclaturas permitindo a efetiva gestão;

2.3.25. O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem por objetivo a aquisição, pelos municípios, de equipamentos destinados à estruturação dos Pontos de Telessaúde inseridos na atenção primária à saúde, previstos no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (SIGEM) para a atividade Telessaúde - SUS Digital, com vistas à operacionalização da ação estratégica SUS Digital - Telessaúde;

2.3.26. Os itens cadastrados na RENEM são considerados equipamentos para a saúde e materiais permanentes e devem se enquadrar nos critérios estabelecidos pela Portaria STN 448/2002, nos quais são considerados se observados aspectos como a durabilidade, perecibilidade, fragilidade, incorporabilidade e transformabilidade, dos materiais permanentes;

2.3.27. Torna-se oportuno observar que as solicitações de financiamento de equipamentos e materiais permanentes, deverão estar em consonância com as políticas nacionais e com os objetivos e estratégias das políticas estruturais do SUS, em conformidade com o Plano Nacional de Saúde;

2.3.28. Os itens da Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis pelo SUS (RENEM) estão classificados de acordo com a utilização dos equipamentos e materiais permanentes, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Classificação	Definição

Equipamentos Médico Assistenciais	Equipamentos ou Sistemas utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia e monitoração na assistência à saúde da população.
Equipamentos de Apoio	Equipamento ou sistema que compõe uma unidade funcional, com características de apoio à área assistencial.
Equipamentos Gerais	Conjunto de móveis e utensílios com características de uso geral, e não específico, da área hospitalar.
Equipamentos de Infraestrutura	Equipamentos ou Sistemas, que compõem as instalações elétricas, eletrônicas, hidráulicas, fluido-mecânica ou de climatização, de circulação vertical, destinadas a dar suporte ao funcionamento adequado das unidades assistenciais e aos setores de apoio.
Veículos	Meio de transporte, motorizados ou não, destinado a apoiar as ações, os programas e políticas do Ministério da Saúde.

2.3.29. Posto isto, em atenção ao que preconiza a Portaria GM/MS nº 4.160, de 07 de junho de 2024, com vistas ao atingimento do objetivo específico proposto, qual seja, "ofertar e qualificar soluções de tecnologias" para o Programa SUS Digital, foram previstos recursos orçamentários no âmbito do Programa de Aceleração e Crescimento - Novo PAC, com vistas à adequação de salas/ambientes para realização de atendimentos em saúde e apoio ao diagnóstico, mediados por meio de tecnologias de informação;

2.3.30. Vale ressaltar que, para garantir a eficácia do teleatendimento, é importante que os equipamentos possuam uma boa performance para garantir a fluidez das aplicações, com capacidade para executar múltiplas tarefas simultaneamente, espaço de armazenamento para salvar arquivos, bateria com capacidade para garantir a autonomia do equipamento durante as consultas e possuir recursos de conectividade e sistema operacional compatíveis com os softwares utilizados na sala de teleatendimento.

2.3.31. Com base nisso, os equipamentos, objeto deste documento, a serem fornecidos ao teleatendimento de Telessaúde, são compostos pelos itens a seguir:

2.3.31.1. **SmartTV:**

- a) Melhor visualização durante as consultas, permitindo que os profissionais de saúde e os pacientes visualizem de forma clara e detalhada imagens, exames e outros dados clínicos, o que é crucial para diagnósticos precisos e para que o paciente compreenda melhor seu tratamento;
- b) Uma TV de alta qualidade melhora a interação entre o médico e o paciente, garantindo que ambos se vejam e se ouçam de forma nítida;
- c) Além de facilitar as consultas, a TV pode ser utilizada para exibir vídeos educativos, tutoriais de saúde e informações importantes, ajudando na educação em saúde do paciente;
- d) Conectividade e compatibilidade com plataformas online de telessaúde são cruciais, pois permitem o uso de softwares especializados; e
- e) Em consultas que envolvem diferentes tipos de dados (como videoconferências, compartilhamento de exames e gráficos de saúde), a TV oferece uma tela maior e mais adequada para que todas essas informações sejam exibidas simultaneamente de maneira clara.

2.3.31.2. **Notebook:**

- a) Permite o acesso a sistemas de informação em saúde, como prontuários eletrônicos, sistemas de agendamento e plataformas de teleconsulta, facilitando a gestão dos dados do paciente e a comunicação com outros profissionais da equipe;
- b) É essencial para a realização de teleconsultas, permitindo a comunicação em tempo real com pacientes em locais distantes, através de videoconferência;

- c) Possibilita ao profissional de saúde emitir laudos e receitas eletronicamente, agilizando o processo e reduzindo o uso de papel;
- d) Permite que o profissional de saúde se mantenha atualizado sobre as últimas novidades da área, através de pesquisas, cursos online e participação em eventos virtuais (tele-educação em saúde);
- e) Pode ser integrado a outros equipamentos, como câmera, microfone e impressora, ampliando as funcionalidades da sala de teleatendimento;
- f) Gera economia a longo prazo, ao reduzir custos com impressões, deslocamentos e armazenamento de documentos físicos.

2.3.31.3. Câmera para vídeo conferência:

- a) Permite uma comunicação mais completa e natural entre profissionais de saúde e pacientes;
- b) Possibilita a visualização em tempo real dos participantes, juntamente com o áudio claro, facilitando a compreensão e a troca de informações durante as consultas remotas;
- c) É essencial para avaliar sinais clínicos, exames físicos e outros aspectos relevantes;
- d) Garante que os profissionais possam observar detalhes importantes e fazer diagnósticos mais precisos;
- e) Permite o compartilhamento de imagens, exames e gráficos com especialistas em tempo real;
- f) Permite discussões colaborativas e emissão de laudos à distância. Possibilita a visualização clara de vídeos educativos, tutoriais e orientações para a educação dos pacientes;
- g) Garante que as informações sejam transmitidas de forma compreensível;
- h) Proporciona um ambiente profissional e bem organizado;
- i) Contribui para o conforto dos participantes durante as videoconferências; e
- j) Evitam deslocamentos desnecessários, economizando tempo e recursos. Possibilita que os pacientes sejam atendidos em suas casas, reduzindo custos com transporte e infraestrutura.

2.3.32. A aquisição desses equipamentos, é um investimento estratégico que contribui para a melhoria da qualidade do atendimento, a otimização dos processos de trabalho e a expansão do acesso aos serviços de saúde, oferecendo benefícios significativos para pacientes, profissionais de saúde e gestores.

2.3.33. Os profissionais de saúde poderão realizar consultas remotas com pacientes, independentemente de sua localização geográfica, podendo se conectar a especialistas sem a necessidade de deslocamento. Além de proporcionar aos profissionais da atenção primária, uma conexão com especialistas para discussão de casos e troca de conhecimentos, o que possibilita que o profissional observe sinais clínicos e realize diagnósticos mais precisos, além de exames físicos, avaliação de feridas ou observação de sintomas;

2.3.34. As ações de telessaúde permitirão ainda, o envio de exames para especialistas e emissão de laudos à distância, viabilizando tratamento adequado e mais ágil dos pacientes.

2.3.35. Os profissionais de saúde também poderão utilizar os equipamentos para educar pacientes sobre doenças, tratamentos e prevenção, com vídeos explicativos, tutoriais e orientações personalizadas, facilitando a comunicação entre diferentes níveis de atenção à saúde.

2.3.36. Em suma, a aquisição de uma solução de teleatendimento de Saúde para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), representa uma estratégia robusta para modernizar e ampliar o acesso aos serviços de saúde em todo o Brasil. Este cenário envolve a compra direta da solução que é composta pelos seguintes equipamentos: TVs, notebooks e webcams.

2.3.37. A presente solicitação de contratação decorre da necessidade de dar continuidade e ampliar a estratégia nacional de Telessaúde no âmbito do Programa SUS Digital, em alinhamento com os objetivos estruturantes do eixo “Saúde” do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC.

2.3.38. A proposta ora apresentada reveste-se de especial relevância estratégica por representar a continuidade e ampliação de uma ação estruturante já iniciada no âmbito do processo nº 25000.120464/2024-48, que viabilizou a aquisição inicial de equipamentos destinados à implantação da estratégia nacional de Telessaúde.

2.3.39. Ao retomar e expandir os esforços inaugurados naquele processo, a nova contratação não apenas assegura a consistência da política pública em curso, como responde diretamente à crescente e qualificada demanda dos entes federativos, que ultrapassou os limites quantitativos inicialmente previstos.

2.3.40. Importa frisar que o aumento expressivo do interesse e adesão dos gestores locais demonstra não apenas a aderência da iniciativa às necessidades reais do território, mas também a urgência de garantir os meios para sua plena execução. Soma-se a isso o fato de que permanece uma demanda reprimida ao lado de novas manifestações de interesse por parte de entes que apresentam condições técnicas e operacionais para a implementação imediata dos serviços.

2.3.41. Dessa forma, interromper ou postergar a continuidade da ação implicaria prejuízo direto à consolidação da Telessaúde como ferramenta estruturante do SUS, comprometendo a ampliação da cobertura, a efetividade da estratégia de saúde digital e, sobretudo, a capacidade de resposta do sistema às desigualdades de acesso em regiões historicamente mais vulneráveis. Portanto, trata-se de uma ação indissociável do fortalecimento da atenção à saúde, da qualificação do cuidado e da equidade no acesso aos serviços especializados.

2.3.42. Não distante, cabe destacar que esta demanda poderá ser caracterizada como insumo estratégico da área demandante, permitindo o atendimento a situações operacionais futuras, expansão da cobertura, apoio a novos núcleos, ações de reposição e reforço da infraestrutura em áreas prioritárias, contribuindo de forma decisiva para a efetividade e sustentabilidade da política pública em curso.

2.3.43. Ademais, a presente ação está amparada na Portaria GM/MS nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, que, em seu Anexo VIII, estabelece a meta física de entrega de 7.000 kits de Telessaúde. Para viabilizar esse objetivo, foi previsto o fornecimento total de 12.779 kits, onde conforme descrito anteriormente, cada kit é composto por três itens essenciais à operacionalização da estratégia nas Unidades Básicas de Saúde, sendo eles e suas respectivas especificações.

2.4. Resultados a serem alcançados:

2.4.1. Ao optar pelo modelo proposto neste documento, as UBS passam a contar com infraestrutura própria para teleatendimento, proporcionando uma série de benefícios que vão desde a melhoria da qualidade do atendimento até a sustentabilidade financeira a longo prazo;

2.4.2. Assim, dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, pode-se evidenciar:

2.4.2.1. A compra de equipamentos padronizados para todas as UBS garante uniformidade na qualidade do atendimento, permitindo uma experiência

- consistente aos pacientes, independentemente de sua localização;
- 2.4.2.2. Com uma infraestrutura própria e estável, as UBS podem oferecer um serviço de teleatendimento mais confiável e de alta qualidade;
- 2.4.2.3. A disponibilidade garantida dos equipamentos adequados facilita o atendimento remoto, reduzindo deslocamentos e filas e, consequentemente, melhorando a satisfação no atendimento dos pacientes;
- 2.4.2.4. Os equipamentos a serem adquiridos, sendo de posse das UBS, permite o gerenciamento direto e a manutenção preventiva e corretiva, sem depender dos tempos de resposta de terceiros, o que resulta em uma maior agilidade na resolução de problemas técnicos e, consequentemente, com menos interrupções nos serviços;
- 2.4.2.5. Muitas UBS já possuem alguma infraestrutura tecnológica que pode ser integrada ou melhorada com a aquisição de novos equipamentos;
- 2.4.2.6. Com a pretendida aquisição, busca-se alcançar resultados que impulsionem a melhoria no atendimento aos pacientes, proporcionando maior satisfação do usuário, maior qualidade do cuidado e um menor custo para o Sistema Único de Saúde;
- 2.4.2.7. Nessa linha, será possível a redução do tempo de espera, um maior acesso a especialistas, continuidade do tratamento, realização de consultas e um acompanhamento mais próximo, permitindo que o paciente receba um atendimento personalizado e humanizado; e
- 2.4.2.8. Busca-se atender aos princípios básicos de qualidade dos cuidados de saúde de maneira oportuna, efetiva, eficiente, equitativa e centrada no paciente, reduzindo as filas de espera, tempo para atendimentos ou diagnósticos especializados.

2.5. Benefícios ao paciente:

- 2.5.1. A telessaúde oferece diversos benefícios aos pacientes, dos quais destacam-se:
- 2.5.1.1. Os pacientes receberão atendimento médico sem precisar se deslocar, o que é especialmente útil para aqueles que vivem em áreas remotas ou possuem dificuldades de locomoção;
- 2.5.1.2. Monitoramento remoto de condições clínicas, facilitando o acompanhamento contínuo e a intervenção precoce;
- 2.5.1.3. Menor tempo de espera para consultas, permitindo um atendimento mais rápido e eficiente;
- 2.5.1.4. Atendimento mais personalizado e humanizado, por parte dos profissionais de saúde;
- 2.5.1.5. O paciente terá acesso a especialistas de diferentes áreas, mesmo que em locais distantes; e
- 2.5.1.6. Facilidade no acompanhamento do paciente durante todo o tratamento, permitindo a realização de consultas de regulares e troca de informações com outros profissionais de saúde.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO-GERAL DE INOVAÇÃO EM SAÚDE DIGITAL	ERNANO ARRAIS JUNIOR

4. Necessidades de Negócio

- 4.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização e descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso.
- 4.2. Assim, apontam-se as necessidades de negócio onde serão detalhadas as razões estratégicas e operacionais que justificam a implementação da solução de teleatendimento nos pontos de telessaúde, a ser desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar:
- 4.2.1. Equipar salas/ambientes para realização de atendimentos em saúde e apoio ao diagnóstico, mediados por meio de tecnologias de informação, com vistas a proporcionar oferta de serviços de telessaúde, de acordo com as demandas estaduais, distritais e municipais;
- 4.2.2. O cumprimento ao disposto na Portaria GM/MS nº 4.160, de 7 de junho de 2024, a qual institui incentivo financeiro federal de investimento destinado à estruturação dos Pontos de Telessaúde, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo da Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC;
- 4.2.3. Colaborar no que concerne à incorporação de softwares, hardwares e serviços, como parte do processo de transformação digital do SUS;
- 4.2.4. Proporcionar a estruturação e o funcionamento de soluções tecnológicas e serviços de saúde digital, no âmbito dos estabelecimentos e serviços de saúde;
- 4.2.5. Fortalecer a saúde digital, com vistas ao atendimento das populações negligenciadas, vulneráveis e isoladas geograficamente e dos povos originários;
- 4.2.6. Fomentar o desenvolvimento da infraestrutura necessária para “promover acesso equitativo, acessível e universal aos benefícios” das tecnologias de informação e conectividade (TIC), mediante implementação de serviços e sistemas de Saúde Digital numa escala global; e
- 4.2.7. Melhoria na acessibilidade ao atendimento, e o aumento da eficiência no atendimento médico.
- 4.3. Melhoria do Acesso ao Atendimento de Saúde:
- 4.3.1. Muitas UBS enfrentam desafios para fornecer atendimento presencial a todos os pacientes, especialmente em áreas rurais ou de difícil acesso. A solução de teleatendimento permite ampliar o acesso a serviços de saúde, especialmente para populações vulneráveis ou distantes; e
- 4.2.3. A Solução de teleatendimento de saúde (medicina), pode reduzir a necessidade de deslocamento dos pacientes, facilitando o acesso a consultas médicas, acompanhamento de doenças crônicas, e serviços de triagem inicial, contribuindo para uma maior cobertura de saúde.
- 4.4. Eficiência Operacional e Otimização de Recursos:
- 4.4.1. Os pontos de teleatendimento frequentemente lidam com recursos limitados, tanto em termos de pessoal quanto de equipamentos médicos. A ampliação do teleatendimento pode ajudar a otimizar a utilização de recursos humanos e materiais, melhorando a eficiência das operações diárias; e

- 4.4.2. A ampliação do teleatendimento permitirá o uso mais eficiente dos profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, possibilitando que atendam a mais pacientes em menos tempo e reduzindo o tempo de espera para consultas.
- 4.4.3. Aumento da capacidade de resposta em situações de emergências:
- 4.4.3.1. Em situações de emergências ou surtos de doenças, como a pandemia de COVID-19, o teleatendimento oferece uma forma segura e eficiente de triagem e atendimento inicial sem expor pacientes e profissionais ao risco de contágio; e
- 4.4.2.3. A solução de teleatendimento pode ser usada para consultas iniciais, monitoramento remoto de pacientes e aconselhamento médico, ajudando a reduzir a pressão sobre os serviços de saúde presencial em momentos críticos.
- 4.5. Melhoria na Qualidade do Atendimento e Continuidade de Cuidados:
- 4.5.1. A telemedicina pode melhorar a gestão contínua desses pacientes, permitindo consultas regulares sem a necessidade de visitas presenciais; e
- 4.5.2. O teleatendimento pode facilitar o acompanhamento regular e proativo dos pacientes, com consultas virtuais para revisões, ajustes de tratamento, e monitoramento remoto, contribuindo para melhores resultados de saúde.

5. Necessidades Tecnológicas

- 5.1. A partir da análise das necessidades de negócio, identificaram-se as necessidades tecnológicas a serem atendidas pela solução, conforme requisitos elencados nos itens a seguir:
- 5.1.1. Os elementos que compõem os pontos de Telessaúde são fundamentais para o funcionamento eficiente de uma sala de teleatendimento, com vistas a ampliar o acesso ao serviço de saúde, tornando as consultas mais personalizadas e eficazes, bem como facilitando o acesso aos registros médicos; e
- 5.1.2. Vale ressaltar que, para garantir a eficácia do teleatendimento, é importante que os equipamentos possuam uma boa performance para garantir a fluidez das aplicações, com capacidade para executar múltiplas tarefas simultaneamente, espaço de armazenamento para salvar arquivos, bateria com capacidade para garantir a autonomia do equipamento durante as consultas e possuir recursos de conectividade e sistema operacional compatíveis com os softwares utilizados na sala de teleatendimento.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

- 6.1. Além dos requisitos de negócio e tecnológicos apresentados neste Estudo, a presente seção destaca aqueles requisitos que devem ser considerados para assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a contratação em tela, de forma que a solução deverá:
- 6.1.1. Os equipamentos que compõem o Kit de Telessaúde - smart TV, notebook e câmera de videoconferência - deverão possuir garantia de fábrica e suporte técnico remoto oferecidos pelos respectivos fabricantes;
- 6.1.1.1. Tal requisito garante que, qualquer eventual dificuldade técnica localizada na instalação ou configuração possa ser resolvida por meio do suporte especializado dos fabricantes, sem custos adicionais para o projeto;
- 6.1.1.2. Assim, a solução deverá incluir a cobertura técnica necessária para garantir o pleno funcionamento dos dispositivos, sem a necessidade de contratação de serviços locais.
- 6.2. No presente estudo técnico, optou-se pela não inclusão do serviço de instalação e configuração dos equipamentos que compõem o Kit de Telessaúde (smart TV, notebook e câmera de videoconferência) pela contratada;
- 6.2.1. Justifica-se que, tal decisão foi tomada com base em análise técnica e operacional, considerando a simplicidade dos equipamentos e o custo-benefício associado;
- 6.2.2. Os equipamentos incluídos no Kit de Telessaúde - como smart TV, notebook e a câmera de videoconferência - são dispositivos com funcionalidade " plug and play " (USB e HDMI) e as configurações exigidas são de conexão bluetooth e WIFI. Isso significa que não demandam instalações complexas ou configurações técnicas especializadas, uma vez que a conexão e o funcionamento desses dispositivos podem ser facilmente realizados por usuários finais ou pela equipe técnica interna, sem a necessidade de contratar serviços adicionais de instalação;
- 6.2.3. Além disso, a interface intuitiva dos dispositivos permite que os profissionais de saúde ou administradores locais configurem rapidamente o sistema, tornando a solução operante sem requerer o suporte especializado de terceiros. Esta facilidade de uso justifica a exclusão do serviço de instalação como parte da contratação, uma vez que os próprios usuários são capazes de realizar o processo com eficiência;
- 6.2.4. Tal estratégia visa, ainda, a aplicação do princípio da economicidade, conforme previsto na Lei 14.133/2021. Este princípio visa garantir que os recursos públicos sejam empregados da forma mais eficiente possível, evitando custos desnecessários. Como a instalação e configuração dos equipamentos são simples e podem ser realizadas de maneira eficiente pelas equipes locais ou usuários finais, a contratação de um serviço externo para essa função seria redundante e traria um custo adicional ao projeto sem agregar valor proporcional.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

- 7.1. A presente sessão contém o registro do quantitativo estimado de bens e serviços necessários para a composição da solução a ser contratada, de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo. Busca-se descrever também os métodos, metodologias e técnicas de estimativas que foram utilizados, nos termos do inciso I do art. 11 da IN SGD-ME nº 94, de dezembro de 2022.
- 7.1.1. Com essa iniciativa, todos os municípios e o Distrito Federal puderam inscrever propostas, sendo permitido o envio de uma proposta por ente federado. Cada proposta pôde contemplar a solicitação de um ou mais kits de equipamentos para teleconsulta, respeitado o limite de um kit por UBS,

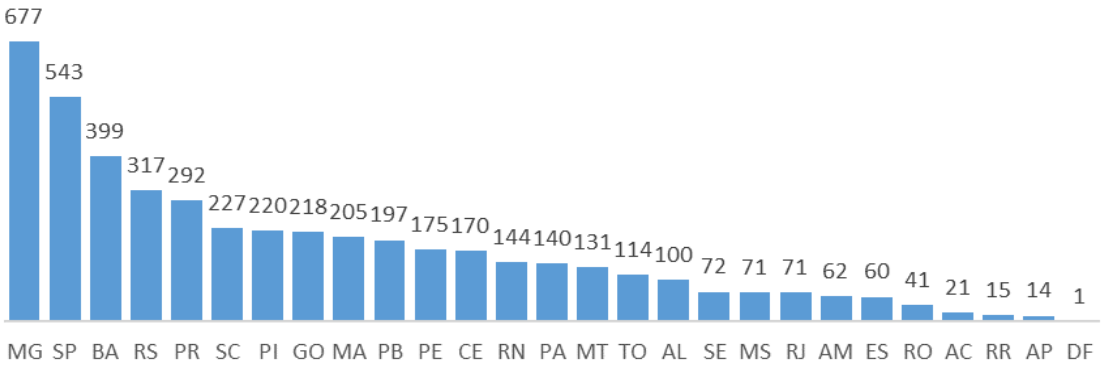
conforme a faixa populacional estabelecida nos termos do Anexo VIII da Portaria GM/MS nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025. A Tabela 2 apresenta o limite de solicitação de kits por ente federado com base na população.

7.1.2. Na tabela abaixo é detalhado o teto para solicitação de kits. Anexo VIII da Portaria GM/MS Nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025.

Faixa Populacional do município (habitantes)	Número máximo de KITS de teleconsulta que podem ser solicitados por município
1- Até 10 mil	1
2- Acima de 10 mil até 20 mil	2
3- Acima de 20 mil até 50 mil	4
4- Acima de 50 mil até 100 mil	8
5- Acima 100 mil até 500 mil	11
6- Acima de 500 mil	18

7.1.3. Uma vez encerrado o período de inscrição, foram enquadradas 4.697 (quatro mil, seiscentos de noventa e sete) propostas, oriundas de 4.697 (quatro mil, seiscentos de noventa e sete) municípios. Assim, todas as propostas inscritas foram enquadradas com base na observância dos requisitos documentais apresentados pela Portaria GM /MS Nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, que estabeleceu como critério de enquadramento o preenchimento correto da carta-consulta no ambiente Transferegov. Na Figura 4 está a distribuição das propostas habilitadas por Unidade Federada.

7.1.4. Figura com a distribuição das propostas por Unidades Federativas:



7.1.5. Então, com base na Tabela 2 e na quantidade de propostas, tem-se um quantitativo de 13.620 kits necessários para o atendimento à todas as propostas. Todavia, na etapa seguinte, de habilitação, foram avaliadas as propostas com base nos seguintes critérios:

7.1.5.1. Critério I: ajuste do quantitativo de kits solicitados em função do teto previsto pelo anexo VIII da Portaria GM /MS Nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, que institui processo de seleção para participação em modalidades específicas do eixo da Saúde no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC;

7.1.5.2. Critério II: Ajuste do quantitativo de kits solicitados em função daquelas já contidas na Portaria GM/MS nº 2.123, de 4 de dezembro de 2023, que autoriza os Municípios e o Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à estruturação das atividades de atendimento remoto realizada pelas equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

7.1.6. No que tange ao primeiro critério, as propostas que tiveram a quantidade de kits superior, conforme os limites estabelecidos no anexo VIII da portaria de Seleção do Novo PAC foram apenas ajustadas. Ou seja, foram consideradas válidas, não sendo, portanto, desabilitadas. Em seguida, aplicou-se o segundo critério. Para isso, analisou-se o total de propostas em função do quantitativo de kits já previstos pela na Portaria GM/MS nº 2.123, de 4 de dezembro de 2023 a qual autoriza os Municípios e o Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à estruturação das atividades de atendimento remoto realizada pelas equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

7.1.7. Cumpre informar que a Portaria GM/MS nº 2.123, de 4 de dezembro de 2023 inicia de maneira ordenada o direcionamento dos recursos previstos no âmbito do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC. Contextualiza-se que os municípios que tinham credenciado equipes eMulti até o início de dezembro de 2023 e solicitado apoio para implantação e custeio de Sala de Telessaúde foram contemplados por tal normativo, de forma que este direcionou recursos para a aquisição de 834 kits, em 562 municípios, em 25 estados da federação.

7.1.8. Por entender que a ação denominada PAC Seleções, instituída por meio Portaria GM/MS Nº 6.640, se trata de uma ação contínua àquela iniciada pela Portaria GM/MS nº 2.123, foram desabilitadas as propostas em que a totalidade de kits solicitados já estão contemplados na Portaria GM/MS nº 2.123.

7.1.9. Deste modo, após aplicação desses critérios de habilitação, 4.515 (quatro mil, quinhentos e quinze) propostas em 4.515 municípios (quatro mil, quinhentos e quinze), perfazendo um total de 12.779 (doze mil, setecentos e setenta e nova) kits se encontravam aptos para a fase de seleção.

7.1.10. Então, dado o quantitativo de kits e municípios habilitados, procedeu-se com a seleção. O método proposto utilizado na seleção divide os municípios em faixas de prioridade: alta, média e baixa.

7.1.11. A classificação nas faixas de prioridade se deu com base na elaboração de um índice, o Índice de Critérios para a Distribuição de Recursos Financeiros para o Programa SUS Digital (ICSD): agrega a base de tipologia rural-urbana para recorte municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a partir de indicadores gerar níveis de classificação.

7.1.12. Deste modo, para o cálculo do ICSD, os indicadores foram usados da seguinte forma:

7.1.12.1. Tipologia Rural Urbana (RU) do IBGE, atribuindo peso maior para os municípios classificados como mais rurais.

Tipologia Rural-Urbana	Quantidade de Municípios	Indicador RU
Rural Remoto	323	1
Intermediário Remoto	64	0,8
Rural Adjacente	3040	0,5
Intermediário Adjacente	686	0,4
Urbano	1457	0,1
TOTAL	5570	-

7.1.12.2. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do IPEA (2015), que é um indicador sintético que, quanto maior, mais vulnerável o município, variando entre 0 e 1.

7.1.13. Assim, tem-se que: ICSD = RU + IVS. Sendo: RU é a tipologia rural/urbana; e IVS o índice de vulnerabilidade social.

7.1.14. Então, aplicando o ICSD à totalidade dos municípios habilitados, a classificação, segundo o ICSD, utilizando a escala de variação [0,190-1,784]: quanto maior o índice, mais isolado, rural e vulnerável o município.

7.1.15. Após a aplicação do método de classificação e distribuição, os proponentes foram agrupados dentro das faixas de prioridade (Alta, Média e Baixa), dadas em função do ICSD. A tabela apresenta o resultado da classificação e agrupamento dos municípios em função das prioridades e ICSD, e as respectivas quantidades de kits:

Prioridade	Quantidade de Municípios	Quantidade de Kits	Faixa ICSD
Baixa	886	5.021	0,190 - 0,449
Média	2.468	5.442	0,450 - 0,950
Alta	1.161	2.316	0,951 - 1,784
TOTAL	4.515	12.779	-

7.2. Sendo assim, é de extrema relevância que o incentivo seja voltado para aquisição de equipamentos que desempenhar um papel significativo na melhoria do atendimento, da gestão e do acesso aos serviços de saúde no âmbito do Programa SUS Digital e, assim, melhoria da saúde a população no geral.

7.3. Assim, considerando os equipamentos usados nas unidades de telessaúde e aqueles indicados pelos municípios, tem-se que a aquisição de equipamentos capazes de promover a transformação digital do SUS, a expansão da telessaúde, focada em garantir atendimento especializado nos locais de difícil acesso (mas não somente) e, portanto, efetivar a prioridade do Ministério da Saúde ampliar o cuidado da população por meio do fomento da utilização dos serviços de telessaúde, optou-se pela aquisição dos seguintes equipamentos:

Item	Descrição	CATMAT	Quantidade Estimada
1	TELEVISOR (SMART TV 42/43" FULL HD, BLUETOOTH)	479242	12.779
2	NOTEBOOK (14" SSD 480GB 16GB, COM MOUSE EXTERNO, MALETA PARA TRANSPORTE E CABO COM TRAVA DE SEGURANÇA)	618	12.779
3	CÂMERA DE VÍDEO CONFERÊNCIA (FULL HD, PROJETADA PARA USO SOBRE A MESA)	479217	12.779

8. Levantamento de soluções

8.1. Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;

8.1.1. Foram identificadas as seguintes soluções similares na Administração Pública:

Pregão	Uasg	Objeto	Descrição do Item	Solução Adotada
90022/2024	927919	Objeto: TELEVISOR, TAMANHO TELA:43 POL, VOLTAGEM: BIVOLT V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SMART TV, 4 K, WIFI. ENTRADAS HDMI /USB, CONVERSOR, TIPO TELA: LED, ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO	Televisor com características similares as que se pretende adquirir.	Aquisição do equipamento por meio de Pregão Eletrônico.
76205657000157-1-000071/2024	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	Objeto: NOTEBOOK COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR INTEL CORE I5 11ª GERAÇÃO OU SUPERIOR; CAPACIDADE DE 512-GB SSD; MEMÓRIA RAM 16 GB; TELA LED, TAMANHO MÍNIMO DE 15,6"; RESOLUÇÃO DA TELA 1920PX X 1080PX; TIPO DE RESOLUÇÃO DA TELA FULL HD; ANTIREFLEXO; PLACA DE VÍDEO INTEL IRIS XE GRAPHICS; TECLADO PADRÃO PORTUGUÊS ABNT; PAD NUMÉRICO; CONEXÃO WI-FI E BLUETOOTH; MODO	Notebook com características similares as que se pretende adquirir.	Aquisição do equipamento por meio do Pregão Eletrônico.

		<p>DE SOM STEREO; MANUAIS</p> <p>EM PORTUGUÊS E CABOS DE ENERGIA NO PADRÃO BRASILEIRO, COM LICENÇA MICROSOFT WINDOWS 11. MODELO REFERÊNCIA: ACER VERO AV15-51-577Q I5 11ª GERAÇÃO 16GB 512SSD</p>		
00013/2023	160413	<p>Objeto: CÂMERA VIDEOCONFERÊNCIA, RESOLUÇÃO:1080 X 1920, TIPO LENTE: FOCO AUTOMÁTICO X, VELOCIDADE TRANSMISSÃO VÍDEO: 60 FPS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:WEBCAM USB COM MICROFONE EMBUTIDO</p>	<p>Câmera Videoconferência c o m características similares as que se pretende adquirir.</p>	<p>Aquisição do equipamento por meio do Pregão Eletrônico.</p>
03111139000109- 1-000091/2025	03001 - Consorcio Intermunicipal do Medio Vale	<p>Objeto: CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA LOGITECH BCC950 COM VIVA VOZ E MICROFONE</p>	<p>Câmera Videoconferência c o m características similares as que se pretende adquirir.</p>	<p>Aquisição do equipamento por meio de Dispensa de Licitação.</p>
90001/2025	201057	<p>Objeto: Registro de preços para a eventual contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação, por meio do Registro de preços, para a aquisição de estações de trabalho (desktops), equipamentos móveis (notebooks) e monitores sobressalentes.</p>	<p>Notebook com características similares as que se pretende adquirir.</p>	<p>Aquisição do equipamento por meio de Ata de Registro de Preço nº 09 /2025.</p>

90376/2024	250110	Objeto: Registro de preços para a eventual contratação de aquisição de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde.	Televisor, notebook e câmera de videoconferência com características similares as que se pretende adquirir.	Aquisição do equipamento por meio de Ata de Registro de Preço nº 11 /2025.
------------	--------	---	---	--

8.2. As alternativas do mercado;

8.2.1. Foram identificadas as seguintes alternativas de contratação no mercado:

ID	Modelos de Contratação
1	Aquisição dos equipamentos, para compor o Kit de Telessaúde.
2	Locação dos equipamentos/disponibilização pela infraestrutura, como serviço.
3	Adesão à Ata de Registro de Preços.

8.3. A existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações;

8.3.1. Tendo em vista que o objeto que se pretende contratar não se trata de contratação exclusiva de software, este item não se aplica.

8.4. As políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;

8.4.1. Não se aplica (ePing, eMag, ICP-Brasil e ePwg) no contexto da contratação para nenhuma das soluções encontradas;

8.4.2. Segundo o sítio Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING:

“A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral”.

8.4.3. A solução apresentada neste Estudo será utilizada pelo Datacenter do Ministério da Saúde localizado em Brasília - DF, de forma que as disposições do e-PING não se aplicam;

8.4.4. Segundo o sítio eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, “em 2007, a Portaria nº 3, de 7 de maio de 2017, institucionalizou o eMAG no âmbito do sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP, tornando sua observância obrigatória nos sítios e portais do governo brasileiro”; e

8.4.5. Como a solução demandada não se trata de desenvolvimento de sítio, nem portal de governo, as disposições do eMAG não se aplicam.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A Solução é composta por software livre ou software público?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
	Solução 1			X

A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil?	Solução 2			X
	Solução 3			X

8.5. As necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual (exemplo: mobiliário, instalação elétrica, espaço adequado para prestação do serviço, etc);

8.5.1. Não serão necessárias adequações ao ambiente, pois o beneficiado deverá dispor de ambiente preparado para o recebimento e incorporação dos equipamentos. Nesse sentido, dispõe a Portaria GM/MS nº 4.160, de 7 de junho de 2024, norma que institui o incentivo financeiro federal de investimento destinado à estruturação dos Pontos de Telessaúde no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo da Saúde do Novo PAC:

- Art. 8º Os municípios que receberem o incentivo financeiro de que trata esta Portaria deverão:
- I - dispor de consultório para instalação do Ponto de Telessaúde no estabelecimento de saúde indicado;

8.6. Os diferentes modelos de prestação do serviço;

8.6.1. Não se aplica, pois trata-se de aquisição de equipamentos.

8.7. Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;

- 8.7.1. O mercado de tecnologia oferece vários modelos de equipamentos, do básico ao avançado, dependendo da necessidade do usuário ou instituição;
- 8.7.2. Na Administração Pública, a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SGD/MGI, elaborou o Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho para utilização dos órgãos e entidades do SISP;
- 8.7.3. De acordo com o modelo, deverão ser seguidas as diretrizes relacionadas à efetividade no atendimento às necessidades de processamento de dados, segurança da informação e proteção à privacidade, disponibilidade na utilização dos recursos de tecnologia, sustentabilidade ambiental (TI verde), acessibilidade, ergonomia e eficiência energética; e
- 8.7.4. Com relação ao modelo de disponibilização desses equipamentos, possibilita nova forma de provimento dos equipamentos, além do modelo tradicional de aquisição de estações de trabalho, existe a modalidade de contratação como serviço (PCaaS).

8.8. A possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;

8.8.1. Para a referida demanda, consoante cenários identificados, há possibilidade de contratação de empresa para atender à necessidade como serviços, bem como, de aquisição de bens para prover os pontos de telessaúde com infraestrutura necessária para o teleatendimento.

8.9. A ampliação ou substituição da solução implantada;

- 8.9.1. O objetivo é a estruturação dos Pontos de Telessaúde no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo da Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC. A estruturação compreende equipar tais unidades de saúde com tecnologias de informação e comunicação para prestar serviços médicos à distância, ou seja, envolve equipamentos tais quais: tv, notebooks e câmera de vídeo conferência; e
- 8.9.2. Tendo em vista que tais pontos já possuem os referidos equipamentos, entende-se que haverá ampliação de solução que está atualmente implantada nos Postos de Telessaúde.

8.10. As diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento;

8.10.1. Consoante disposto no item 8.2 deste ETP, a necessidade pode ser suprida por unidades de equipamentos específicos e, ainda, é possível a locação dos equipamentos para atender à demanda. Quanto às métricas de pagamento é possível mencionar pagamento por meio de parcelas únicas, após o recebimento definitivo da solução ou, ainda, os pagamentos mensais para o caso de atendimento da demanda como serviço.

8.11. Deste modo, as soluções identificadas para a contratação da solução pretendida estão dispostas conforme tabela abaixo:

ID	Modelos de Contratação
1	Aquisição dos equipamentos, para compor o Kit de Telessaúde.
2	Locação dos equipamentos/disponibilização pela infraestrutura, como serviço.
3	Adesão à Ata de Registro de Preços.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Os cenários identificados para a contratação da solução pretendida estão dispostos conforme tabela abaixo, bem como a análise de cada um deles nos itens seguintes desta seção:

ID	Modelos de Contratação
1	Aquisição dos equipamentos, para compor o Kit de Telessaúde.
2	Locação dos equipamentos/disponibilização pela infraestrutura, como serviço.
3	Adesão à Ata de Registro de Preços.

9.2. Cenário 01 - Aquisição de uma Solução de Telessaúde

9.2.1. Nesse cenário, para atendimento da necessidade haveria a aquisição direta dos equipamentos necessários para a implementação de uma solução de teleatendimento de saúde. Este modelo de aquisição envolve a compra da solução com os seguintes itens: uma smart TV de 42/43", notebook de 14" com processador Core i5 ou similar e no mínimo 8 Thrads, memória de 16GB de RAM, câmera de vídeo conferência com tecnologia Full HD;

9.2.2. Dentro deste primeiro cenário, foi realizado uma análise comparativa de diferentes soluções em termo de composição, que consiste na identificação e comparação de diferentes aspectos qualitativos em termos de vantagens e desvantagens para o alcance dos objetivos da contratação. Estão listados abaixo alguns desses aspectos que foram avaliados;

9.2.3. Aquisição por itens separados (TV, Notebook e Câmera de Vídeo Conferência):

9.2.3.1. A **aquisição de itens separados, como TV, notebook e câmera de vídeo conferência**, oferece uma série de vantagens e desvantagens que precisam ser analisadas cuidadosamente para avaliar sua viabilidade como solução de teleatendimento;

9.2.2.3. No entanto essa modalidade de **aquisição é vantajosa quando se trata de poucos equipamentos**, a compra isolada pode ser mais prática e ágil, dada a facilidade em encontrar os itens desejados, decorrente da disponibilidade de múltiplos fornecedores;

9.2.3.3. Entre as **vantagens**, destaca-se o **potencial de redução de custos**. Ao realizar a compra de cada item de forma separada e em grande escala, é possível negociar preços mais competitivos, uma vez que diferentes fornecedores podem oferecer melhores condições para cada componente específico;

9.2.3.4. Outra vantagem é a **redução do risco de dependência de um único fornecedor**. Ao dividir a aquisição entre diversos fornecedores, minimiza-se a possibilidade de atrasos ou falhas que poderiam ocorrer caso um único fornecedor fosse responsável por todos os itens. Isso contribui para uma maior segurança no processo de aquisição. Além disso, essa abordagem permite um **atendimento individualizado**, ou seja, possibilita que cada ponto de teleatendimento adquira apenas os itens que realmente necessita, adaptando a solução às especificidades de cada local;

9.2.3.5. Mesmo com a compra de itens separados, ainda é possível manter uma **padronização dos equipamentos**. Embora os itens sejam adjudicados separadamente, é viável estabelecer padrões mínimos que garantam uniformidade na solução. Por fim, essa forma de aquisição fomenta uma **maior competitividade** entre os fornecedores, o que pode resultar em ofertas mais vantajosas;

9.2.3.6. No entanto, há também **desvantagens** que precisam ser consideradas. A principal é a **complexidade administrativa**. O processo de compra e gestão de contratos se torna mais complicado, exigindo mais esforço para coordenar diferentes fornecedores e assegurar a entrega de todos os itens conforme o previsto. Essa multiplicidade de contratos pode gerar um **maior tempo de implementação**, já que a entrega dos equipamentos pode ser comprometida por prazos diferentes de cada fornecedor, gerando possíveis atrasos na implementação da solução completa;

9.2.3.7. Além disso, há o risco de **dificuldade na padronização da solução tendo em vista que a aquisição é alto volume**. Com a compra de itens de diferentes fornecedores, é possível que haja uma diversidade de modelos e especificações, o que pode complicar o uso, a integração e a manutenção dos equipamentos;

9.2.3.8. Outro ponto crítico é a **incompatibilidade de prazos**, já que os itens podem ser entregues em tempos diferentes, prejudicando a implementação uniforme da solução. É bom ressaltar que a dificuldade de integração dos equipamentos **fere o princípio da eficiência**, que é um dos pilares da Administração Pública moderna, inserido na Constituição Federal brasileira pela Emenda Constitucional nº 19/1998, prescrevendo o dever de agir de forma a obter o melhor resultado possível na prestação dos serviços públicos, pautada no uso dos recursos disponíveis de maneira racional e otimizada;

9.2.3.9. Por fim, essa modalidade exige **mais efetivo para gerir e fiscalizar contratos**, já que a multiplicidade de fornecedores demanda uma supervisão mais intensa para garantir que todas as entregas e serviços sejam realizados conforme o planejado; e

9.2.3.10. Em resumo, a aquisição por itens separados traz flexibilidade e oportunidades de economia, mas aumenta a complexidade operacional e pode causar desafios na implementação.

9.2.4. Aquisição como solução de Teleatendimento de saúde, ou seja, aquisição dos equipamentos de forma agrupada:

9.2.4.1. Seguindo com a análise comparativa de mais um cenário, neste caso o cenário de aquisição de uma solução de teleatendimento de saúde completa, composta por TV, notebook e câmera de vídeo conferência, ele apresenta entre as **vantagens**, destaca-se o **melhor gerenciamento** do processo de aquisição e contratos. Ao optar por um único fornecedor responsável pela entrega de todos os itens, o processo é simplificado, facilitando o controle, a coordenação e a gestão do projeto;

9.2.4.2. Outro benefício importante é a **padronização da solução**. A aquisição de todos os itens de um único fornecedor garante que os equipamentos sejam padronizados, o que facilita tanto o uso pelos profissionais de saúde quanto a manutenção futura. Isso reduz as dificuldades relacionadas a diferentes modelos ou especificações técnicas. Além disso, a **maior compatibilidade** entre os equipamentos é um fator crucial. Comprando todos os itens de um mesmo fornecedor, é mais provável que os componentes sejam projetados para funcionar juntos de forma harmoniosa, promovendo uma integração mais eficiente da solução de teleatendimento;

9.2.4.3. Há também a **possibilidade de negociações** mais vantajosas. Ao agrupar a compra de todos os itens, o poder de negociação com o fornecedor aumenta, o que pode resultar em descontos significativos e uma redução dos valores licitados, especialmente em compras de grande volume. Outro ponto positivo é o **suporte técnico centralizado**, já que o mesmo fornecedor será responsável por todos os componentes. Isso agiliza a resolução de problemas, pois não será necessário lidar com múltiplos fornecedores para solucionar eventuais falhas ou realizar manutenções. Além disso, a **entrega padronizada** garante que os equipamentos cheguem de maneira uniforme e coordenada, facilitando a implementação em todas as unidades de saúde;

9.2.4.4. No entanto, há também **desvantagens** a serem consideradas. A principal é a **dependência de um único fornecedor**, o que gera um risco significativo. Caso o fornecedor enfrente dificuldades, isso pode comprometer a entrega dos equipamentos ou o suporte técnico, prejudicando o andamento do projeto. Além disso, há o **potencial de custos mais elevados**. Se o fornecedor escolhido não oferecer preços competitivos para todos os itens, o valor total da aquisição pode ser maior do que se os itens fossem comprados separadamente;

9.2.4.5. Outro risco associado à aquisição completa é o **risco de monopólio**. Como nem todos os fornecedores podem oferecer a solução completa de teleatendimento, isso pode limitar a concorrência, deixando o mercado nas mãos de poucos players, o que pode levar à **menor competitividade** e a uma limitação nas opções de escolha. Além disso, o **aumento de custos logísticos** é uma preocupação, já que centralizar a aquisição e a entrega dos itens pode gerar despesas adicionais de transporte e distribuição. Por fim, há o risco de **aumento de prazos motivados pela logística**, especialmente se houver dificuldades na entrega de todos os itens de forma coordenada e em um tempo adequado;

9.2.4.6. Em resumo, a aquisição da solução completa simplifica o gerenciamento e promove padronização e compatibilidade, mas traz desafios como dependência de um único fornecedor e o risco de custos elevados e prazos mais longos.

9.2.5. Aquisição da solução de teleatendimento de saúde por meio da adoção de Grupo único nacional.

9.2.5.1. A centralização da aquisição em um grupo único nacional estabelece uma matriz de governança coesa, eliminando a fragmentação administrativa e operacional que surge em modelos segmentados. Essa abordagem permite que o Ministério da Saúde exerça um controle rigoroso sobre a conformidade técnica de cada componente, garantindo que os 12.779 kits de telessaúde operem sob um padrão tecnológico rigorosamente uniforme.

9.2.5.2. Ao consolidar a gestão em um único contrato, otimizamos o monitoramento de cronogramas e as etapas de fiscalização, assegurando que a execução da política pública mantenha o mesmo nível de excelência em todo o território nacional.

9.2.5.3. A estratégia de grupo único maximiza a eficiência logística e a economia de escala, tornando o certame significativamente mais atraente para grandes fabricantes e integradores tecnológicos. A previsibilidade de um fornecimento em escala nacional reduz as incertezas de custo para o mercado e permite que a administração pública negocie condições de garantia e suporte técnico mais robustas e capilarizadas. Essa robustez contratual é essencial para a sustentabilidade da rede, assegurando que a manutenção e a atualização tecnológica ocorram de forma coordenada e simultânea em todas as regiões.

9.2.5.4. Por fim, a adoção de um lote unificado fortalece a soberania e a resiliência da infraestrutura do SUS Digital, criando um ambiente propício para a implementação célere de inovações futuras. Uma estrutura contratual centralizada facilita a replicação de modelos de sucesso e a correção ágil de eventuais desvios operacionais, protegendo o investimento público contra as volatilidades do mercado internacional de eletrônicos. Dessa forma, a aquisição nacional consolida uma base tecnológica resiliente, capaz de suportar a transformação digital da saúde com segurança jurídica e eficiência gerencial.

9.3. Cenário 02 - Locação dos equipamentos/disponibilização da infraestrutura como serviço;

9.3.1. No segundo cenário, a contratação da solução de teleatendimento de saúde seria como um serviço, por meio da locação dos equipamentos necessários. Este modelo implica a terceirização da infraestrutura de hardware, onde a empresa contratada fornece os equipamentos (smart TVs, notebooks e Câmera de Vídeo Conferência) como parte de um pacote de serviços;

9.3.1.1. No cenário 2, de locação dos equipamentos e disponibilização da infraestrutura como serviço, as vantagens e desvantagens estão ligadas a fatores como a atualização tecnológica contínua e a gestão simplificada, mas também envolvem desafios relacionados ao controle e dependência de fornecedores;

9.3.1.2. Entre as vantagens, destaca-se o acesso à tecnologia atualizada, uma vez que o modelo de locação garante que a organização tenha acesso contínuo a equipamentos modernos e tecnologicamente avançados. Quando novas versões ou tecnologias surgem, o fornecedor pode atualizar os equipamentos sem custos adicionais, mantendo a solução sempre alinhada com os últimos avanços tecnológicos. Isso é particularmente importante em um ambiente de rápida evolução, como o da tecnologia aplicada à saúde;

9.3.1.3. Outro ponto positivo é que manutenção e suporte estão incluídos no contrato de locação. A responsabilidade por qualquer manutenção, reparo ou suporte técnico fica a cargo do fornecedor, eliminando a necessidade de contratar serviços separados para essas funções. Esse fator garante uma resposta mais ágil a falhas ou problemas técnicos, além de reduzir os custos e o tempo que a organização gastaria com esses aspectos;

9.3.1.4. O modelo de locação também reduz o risco de obsolescência tecnológica. Como o fornecedor é responsável por garantir que os equipamentos permaneçam atualizados, a organização não corre o risco de ficar presa a tecnologias ultrapassadas, algo comum em compras de equipamentos, onde o ciclo de vida da tecnologia pode ser muito curto. A locação garante que os equipamentos sejam substituídos ou atualizados conforme a necessidade, sem o impacto financeiro de uma nova aquisição;

9.3.1.5. Além disso, a facilidade de gestão de inventário é um benefício significativo. O fornecedor mantém o controle do número de unidades fornecidas, sua localização e condições de uso, aliviando a organização de tarefas administrativas complexas e permitindo um gerenciamento mais eficiente dos recursos;

9.3.1.6. Por outro lado, o modelo de locação também apresenta desvantagens. A primeira está relacionada ao modelo de contratação. Sendo uma prática ainda não amplamente utilizada na Administração Pública, onde os custos podem ser elevados e, como não há parâmetros estabelecidos para a execução dessas contratações, a eficiência e aplicabilidade do modelo são incertas. Isso se torna especialmente desafiador quando se considera a necessidade de que os equipamentos sejam disponibilizados em todos os Estados e Municípios do País, aumentando a complexidade do processo;

9.3.1.7. Outra desvantagem importante é a dependência de fornecedores. Nesse modelo, a organização fica dependente de terceiros para o fornecimento, manutenção e atualização dos equipamentos. Se o fornecedor não cumprir os prazos estabelecidos para solucionar problemas, como falhas técnicas ou atrasos na substituição de equipamentos, isso pode impactar negativamente a operação do sistema de teleatendimento, colocando em risco a continuidade dos serviços do programa de Telessaúde;

9.3.1.8. Além disso, a organização tem menor controle sobre os ativos, já que os equipamentos não são de sua propriedade. Isso pode criar desafios na implementação de políticas de segurança e privacidade de dados, dependendo das condições contratuais, bem como dificultar o controle sobre o uso, manutenção e descarte dos equipamentos, limitando a capacidade da organização de gerenciar esses ativos de maneira mais rigorosa;

9.3.1.9. Por fim, um ponto crítico é a não aderência à Portaria GM/MS nº 4.160, de 2023. A referida Portaria determina que o incentivo financeiro "tem por objeto a aquisição, pelos municípios, de equipamentos destinados à estruturação dos Pontos de Telessaúde". Dessa forma, a proposta de locação de equipamentos vai contra o comando normativo, uma vez que o foco da política pública está na aquisição e não na locação, o que compromete a viabilidade do modelo de locação no âmbito das exigências atuais;

9.3.1.10. Em resumo, enquanto o modelo de locação oferece vantagens como o acesso à tecnologia atualizada, suporte técnico incluso e simplificação na gestão de inventário, ele traz desvantagens significativas, como a dependência de fornecedores, menor controle sobre os ativos e a falta de aderência à legislação vigente (Portaria GM/MS nº 4.160, de 2023), o que limita sua aplicabilidade no contexto de saúde pública atual.

9.2.3. Com relação ao cenário 02, contratação de serviço (Locação de Equipamentos), este cenário pode ser subdividido em dois modelos: Device as a Service (DaaS) e PC as a Service (PCaaS);

9.3.3. Para um melhor entendimento segue abaixo a definição dos dois modelos propostos:

Device as a Service (DaaS) é um modelo de negócio em que as organizações podem alugar esses dispositivos de hardware (computadores, notebooks, tablets e outros equipamentos), como um serviço completo, em vez de adquiri-los diretamente. No modelo DaaS, ele oferece um pacote completo que inclui hardware, software, suporte e gerenciamento, tudo com base em um pagamento mensal ou anual;

Já no modelo PC as a Service (PCaaS) ou PaaS, ele é um modelo de negócio em que as organizações podem “adquirir” dispositivos de computação, quais sejam desktops e notebooks, como um serviço completo, em vez de comprá-los diretamente. Geralmente este tipo de contrato é pago mensalmente; e

Assim como o DaaS, o PCaaS inclui hardware, software, suporte, manutenção e gerenciamento de ciclo de vida, mas com um foco específico em PCs (computadores pessoais).

9.3.4. Seguem abaixo as vantagens e desvantagens do modelo Device as a Service (DaaS):

9.3.4.1. No cenário de Device as a Service (DaaS), as vantagens e desvantagens estão relacionadas à gestão eficiente de uma ampla gama de dispositivos e à flexibilidade do serviço, mas também incluem desafios quanto ao custo e à personalização;

9.3.4.2. Entre as vantagens, uma característica de destaque é a abrangência de dispositivos. O modelo DaaS cobre uma ampla gama de hardware, como notebooks, desktops, tablets e smartphones, proporcionando uma solução completa para as necessidades de TI de uma organização. Essa diversidade permite uma gestão unificada de todos os dispositivos, independentemente de sua natureza ou finalidade, garantindo que toda a infraestrutura de hardware seja gerenciada de forma centralizada e eficiente;

9.3.4.3. Outra vantagem significativa é a flexibilidade e escalabilidade do DaaS. O modelo permite que as organizações ajustem rapidamente o número e o tipo de dispositivos conforme suas necessidades mudam, tornando-o ideal para empresas que passam por crescimento rápido ou enfrentam demandas sazonais. Com essa flexibilidade, as organizações podem adaptar seus recursos tecnológicos em tempo real, sem a necessidade de investimentos significativos em hardware;

9.3.4.4. O DaaS também oferece uma gestão de ciclo de vida abrangente, que inclui serviços desde a implantação inicial dos dispositivos até sua manutenção, retirada e reciclagem. Isso garante que os dispositivos estejam sempre em conformidade com as políticas de TI e com normas ambientais, facilitando o gerenciamento de todo o ciclo de vida dos dispositivos e contribuindo para a sustentabilidade da organização;

9.3.4.5. Além disso, o modelo traz segurança integrada para diversos dispositivos. Os provedores de DaaS frequentemente oferecem soluções de segurança robustas que cobrem todos os tipos de dispositivos incluídos no serviço. Isso ajuda a proteger os dispositivos contra ameaças cibernéticas, independentemente de seu tipo ou uso, garantindo a segurança da rede e dos dados da organização;

9.3.4.6. No entanto, o modelo DaaS também apresenta algumas desvantagens. Um dos principais pontos negativos é o custo total elevado para a diversidade de dispositivos. O custo de locação pode aumentar significativamente se a organização precisar de uma ampla variedade de dispositivos. A inclusão de equipamentos de ponta, como smartphones de última geração, pode impactar diretamente o orçamento, tornando o custo total do serviço consideravelmente mais alto do que outras alternativas;

9.3.4.7. Outra desvantagem está relacionada à complexidade na integração de diferentes dispositivos. A diversidade de dispositivos oferecida pelo DaaS pode criar desafios na compatibilidade entre os equipamentos e os sistemas de TI da organização. Integrar uma grande variedade de dispositivos diferentes pode ser complexo, especialmente em ambientes de TI que exigem alta interoperabilidade entre dispositivos e sistemas;

9.3.4.8. A dependência externa ampliada é outro aspecto a considerar. Ao utilizar o modelo DaaS, a organização se torna dependente de um fornecedor externo para gerenciar uma ampla gama de dispositivos. Se o fornecedor não conseguir atender adequadamente às expectativas de serviço para todos os dispositivos, isso pode resultar em problemas operacionais que afetem a eficiência e o desempenho da infraestrutura de TI da organização;

9.3.4.9. Por fim, possíveis restrições de customização também são uma desvantagem do DaaS. Algumas empresas podem enfrentar limitações ao tentar personalizar dispositivos específicos para usos únicos ou especializados. Isso ocorre porque o fornecedor pode impor restrições sobre a personalização dos dispositivos, o que pode ser um obstáculo para organizações que necessitam de soluções altamente personalizadas para atender a necessidades específicas;

9.3.4.10. Em resumo, o DaaS oferece vantagens como flexibilidade, gestão integrada e segurança abrangente, mas impõe desafios relacionados ao custo, integração e personalização, mas este modelo não atende as necessidades desejadas para o tipo de Solução que o Ministério da Saúde está pretendendo.

9.3.5. Seguem abaixo as vantagens e desvantagens do modelo PC as a Service (PCaaS):

9.3.5.1. No cenário de PC as a Service (PCaaS), as vantagens e desvantagens refletem um foco específico em computadores pessoais (PCs), com benefícios claros em termos de gestão e especialização, mas com algumas

limitações que podem restringir sua aplicabilidade dependendo das necessidades da organização;

9.3.5.2. Entre as vantagens, o foco específico em computadores pessoais (PCs) se destaca, uma vez que o PCaaS é otimizado para a gestão de desktops e notebooks. Isso garante que dispositivos fundamentais para a operação de muitas organizações estejam sempre atualizados e funcionando corretamente. Além disso, o modelo facilita a manutenção de equipamentos críticos para o ambiente de trabalho, aumentando a eficiência e a continuidade das operações;

9.3.5.3. Outro ponto forte do PCaaS é sua especialização em soluções de computação. Como o serviço se concentra exclusivamente em PCs, os fornecedores geralmente possuem um conhecimento técnico profundo, oferecendo suporte altamente especializado em relação ao hardware, software e manutenção dos computadores. Isso pode resultar em maior eficiência e uma resposta mais rápida a problemas específicos relacionados a PCs, comparado a modelos que abrangem uma variedade maior de dispositivos;

9.3.5.4. O melhor gerenciamento de custos para PCs também é uma vantagem significativa. Para organizações cuja principal demanda é a gestão de desktops e notebooks, o PCaaS pode ser mais econômico do que modelos mais amplos, como o Device as a Service (DaaS). Isso ocorre porque o PCaaS é adaptado exclusivamente para PCs, evitando os custos associados à inclusão de dispositivos que a organização não utiliza, como tablets e smartphones;

9.3.5.5. Outro benefício é a facilidade de implementação e integração. Como o PCaaS se concentra exclusivamente em PCs, ele facilita a integração com a infraestrutura de TI existente, reduzindo os desafios relacionados à compatibilidade de software e hardware. Isso simplifica a implementação e torna o processo de transição mais ágil para a organização;

9.3.5.6. No entanto, o modelo de PCaaS também apresenta algumas desvantagens. A principal delas é a limitação a PCs somente, o que pode ser restritivo para organizações que utilizam uma variedade de dispositivos além de desktops e notebooks. Se a empresa também usa tablets, smartphones ou outros dispositivos móveis, o PCaaS pode não atender adequadamente a essas necessidades, forçando-a a buscar soluções complementares;

9.3.5.7. Outra desvantagem está na menor flexibilidade em dispositivos diversos. Organizações que desejam adicionar uma gama maior de dispositivos à sua infraestrutura de TI podem encontrar o PCaaS insuficiente. A falta de suporte para dispositivos como tablets ou smartphones significa que a organização precisaria recorrer a soluções adicionais para atender a essas demandas;

9.3.5.8. Existe também o risco de obsolescência tecnológica dos PCs. Embora o PCaaS ajude a mitigar esse risco, ainda há a possibilidade de que, durante o ciclo de vida do contrato, os PCs se tornem obsoletos em razão de avanços tecnológicos. Nesse caso, a organização pode se ver limitada pela impossibilidade de atualizar os equipamentos até o fim do contrato de locação;

9.3.5.9. Por fim, o custo recorrente focado em PCs pode se acumular ao longo do tempo. Embora o PCaaS ofereça uma solução prática e acessível no curto prazo, os custos recorrentes podem tornar a locação mais cara que a compra direta a longo prazo, especialmente para organizações que não precisam de atualizações frequentes de hardware;

9.3.5.10. No comparativo do modelo DaaS, o modelo PCaaS é uma solução mais vantajosa para a organização com foco exclusivo em Notebooks, oferecendo especialização e facilidade de integração, mas pode ser limitado pela falta de flexibilidade em termos de dispositivos e pela possibilidade de custos mais elevados ao longo do tempo. Mas com relação a esse estudo técnico dos cenários, esse modelo não atende por ser um considerado de Locação. Que vai de encontro com a diretriz da Portaria GM/MS nº 4.160, de 2023;

9.3.5.11. Após a análise detalhada dos modelos Device as a Service (DaaS) e PC as a Service (PCaaS), concluímos que nenhum dos dois cenários atende de forma adequada às necessidades específicas deste estudo técnico. Embora esses modelos ofereçam vantagens significativas, como baixo investimento inicial, acesso contínuo a tecnologia atualizada, e suporte técnico incluído, existem fatores críticos que limitam sua aplicação no contexto atual;

9.3.5.12. Em primeiro lugar, tanto o DaaS quanto o PCaaS são modelos relativamente novos no mercado, especialmente no contexto da administração pública e no setor de saúde. Ainda não existem parâmetros consolidados que possam ser utilizados para uma comparação eficaz com outros modelos de aquisição e gestão de equipamentos. A falta de históricos sólidos de implementação e resultados mensuráveis torna arriscado adotar esses modelos como solução primária, sem a certeza de que eles possam atender plenamente às exigências de um ambiente de teleatendimento em saúde;

9.3.5.13. Além disso, a dependência de fornecedores externos para a gestão de um aspecto tão crítico como o parque de equipamentos de teleatendimento pode trazer riscos operacionais, especialmente considerando o caráter essencial e contínuo dos serviços de saúde. Problemas como a obsolescência planejada, a falta de controle sobre os ativos e a possível variabilidade na qualidade do serviço oferecido pelos fornecedores poderiam comprometer a continuidade e a qualidade do atendimento;

9.3.5.14. Outro ponto relevante é a incerteza em relação aos custos totais ao longo do tempo. Apesar de os

modelos DaaS e PCaaS oferecerem uma previsibilidade de custos a curto prazo, o custo total de propriedade (TCO), pode ser mais elevado em comparação à aquisição direta de equipamentos, especialmente em um contrato de longo prazo, onde as necessidades de atualização tecnológica podem mudar drasticamente;

9.3.5.15. Portanto, recomendamos que a organização continue a explorar outras soluções mais tradicionais, como a aquisição direta ou a locação de equipamentos, até que haja uma maior maturidade e compreensão dos modelos DaaS e PCaaS no mercado, além de uma base de comparações mais robusta que permita uma decisão fundamentada.

9.4. Cenário 03 - Adesão a Ata de Registro de Preços

9.4.1. Neste cenário, foi considerada a possibilidade de adesão a uma Ata de Registro de Preços (ARP) para a aquisição de uma solução de teleatendimento de saúde. O modelo de adesão a uma ARP permite que órgãos públicos utilizem contratos já estabelecidos por meio de licitações realizadas por outros entes governamentais, otimizando o tempo de aquisição, reduzindo custos e simplificando os processos administrativos;

9.4.2. No entanto, não foram identificadas atas de registro de preços disponíveis nos portais governamentais de pesquisa de preços que contemplem especificamente essa solução completa de teleatendimento ou seus itens separados, como smart TVs, notebooks, câmeras de vídeo conferência, com as especificações técnicas desejadas pelo Ministério da Saúde, bem como com saldo disponível possível para o atendimento da demanda. A ausência dessas atas limita a viabilidade deste cenário como uma alternativa imediata, visto que o processo de adesão a uma ARP já existente facilitaria a implementação rápida e dependendo do valor encontrado poderia ser economicamente vantajosa;

9.4.3. Como não foram localizadas Atas de Registro de Preço para este cenário 03, não será apresentado a análise comparativa de vantagens e desvantagens e nem da análise comparativa dos cenários neste estudo técnico preliminar.

9.5. Análise Comparativa dos Cenários

9.5.1. A seguir será demonstrada a comparação de alguns requisitos entre as soluções identificadas neste Estudo:

REQUISITOS		CENÁRIOS		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
		Aquisição por Solução de Tele Atendimento de Saúde	Contratação de uma Solução de Tele Atendimento de Saúde como Serviço (Locação dos Equipamentos)	Adesão a Ata de Registro de Preços
Negócio	Cumprimento a Portaria GM/MS nº 4.160 de 7 de junho de 2024;	Atende	Não atende	Não atende
	Proporcionar a estruturação e o funcionamento de soluções tecnológicas e serviços de saúde digital;	Atende	Atende	Atende
	Fortalecer a saúde digital, com vistas ao atendimento das populações negligenciadas, vulneráveis e isoladas geograficamente e dos povos originários;	Atende	Atende	Atende
	Melhoria do acesso ao atendimento de saúde;	Atende	Atende	Atende
	Eficiência operacional e otimização de recursos;	Atende	Atende	Atende
	Melhoria na qualidade do atendimento e continuidade de cuidados;	Atende	Atende	Atende
	Redução de Custos Operacionais e Deslocamento;	Atende	Atende	Não atende
	Apoio à tomada de decisão baseada em dados;	Atende	Atende	Não atende
	Maior economia na compra de escala;	Atende	Não atende	Não atende
	Redução dos custos administrativos;	Atende	Não atende	Não atende
	Alinhamento com políticas de saúde e objetivos estratégicos;	Atende	Atende	Não atende
Tecnológico	Identificação e definição dos equipamentos físicos necessários para o teleatendimento (TVs, notebooks e webcams);	Atende	Atende	Não atende
	Aplicações e Sistemas necessários para suportar as funcionalidades de teleatendimento;	Atende	Atende	Não atende
	Integração com Sistemas de Registro Eletrônico de Saúde (RES);	Não atende	Não atende	Não atende
	Requisitos de conectividade e infraestrutura de rede;	Atende	Atende	Não atende
	Recursos e infraestrutura necessários para garantir o suporte e manutenção da solução de teleatendimento;	Não atende	Não atende	Não atende
	Garantia do Fabricante para os equipamentos (TV, Notebook e Webcam);	Atende	Atende	Não atende
	Manutenção dos equipamentos (TV, Notebook e Webcam);	Atende	Não atende	Não atende
Resultado da Análise		VIÁVEL	NÃO VIÁVEL	NÃO VIÁVEL

9.5.2. Dentre os cenários analisados e comparados com os requisitos de negócio e tecnológico, somente o **Cenário 1 - Aquisição dos equipamentos, para compor o Kit de Tetessaúde**, se mostrou **VIÁVEL**.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Em conformidade com § 1º do art. 11 da IN SGD 94/2022, as soluções identificadas e consideradas inviáveis estão registradas nesse Estudo Técnico Preliminar da Contratação, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade (*Total Cost Ownership – TCO*).

10.2. A Tabela abaixo reúne de forma objetiva a solução que foi considerada inviável. As justificativas que concluíram pela inviabilidade serão apresentadas logo abaixo:

ID	Descrição da Solução ou Cenário
2	Locação dos equipamentos/disponibilização da infraestrutura como serviço.
3	Adesão à Ata de Registro de Preços.

10.3. O cenário 2 - Locação dos equipamentos/disponibilização da infraestrutura como serviço pode ser considerado inviável para o processo de estruturação dos Pontos de Telessaúde devido a uma série de fatores que envolvem aspectos financeiros, operacionais, logísticos e de sustentabilidade, a longo prazo. Listam-se a seguir os principais pontos que justificam essa inviabilidade:

10.3.1. Em atenção ao art. 44 da Lei nº 14.133/2021 e ao disposto na alínea “h” do inciso II e na alínea “a” do inciso III do art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022, foi avaliada a possibilidade de atendimento da necessidade administrativa por meio da aquisição ou da locação/contratação como serviço dos kits de telessaúde.

10.3.2. A estratégia de Telessaúde II possui natureza estruturante e continuada, voltada à ampliação da capacidade assistencial do SUS Digital, mediante disponibilização de infraestrutura mínima para ações de teleassistência, teleconsultoria, apoio remoto, educação permanente e integração do cuidado em unidades de saúde distribuídas em todo o território nacional. Não se trata, portanto, de demanda temporária, episódica ou restrita a projeto-piloto de curta duração, mas de política pública destinada a incorporar capacidade tecnológica estável à rede pública de saúde.

10.3.3. Embora a locação de equipamentos seja uma alternativa possível em determinados objetos de TIC, especialmente quando há necessidade transitória, rápida obsolescência tecnológica ou conveniência de prestação continuada centralizada, essa solução não se mostrou a mais adequada para o caso concreto da Telessaúde II, considerada a escala nacional da demanda, a dispersão territorial dos pontos de atendimento, a necessidade de continuidade do serviço público e a finalidade de estruturação permanente das unidades contempladas.

10.3.4. Sob o aspecto logístico e operacional, tanto a aquisição quanto a locação exigem planejamento adequado para entrega, suporte, garantia, manutenção e eventual substituição de equipamentos, especialmente em municípios com diferentes graus de acessibilidade. Esse risco, portanto, não é exclusivo da locação. Contudo, no modelo locado, a continuidade da solução ficaria mais dependente de uma prestação continuada do fornecedor durante toda a vigência contratual, incluindo substituição tempestiva, logística reversa, atendimento corretivo, manutenção de níveis de serviço e gestão de equipamentos em múltiplos pontos de uso distribuídos nacionalmente.

10.3.5. A dispersão territorial dos kits, inclusive em localidades de difícil acesso, pode envolver deslocamentos por vias fluviais, estradas não pavimentadas, transporte aéreo regional ou longos fluxos de distribuição. Em um modelo de locação, essa dinâmica tende a aumentar significativamente a complexidade da execução e da fiscalização contratual, pois a Administração dependeria permanentemente da capacidade da contratada de manter níveis homogêneos de atendimento em contextos territoriais muito distintos. Na aquisição, embora permaneçam obrigações de garantia, assistência técnica e eventual substituição contratual, os bens passam a integrar a estrutura patrimonial da Administração ou dos entes beneficiados, permitindo maior autonomia para organização de medidas locais de suporte, guarda, utilização, continuidade operacional e eventual remanejamento, conforme a realidade de cada território.

10.3.6. Do ponto de vista da gestão de riscos, a locação ampliaria a dependência contratual continuada em relação ao fornecedor. Eventual descumprimento de prazos de atendimento, falha na substituição de equipamentos, indisponibilidade de peças, dificuldade logística ou descontinuidade da prestação poderia impactar diretamente a disponibilidade da infraestrutura de telessaúde nas unidades contempladas. Na aquisição, esses riscos não desaparecem, mas sua gestão se dá em outro arranjo: a Administração passa a deter os ativos, pode organizar a utilização local dos equipamentos, acionar garantias contratuais, estruturar suporte descentralizado e preservar a continuidade do uso dos bens mesmo após o encerramento da vigência contratual.

10.3.7. Além disso, ao final da vigência contratual, ainda sobre o cenário da locação, a Administração não incorporaria definitivamente os bens à rede pública, podendo haver necessidade de nova contratação ou renovação contratual para evitar descontinuidade da infraestrutura implantada. Na aquisição, por sua vez, o desembolso inicial resulta na incorporação definitiva dos equipamentos, com possibilidade de utilização continuada durante sua vida útil, observadas as condições de garantia, suporte técnico, gestão patrimonial e manutenção aplicáveis.

10.3.8. Outro aspecto relevante refere-se à segurança da informação, à privacidade de dados e à gestão de ativos. As ações de telessaúde envolvem o uso de equipamentos que podem processar, armazenar ou viabilizar o tráfego de dados pessoais sensíveis relacionados à saúde dos usuários. Esse risco existe em qualquer modelo de contratação e deve ser tratado por requisitos técnicos, políticas de segurança, controle de acesso, criptografia, atualização, gestão de perfis e descarte seguro de mídias. Todavia, no modelo de locação, haveria maior circulação física dos ativos entre contratada, unidades de saúde e eventuais terceiros envolvidos na logística, manutenção, substituição ou reaproveitamento posterior dos equipamentos, o que exigiria controles adicionais de rastreabilidade, sanitização lógica, devolução, substituição, descarte e comprovação de integridade. A aquisição, ao manter os equipamentos sob controle patrimonial da Administração ou dos entes beneficiados, favorece a aplicação direta e continuada das políticas institucionais de segurança da informação, proteção de dados e gestão de ativos.

10.3.9. Além disso, a alternativa de locação acrescentaria maior complexidade à gestão de softwares embarcados,

sistemas operacionais, licenças, atualizações e demais componentes digitais necessários ao funcionamento dos kits. Embora esse risco também deva ser tratado no modelo de aquisição, na locação ele tende a se intensificar em razão da possibilidade de substituições sucessivas de equipamentos, reaproveitamento de ativos, diferentes ciclos de licenciamento e maior circulação dos bens entre contratada, unidades de saúde e terceiros eventualmente envolvidos na logística ou manutenção. Nesse cenário, a Administração teria de estabelecer controles permanentes para comprovar a origem, autenticidade, regularidade e vigência das licenças vinculadas aos equipamentos disponibilizados, a fim de evitar riscos relacionados ao uso de softwares sem comprovação adequada, inconsistências de licenciamento, restrições de uso ou exposição a responsabilizações administrativas, contratuais e legais. A incerteza sobre o ciclo de vida dos ativos e das licenças também ampliaria os cuidados necessários com segurança da informação, rastreabilidade, atualização, descarte seguro e proteção de dados pessoais sensíveis.

10.3.10. Outro ponto de atenção diz respeito à padronização, aderência técnica e interoperabilidade dos equipamentos ao longo de toda a execução contratual. Mesmo com a adoção de critérios objetivos no instrumento convocatório, um modelo de locação exigiria fiscalização continuada para assegurar que cada equipamento disponibilizado, substituído ou remanejado permanecesse integralmente compatível com as especificações mínimas exigidas, com os requisitos de desempenho, conectividade, segurança, atualização e integração definidos para a estratégia de Telessaúde II. Na aquisição, essa verificação concentra-se principalmente nas etapas de entrega, recebimento, garantia e eventual substituição contratual. Na locação, por outro lado, a necessidade de verificação tende a se prolongar durante toda a vigência do contrato, especialmente diante de trocas de equipamentos, manutenção corretiva, logística reversa e reposição de ativos. Tal dinâmica imporia carga fiscalizatória permanente, capilarizada e tecnicamente especializada, desproporcional à estrutura de gestão pretendida para a política pública, além de elevar o risco de heterogeneidade da solução implantada em território nacional.

10.3.11. Dessa forma, a locação foi considerada no planejamento como alternativa teórica, mas não se revelou técnica e operacional mais vantajosa para o caso concreto. A solução apresenta menor aderência à finalidade estruturante da política pública, maior complexidade de gestão contratual continuada, dependência permanente de níveis de serviço nacionalmente distribuídos e ausência de incorporação definitiva dos bens à rede pública de saúde.

10.3.12. A aquisição dos kits de telessaúde, por sua vez, mostra-se mais adequada à necessidade administrativa delimitada, pois permite a incorporação permanente dos equipamentos à rede pública, reduz a dependência de contratos continuados para manutenção da infraestrutura mínima de teleassistência, confere maior previsibilidade orçamentária e possibilita a gestão descentralizada dos ativos pelos entes beneficiários, sem prejuízo da previsão de garantia, suporte técnico, assistência e demais obrigações contratuais necessárias à adequada execução da solução.

10.3.13. Conclui-se, portanto, que a aquisição dos kits de telessaúde é a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando a natureza permanente da demanda, a finalidade estruturante da estratégia Telessaúde II, a escala nacional da contratação, a ampla disponibilidade de mercado dos itens, a necessidade de padronização mínima da solução, a garantia contratual de 36 meses, a segurança da informação, a gestão patrimonial dos ativos e a redução de riscos de descontinuidade da política pública.

10.4. O **Cenário 2: Contratação de uma Solução de Tele Atendimento de Saúde como Serviço (Locação de Equipamentos)**, é considerada inviável devido aos custos cumulativos elevados, ao risco do controle operacional com o fornecedor, à complexidade administrativa e os desafios logísticos associados. Essas desvantagens tornam essa opção menos atrativa em comparação com o **cenário 1 - Aquisição de uma Solução de Tele Atendimento de Saúde**, especialmente em um cenário que requer soluções sustentáveis, eficientes e adaptáveis para o sistema de saúde pública no Brasil.

10.5. Para o Cenário 3 - Adesão à Ata de Registro de Preços, não foram localizadas atas de registros de preços que atendam às necessidades e quantidades da contratação pretendida pelo Ministério da Saúde. Por este motivo este cenário se mostra inviável.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Custos Totais de Propriedade

11.1.1. A análise comparativa de custos está prevista no inciso III do art. 11 da IN SGD-ME nº 94/2022. Em conformidade com essa Instrução Normativa, esta seção registra apenas as soluções tecnicamente e funcionalmente

viáveis e inclui o cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost - TCO) através da obtenção dos custos inerentes Ownership ao ciclo de vida dos bens e serviços da solução e memória de cálculo que faça referência aos preços e custos utilizados na análise, visando permitir a verificação da origem dos dados;

11.1.2. Após o desenvolvimento dos cenários disponíveis, os responsáveis pela elaboração deste ETP chegaram à conclusão de que o cenário 1, o qual indica a aquisição dos equipamentos, foi identificada como a opção mais adequada para atender aos requisitos técnicos, tecnológicos e de negócios do MS;

11.1.3. Assim, como o Custo Total de Propriedade (TCO) pode ser calculado por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços da solução, será apresentada adiante tabela contendo os preços para cada item que compõe a solução;

11.1.4. Análise crítica dos preços obtidos consoante preconiza o artigo 5º, **inciso I**, da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, observado o índice de atualização de preços correspondente:

11.1.4.1. A pesquisa foi extraída do sistema do Painel de Preços, em 03/07/2025, conforme Resultado Pesquisa Inciso I - Painel de Preços, acostado aos autos;

11.1.5. Análise crítica dos preços obtidos consoante preconiza o artigo 5º, **inciso II**, da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

11.1.5.1. Foi realizada Consulta de Intenção de Registro de Preços – IRP, não foi encontrado resultado compatível com os itens da pretensa contratação, contudo na Consulta Ata de Registro de Preços – ARP foi verificada a disponibilidade da Ata de Registro de Preços nº 09/2025 – MGI, que contém item compatível com os itens 2 e 5 da contratação em tela, tendo seus valores inseridos no conjunto de preços para estimar o valor da pretensa contratação;

11.1.5.2. A pesquisa foi extraída do Sistema Compras.Gov.br e Portal Nacional de Contratações Públicas, em 03/07/2025 e 24/07/2025 respectivamente, conforme Resultado Pesquisa Inciso II - Compras.gov.br e Resultado Pesquisa Inciso II - PNCP, acostados aos autos;

11.1.5.3. Ainda sobre a verificação de Atas de Registro de Preços, foi inserido também o documento Ata de Registro de Preços nº 11/2025 - MS (0049419780) que contém os 6 itens compatíveis considerando a realização da licitação da primeira licitação para a **aquisição de equipamentos destinados a operacionalização da estratégia de Telessaúde**.

11.1.6. Análise crítica dos preços obtidos consoante preconiza o artigo 5º, **inciso III**, Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 - Pesquisa Publicada em Mídia Especializada, Sítios Eletrônicos Especializados ou de Domínio Amplo:

11.1.6.1. Foi realizada a Consulta Catálogo de Soluções de TIC, em conformidade ao relatório acostado aos autos;

11.1.7. Análise crítica dos preços obtidos consoante preconiza o artigo 5º, **inciso IV**, Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 - Pesquisa direta com fornecedores:

11.1.7.1. Informa-se que não foi necessária sua realização, haja vista que os valores de referência encontrados nos demais incisos foram suficientes para elaboração do valor estimado da presente contratação.

11.1.8. Análise crítica dos preços obtidos consoante preconiza o artigo 5º, **inciso V**, Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas:

11.1.8.1. Informa-se que não foi necessária sua realização, haja vista que os valores de referência encontrados nos demais incisos foram suficientes para elaboração do valor estimado da presente contratação.

11.1.9. Conforme análise dos resultados constantes nos autos do processo, foram localizadas soluções com especificações compatíveis ao objeto em tela e seus valores foram devidamente inseridos para a composição do valor de referência da contratação em tela.

11.1.10. Por se tratar de entrega imediata de bens, não se aplica o TCO a longo prazo.

11.2. Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade (TCO)

11.2.1. Destaca-se que, a definição do método para estabelecer o preço de referência para a contratação é tarefa discricionária do gestor público, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no Acórdão 4952/2012 - Plenário, que diz:

“A definição da metodologia a ser empregada no processo de elaboração de pesquisa de preços se encontra nitidamente dentro do espaço de escolha discricionária da administração” Existem outras técnicas (média ponderada, média saneada e outras) que podem ser utilizadas desde que devidamente justificados pela autoridade competente. É importante ressaltar que o emprego de qualquer que seja a metodologia não pode suceder em equívoco ou levar a resultado diverso do fim almejado em lei.”

11.2.2. Ainda, conforme a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, em seu artigo 6º “Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados”;

11.2.3. Nesse esteio, após a pesquisa de preços, onde obteve-se resultados utilizando os parâmetros dos incisos I e II de que trata o art. 5º, informamos que foi elaborada a tabela abaixo para determinação do preço máximo estimado para a contratação;

11.2.4. Para o embasamento da determinação do método estatístico aplicado para a definição do valor estimado, foi levado em consideração o Caderno de Logística - Pesquisa de Preços de 2024 do MGSP, traz a seguinte informação:

A **média** é a soma da série de preços coletados dividida pela quantidade de preços desse conjunto. Em razão de ser suscetível aos valores extremos, a média normalmente é utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

A **mediana** é o valor do meio (central), que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados, quando a quantidade é ímpar. É encontrada colocando-se os valores em ordem crescente ou decrescente. Se a quantidade de dados for par, deve ser realizada a média dos valores centrais.

A vantagem da mediana é que é menos influenciada por valores muito altos ou muito baixos (ou seja, valores extremos), sendo indicada em casos em que os dados são apresentados de forma mais heterogênea e com um número pequeno de observações.

O **menor preço** deve ser utilizado apenas quando, por motivo justificável, não for mais vantajoso fazer uso da média ou da mediana, como, por exemplo, em um mercado restrito com único fabricante.

11.2.5. Tendo em vista o mercado, para os itens em questão, se mostrar bastante amplo e diverso, bem como considerando o que dispõe o Caderno de Logística supracitado, o menor preço não se mostra justificável e assim não será adotado;

11.2.6. Sabe-se que nos processos administrativos de contratação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que os preços estimados são condizentes com o praticado pelo mercado. Assim sendo, para fins de verificação de que os preços propostos são similares aos praticados em contratos de mesma natureza junto à Administração Pública, realizou-se ampla pesquisa, conforme já apontado precedentemente. Menciona-se que todos os resultados encontrados na pesquisa foram analisados e os resultados compatíveis foram utilizados para compor o Mapa Estimativo de Preços;

11.2.7. Assim, em cumprimento à orientação da Coordenação-Geral de Normas e Análise de Aquisições de Tecnologia da Informação e Comunicação, unidade responsável pela análise das contratações de TIC do MGI, foi adotado como parâmetro para a definição do preço de referência para a contratação da solução em tela o critério do menor valor obtido no cálculo da média e mediana.

11.2.8. Isto posto, apresenta-se o valor estimado para a pretendida contratação nos termos do mapa de preços, acostado aos autos, conforme disposto na tabela a seguir:

Grupo Único Nacional								PREÇO DE REFERÊNCIA				
Item	Tipo	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Televisor	Smart TV 42 /43 polegadas, Full HD 1.920 x 1.080, Bluetooth, WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação: bivolt AC 100-240V, 50/60Hz, com suporte de parede.	479242	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.334,12	R\$ 1.878,18	R\$ 1.709,39	R\$ 1.709,34	R\$ 21.843.655,86
		Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth										

2	Notebook	e Sistema Operacional Windows 11, versão Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.	618642	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 3.840,00	R\$ 6.137,90	R\$ 6.200,00	R\$ 6.200,00	R\$ 79.229.800,00
3	Câmera de videoconferência	Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa , Zoom mínimo de 1.2 x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone unidirecional com alcance de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior.	479217	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.410,00	R\$ 2.130,77	R\$ 1.898,00	R\$ 1.898,00	R\$ 24.254.542,00

Total do Grupo	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	6.584,12	10.146,85	9.807,34	9.807,34	125.327.997,86

11.2.9. Os valores indicados na tabela acima consideram os valores unitários estimados para os itens de: televisor, notebook e câmera de videoconferência, perfazendo o montante estimado de R\$ R\$ 125.327.997,86 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Considerando a análise realizada neste estudo técnico preliminar de contratação, constatou-se que a solução detalhada no Cenário 1 - aquisição dos equipamentos para a estruturação dos Pontos de Telessaúde no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo da Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, é o meio adequado para atendimento das necessidades daquelas unidades.

12.2. Os custos totais foram estimados para o citado cenário e o estudo demonstrou que esta é a forma eficiente ao cumprimento do estabelecido na Portaria GM/MS nº 4.160, de 7 de junho de 2024 e da Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023.

12.3. Sendo assim, sugere-se a aquisição de equipamentos necessários, quais sejam, smart TVs, notebooks e câmeras de vídeoconferência, para estruturação dos Pontos de Telessaúde localizado em todas as regiões do País e, assim, cumprir o disposto na Portaria GM/MS nº 4.160, de 7 de junho de 2024. A aquisição é aderente aos requisitos de negócio e tecnológicos listados no início deste documento.

12.4. A especificação completa da solução a ser contratada, bem como as características dos equipamentos serão detalhadas no Anexo A deste Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

12.5. Quanto a necessidade de agrupamento regional para o fornecimento dos equipamentos, justifica-se:

12.5.1. A escolha da modalidade de licitação é crucial para o sucesso de qualquer projeto, especialmente na área de saúde, onde a eficiência e a qualidade são essenciais;

12.5.2. Para a aquisição de equipamentos de telessaúde, a contratação por grupo único nacional se apresenta como a opção mais vantajosa, alinhando-se às necessidades do projeto, garantindo eficiência, economicidade, segurança jurídica e o mais importante, a efetividade da política pública de saúde;

12.5.3. Com o objetivo de produzir uma métrica que opere como parâmetro para a distribuição dos recursos do Programa SUS Digital Brasil, o Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde (DEMAS/SEIDIGI), por intermédio de sua Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação em Saúde (CGMA/DEMAS/SEIDIGI), formulou um Índice de Critérios para Distribuição de Recursos Financeiros para o referido programa - ICSD;

12.5.4. Esse índice tem a premissa de refletir, de forma aproximada, sobre as desigualdades sociais e regionais do Brasil, com propósito de apontar uma metodologia de distribuição de recursos financeiros mais equânime para o Programa, incentivando, dessa forma, o acesso à saúde por meio do uso de tecnologias digitais em todo território nacional;

12.5.5. Para tanto, na formulação do ICSD, foi considerado um conjunto indicadores, análises e classificações de dois estudos já reconhecidos nacionalmente:

12.5.5.1. o Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA, 2015); e

12.5.5.2. a Proposta metodológica de caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil (IBGE, 2017).

12.5.6. O Índice de Critérios para a Distribuição de Recursos Financeiros para o Programa SUS Digital - ICSD, o qual agrega a “base de tipologia rural-urbana para recorte municipal” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- IBGE e o “Índice de Vulnerabilidade Social - IVS” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, visando a garantia da equidade por meio da ponderação dos atributos sócio-demográficos conforme explicitado na forma abaixo:

$$ICSD = RU + IVS$$

Sendo:

RU é a tipologia rural urbana; e

IVS é o índice de vulnerabilidade social.

12.5.7. Para fins de cálculo deste índice, foram atribuídos valores para cada tipologia rural urbana, criados de acordo com a proporção de municípios nas classes de IVS muito alta e alta, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tipologia rural urbana	Quantidade de municípios	Percentual de municípios em muito alta e alta vulnerabilidade	Valor
Rural Remoto	323	68%	1
Intermediário Remoto	64	60%	0,8
Rural Adjacente	3.040	41%	0,5
Intermediário Adjacente	686	35%	0,4
Urbano	1.457	16%	0,1

Fonte: IBGE (2017); IPEA (2015).

12.5.8. Aponta-se que a distribuição dos recursos reflete sobre as desigualdades sociais e regionais do Brasil, com o propósito de apontar uma metodologia de distribuição de recursos financeiros mais equânime para o Programa, incentivando, dessa forma, o acesso à saúde por meio do uso de tecnologias digitais em todo território nacional;

12.5.9. Com essa análise, observa-se que a adjudicação do objeto por itens separados seria inviável do ponto de vista técnico, tendo em vista os diversos pontos do Brasil que serão fornecidos os equipamentos;

12.5.10. Não menos importante, é necessário prever que, a contratação dos itens de modo separados e fornecidos por mais de uma empresa, acarretaria elevado custo administrativo e uma complexa rede de coordenação entre os projetos, o que, certamente, comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados a serem alcançados pelo SUS Digital;

12.5.11. Com o agrupamento dos itens, um único fornecedor torna-se o responsável pela integração e operacionalização de todos os componentes. A Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva, fiscalização do contrato e procedimentos padronizados, propiciando agilidade na resolução dos problemas advindos de falhas encontradas ou outros eventos relacionados ao objeto;

12.5.12. Além disso, a compra em maior volume permite negociar melhores preços e condições, gerando economia aos cofres públicos, justificando-se, o agrupamento do objeto da contratação, pela economia de escala;

12.5.13. Por fim, almeja-se com a proposta alcançar os seguintes benefícios:

- a) Racionalização dos processos de compra e padronização dos equipamentos e serviços a serem adquiridos, que serão utilizados de forma integrada permite à Administração obter maior uniformidade na entrega dos produtos ou serviços, facilitando a gestão e o controle do contrato, além de assegurar uma melhor qualidade nos resultados obtidos;
- b) Economia de escala, em razão da maior quantidade que tende a resultar em preços mais vantajosos, podendo gerar uma redução significativa dos custos envolvidos e, conseqüentemente, uma economia para os cofres públicos;
- c) Eficiência operacional no fornecimento dos itens, com vistas a facilitar o acompanhamento da execução do contrato pela Administração, ao lidar com um número menor de contratos e fornecedores;
- d) Padronização tecnológica, os itens a serem adquiridos são interdependentes ou possuem uma complementaridade natural que justifica sua contratação em conjunto. Essa sinergia é fundamental para garantir que os produtos ou serviços sejam entregues de forma harmônica e sem descontinuidade, o que seria mais difícil de assegurar em licitações separadas;
- e) Aumentar a segurança e continuidade do fornecimento, especialmente em contratos que exigem um fornecimento regular e contínuo. Ao contratar um único fornecedor a Administração reduz os riscos de interrupções, o que é crucial;
- f) Garantir a integração e compatibilidade entre os componentes do sistema de tecnologia da informação, agrupar os equipamentos e serviços que necessitam funcionar em conjunto assegura que todos os itens adquiridos serão compatíveis entre si, evitando problemas de interoperabilidade que poderiam comprometer o desempenho das soluções tecnológicas adotadas pela Administração;
- g) A padronização de equipamentos e softwares, que é essencial para a gestão eficiente dos ativos de TI. A aquisição agrupada permite à Administração padronizar os modelos de hardware e as versões de software, facilitando o gerenciamento, manutenção, atualização e suporte técnico. Isso resulta em uma maior homogeneidade, reduzindo a complexidade e os custos operacionais;
- h) Implementação mais eficiente e coordenada das soluções tecnológicas, ao lidar com um único fornecedor a Administração pode garantir um suporte técnico mais eficaz e ágil, pois o fornecedor estará plenamente ciente da configuração completa, o que facilita a resolução de problemas e a continuidade operacional;
- i) Possibilidade de negociar melhores condições de preço, prazo e qualidade, aproveitando os benefícios da economia de escala. A aquisição de um volume maior de produtos relacionados pode resultar em descontos mais significativos e em condições contratuais mais favoráveis, o que contribui para a otimização dos recursos públicos;
- j) Reduzir a necessidade de múltiplos contratos e fornecedores, simplificando a administração e a fiscalização dos contratos. Além disso, reduz-se a burocracia e os custos administrativos associados à gestão de vários processos licitatórios e contratos separados; e
- k) Assegurar que todos os itens de TI adquiridos estarão em conformidade com os padrões de segurança exigidos e com as normas regulatórias aplicáveis. Isso é particularmente importante em ambientes críticos, onde a segurança da informação e a conformidade com as regulamentações são imperativas para a continuidade das operações e a proteção dos dados.

12.5.14. Pelo exposto, fica assegurado o interesse público e justifica-se a adoção do julgamento da demanda tendo como critério o de Menor Preço por Grupo.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 125.327.997,86

- 13.1. Sabe-se que, os processos administrativos de contratação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que os preços estimados são condizentes com o praticado pelo mercado. Assim, para fins de verificação de que os preços propostos são similares aos praticados no mercado, realizou-se pesquisa, conforme já apontado precedentemente neste Estudo.
- 13.2. Todos os resultados encontrados para dar embasamento a pesquisa deste Estudo foram analisados e os resultados compatíveis foram utilizados para compor o Mapa Estimativo de Preços colacionado aos autos, perfazendo o montante estimado de R\$ 125.327.997,86 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).
- 13.3. Isto posto, o valor de referência a ser utilizado será o da tabela abaixo:

Grupo Único Nacional									
Item	Tipo	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Televisor	Smart TV 42/43 polegadas, Full HD 1.920 x 1.080, Bluetooth, WIFI, entrada HDMI, USB, HDR, 60Hz, Alimentação: bivolt AC 100-240V, 50/60Hz, com suporte de parede.	479242	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.709,34	R\$ 21.843.655,86
2	Notebook	Tela 14", Processador Intel core i5 ou AMD Ryzen r5, mínimo de 4 núcleos e mínimo de 8 Threads, Memória 16GB, HD SSD 480GB, teclado ABNT2, USB 2.0, USB 3.0, HDMI ou Display Port, WIFI, Bluetooth e Sistema Operacional Windows 11, versão	618642	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 6.200,00	R\$ 79.229.800,00

		Professional 64 bits, com mouse externo, maleta para transporte e cabo com trava de segurança.							
3	Câmera de videoconferência	Full HD (até 1920 x 1080 pixels), HD 720P (até 1280 x 720 pixels), projetada para uso sobre a mesa, Zoom mínimo de 1.2x, ajuste automático do brilho e o contraste da imagem para melhorar a qualidade da captura em diferentes condições de iluminação, viva voz duplex completo e integrado com cancelamento de ruído, microfone multirecional /omnidirecional com alcance mínimo de 2,4 de diâmetro, compatibilidade com Windows 10 ou superior.	479217	Unidade	1	7.000	12.779	R\$ 1.898,00	R\$ 24.254.542,00
Total do Grupo								R\$ 9.807,34	R\$ 125.327.997,86

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A presente demanda é reflexo da instituição do Programa SUS Digital que possui o objetivo de ampliar e fortalecer a saúde digital no âmbito do SUS.

14.2. Os elementos que compõem os pontos de Telessaúde são fundamentais para o funcionamento eficiente de uma sala de teleatendimento, com vistas à ampliar o acesso ao serviço de saúde, tornando as consultas mais personalizadas e eficazes, bem como facilitando o acesso aos registros médicos.

14.3. Vale ressaltar que, para garantir a eficácia do teleatendimento, é importante que os equipamentos possuam uma boa performance para garantir a fluidez das aplicações, com capacidade para executar múltiplas tarefas simultaneamente, espaço de armazenamento para salvar arquivos, bateria com capacidade para garantir a autonomia

do equipamento durante as consultas e possuir recursos de conectividade e sistema operacional compatíveis com os softwares utilizados na sala de teleatendimento.

14.4. Com base nisso, os equipamentos, objeto deste Estudo Técnico, a serem fornecidos ao teleatendimento de Telessaúde, são compostos pelos itens a seguir:

14.4.1. Televisor:

- a) Melhor visualização durante as consultas, permitindo que os profissionais de saúde e os pacientes visualizem de forma clara e detalhada imagens, exames e outros dados clínicos, o que é crucial para diagnósticos precisos e para que o paciente compreenda melhor seu tratamento;
- b) Uma TV de alta qualidade melhora a interação entre o médico e o paciente, garantindo que ambos se vejam e se ouçam de forma nítida;
- c) Além de facilitar as consultas, a TV pode ser utilizada para exibir vídeos educativos, tutoriais de saúde e informações importantes, ajudando na educação em saúde do paciente;
- d) Conectividade e compatibilidade com plataformas online de telessaúde são cruciais, pois permitem o uso de softwares especializados; e
- e) Em consultas que envolvem diferentes tipos de dados (como videoconferências, compartilhamento de exames e gráficos de saúde), a TV oferece uma tela maior e mais adequada para que todas essas informações sejam exibidas simultaneamente de maneira clara.

14.4.2. Notebook:

- a) Permite o acesso a sistemas de informação em saúde, como prontuários eletrônicos, sistemas de agendamento e plataformas de teleconsulta, facilitando a gestão dos dados do paciente e a comunicação com outros profissionais da equipe;
- b) É essencial para a realização de teleconsultas, permitindo a comunicação em tempo real com pacientes em locais distantes, através de videoconferência;
- c) Possibilita ao profissional de saúde emitir laudos e receitas eletronicamente, agilizando o processo e reduzindo o uso de papel;
- d) Permite que o profissional de saúde se mantenha atualizado sobre as últimas novidades da área, através de pesquisas, cursos online e participação em eventos virtuais (tele-educação em saúde);
- e) Pode ser integrado a outros equipamentos, como câmera, microfone e impressora, ampliando as funcionalidades da sala de teleatendimento; e
- f) Gera economia a longo prazo, ao reduzir custos com impressões, deslocamentos e armazenamento de documentos físicos.

14.4.3. Câmera de Videoconferência:

- a) Permite uma comunicação mais completa e natural entre profissionais de saúde e pacientes;
- b) Possibilita a visualização em tempo real dos participantes, juntamente com o áudio claro, facilitando a compreensão e a troca de informações durante as consultas remotas;
- c) É essencial para avaliar sinais clínicos, exames físicos e outros aspectos relevantes;
- d) Garante que os profissionais possam observar detalhes importantes e fazer diagnósticos mais precisos;
- e) Permite o compartilhamento de imagens, exames e gráficos com especialistas em tempo real;
- f) Permite discussões colaborativas e emissão de laudos à distância. Possibilita a visualização clara de vídeos educativos, tutoriais e orientações para a educação dos pacientes;

- g) Garante que as informações sejam transmitidas de forma compreensível;
- h) Proporciona um ambiente profissional e bem organizado;
- i) Contribui para o conforto dos participantes durante as videoconferências; e
- j) Evitam deslocamentos desnecessários, economizando tempo e recursos. Possibilita que os pacientes sejam atendidos em suas casas, reduzindo custos com transporte e infraestrutura.

14.5. A aquisição desses equipamentos, é um investimento estratégico que contribui para a melhoria da qualidade do atendimento, a otimização dos processos de trabalho e a expansão do acesso aos serviços de saúde, oferecendo benefícios significativos para pacientes, profissionais de saúde e gestores.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. Preliminarmente, é importante mencionar que a necessidade de modernização e ampliação do acesso aos serviços de saúde no Brasil compreende equipar os postos de telessaúde, sendo assim, consoante já demonstrado nesse documento, a aquisição deve ser de forma agrupada por regiões, assim, haverá ampliação da competitividade.

15.2. A compra regionalizada possui um maior potencial de economia devido ao ganho de escala com a redução do preço unitário dos itens licitados e, também, o aumento da competitividade contribuirá para a redução de custos.

15.3. Fora isso, a escolha da solução mostra-se vantajosamente econômica, também, pelo fato de que a elaboração da aquisição via registro de preços representará redução direta dos custos administrativos tendo em vista que vai reduzir o número de processos licitatórios para a compra de um mesmo objeto. Isso ocorre porque cada processo licitatório envolve gastos com recursos como pessoal, tempo, documentações, análises, e outras exigências burocráticas. Ao simplificar e reduzir a quantidade de licitações, esses custos também são reduzidos, o que gera uma economia.

15.4. Ademais, deve-se levar em consideração que os equipamentos a serem fornecidos vão estar abarcados pelos serviços necessários para o seu suporte, manutenção e reparo destes se for o caso. Tal fato proporcionará aos Pontos de Telessaúde maior eficiência no funcionamento e prestação dos serviços fins.

15.5. Ademais, os serviços de suporte, manutenção e reparo pode representar redução de demandas para áreas técnicas internas responsáveis por suporte e manutenção de equipamentos, muitas vezes deficitária por falta de mão de obra suficiente, falta de peças ou componentes para manutenções ou não possuem suporte ao usuário.

15.6. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

15.6.1. O Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023 e alterações, foi instituído pelo Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de Licitação e Contratação na esfera pública e preconiza:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

15.6.2. Assim, o artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2013, estabelece as hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

15.6.3. Baseado neste aspecto legal, vê-se um conjunto de benefícios quanto a adoção do Registro de Preços, a seguir enumerados:

15.6.3.1. **Adequado à imprevisibilidade do consumo:** como não há a obrigatoriedade da contratação imediata, a Administração poderá registrar os preços conforme seu planejamento e quando houver sua melhor disponibilidade, efetivar a contratação;

15.6.2.3. **Agiliza as aquisições:** com o Registro de Preços as aquisições são mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos;

15.6.3.3. **Independente de previsão orçamentária:** essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra;

15.6.3.4. **Proporciona a redução do número de licitações:** o Registro de Preços ainda proporciona a redução do número de licitações, pois projetos de mesma natureza podem ser demandados por outras organizações públicas. O Registro dos Preços deste processo pode ser aproveitado para implantação da solução no atendimento a essas necessidades, ressaltando ainda a possibilidade de reaproveitamento das funcionalidades implantadas, bem como do conhecimento desenvolvido, traduzindo não somente na racionalização dos recursos financeiros, mas também na integração de todos estes recursos no âmbito da administração pública.

15.6.4. Registra-se que a presente proposta de contratação enquadra-se no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 11.462 /2023, para a adoção do Registro de Preços;

15.6.5. O referido enquadramento justifica-se no que concerne à necessidade de entregas parceladas dos equipamentos para cada localidade, em âmbito nacional;

15.6.6. Outro ponto que demonstra a razoabilidade da utilização do SRP, é quanto a forma de cálculo a ser utilizada para determinar os quantitativos de bens a serem adquiridos para cada localidade, uma vez que, o quantitativo integral para cada localidade não será demandado de forma imediata e sim sendo escalonado a medida que sua implementação seja necessária;

15.6.7. Roborando o assunto, Marçal Justen Filho, em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, assim comenta o Sistema de Registro de Preços:

“No Sistema de Registro de Preços, a principal diferença reside no objeto da licitação. Usualmente, a licitação destina-se a selecionar um fornecedor e uma proposta para uma contratação específica, a ser efetivada posteriormente pela Administração. No Registro de

Preços, a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir, se valerá dos preços registrados, tantas vezes quantas o desejar (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)".

15.6.8. Ademais, dados os aspectos particulares e a disponibilidade para a realização de entrega em âmbito nacional, o sistema de registro de preços permitirá a execução e pagamento na exata proporção e também no calendário da necessidade de bens e serviços, no tempo em que eles ocorrerem.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1.1. Ao optar pelo modelo proposto neste Estudo, as UBS passam a contar com infraestrutura própria para teleatendimento, proporcionando uma série de benefícios que vão desde a melhoria da qualidade do atendimento até a sustentabilidade financeira a longo prazo;

16.1.2. Assim, dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, pode-se evidenciar:

16.1.2.1. A compra de equipamentos padronizados para todas as UBS garante uniformidade na qualidade do atendimento, permitindo uma experiência consistente aos pacientes, independentemente de sua localização;

16.1.2.2. Com uma infraestrutura própria e estável, as UBS podem oferecer um serviço de teleatendimento mais confiável e de alta qualidade;

16.1.2.3. A disponibilidade garantida dos equipamentos adequados facilita o atendimento remoto, reduzindo deslocamentos e filas e, consequentemente, melhorando a satisfação no atendimento dos pacientes;

16.1.2.4. Os equipamentos a serem adquiridos, sendo de posse das UBS, permite o gerenciamento direto e a manutenção preventiva e corretiva, sem depender dos tempos de resposta de terceiros, o que resulta em uma maior agilidade na resolução de problemas técnicos e, consequentemente, com menos interrupções nos serviços;

16.1.2.5. Muitas UBS já possuem alguma infraestrutura tecnológica que pode ser integrada ou melhorada com a aquisição de novos equipamentos;

16.1.2.6. Com a pretendida aquisição, busca-se alcançar resultados que impulsionem a melhoria no atendimento aos pacientes, proporcionando maior satisfação do usuário, maior qualidade do cuidado e um menor custo para o Sistema Único de Saúde;

16.1.2.7. Nessa linha, será possível a redução do tempo de espera, um maior acesso a especialistas, continuidade do tratamento, realização de consultas e um acompanhamento mais próximo, permitindo que o paciente receba um atendimento personalizado e humanizado; e

16.1.2.8. Busca-se atender aos princípios básicos de qualidade dos cuidados de saúde de maneira oportuna, efetiva, eficiente, equitativa e centrada no paciente, reduzindo as filas de espera, tempo para atendimentos ou diagnósticos especializados.

16.2. Benefícios ao paciente:

16.2.1. A telessaúde oferece diversos benefícios aos pacientes, dos quais destacam-se:

16.2.1.1. Os pacientes receberão atendimento do profissional da saúde sem precisar se deslocar, o que é especialmente útil para aqueles que vivem em áreas remotas ou possuem dificuldades de locomoção;

16.2.1.2. Monitoramento remoto de condições clínicas, facilitando o acompanhamento contínuo e a intervenção precoce;

16.2.1.3. Menor tempo de espera para consultas, permitindo um atendimento mais rápido e eficiente;

16.2.1.4. Atendimento personalizado e humanizado, por parte dos profissionais de saúde;

16.2.1.5. O paciente terá acesso a especialistas de diferentes áreas, mesmo que em locais distantes; e

16.2.1.6. Facilidade no acompanhamento do paciente durante todo o tratamento, permitindo a realização de consultas de regulares e troca de informações com outros profissionais de saúde.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Para que os equipamentos possam ser implantados nos Postos de Telessaúde faz-se necessário, no mínimo, a seguinte infraestrutura/requisitos:

a) Infraestrutura de rede e conectividade necessária para suportar a solução de teleatendimento;

b) Conexão de Internet com Velocidade Significativa: Conexão mínima de 20 Mbps por UBS para garantir qualidade no vídeo chamadas, upload e download de arquivos médicos, e uso de sistemas online;

c) Aplicações e sistemas necessários para suportar as funcionalidades de teleatendimento;

d) Espaço ou sala designada para a solução de teleatendimento: ambiente reservado e adequado, com controle de iluminação, mobiliário, etc; e

e) Sistema que permita agendamento, consulta por vídeo, troca segura de mensagens e compartilhamento de documentos e imagens (como exames).

18. Alinhamento ao PCA e PDTIC

18.1 Alinhamento ao PCA

18.1. 2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000018/2026;

II - Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;

III - Id do item no PCA: 465 / 466 / 467 / 468 / 469 / 470;

IV - Classe/Grupo:

5836 - EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO;

7010 – COMPUTADORES; e

7730 - FONÓGRAFOS, RÁDIOS E TELEVISORES DE TIPO DOMÉSTICO

V - Identificador da Futura Contratação: 250110-296/2026;

18.2 Alinhamento ao PDTIC

18.2.1 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2024 do Ministério da Saúde, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ID	Objetivos Estratégicos	Nome do Documento
Diretiva 9. Infraestrutura de TIC	Políticas, planos, normas, serviços e demais ativos de TIC que garantem a sustentação e disponibilidade do parque tecnológico e das demais soluções de TIC do Ministério da Saúde, que impactam diretamente no SUS.	PDTIC 2022-2024
OE.12	Sustentar sistemas e serviços de TIC garantindo disponibilidade dos recursos técnicos e informacionais.	
N207	Disponibilizar infraestrutura tecnológica para ações de saúde digital o provimento de microinformática, nas unidades do SUS.	

*ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	

			Meta do PDTIC associada
A28.1	Definir padrão de infraestrutura para atender os pontos e núcleos de telessaude.	M28	Viabilizar a distribuição de 10 mil kits para pontos de telessaúde.
A28.2	Realizar contratação para atender os pontos e núcleos de telessaude.		

*Com relação ao PDTIC, cabe destacar que o novo PDTIC 2025-2027 encontra-se em fase de elaboração e, em razão dessa circunstância, o PDTIC 2022–2024 foi formalmente prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme decisão do Comitê de Governança Digital (CGD), deliberada em reunião realizada em 14/07/2025 e registrada no Processo SEI nº 25000.126447/2022-52.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

- 18.1 Além dos benefícios aqui já apontados, frisa-se que a presente aquisição atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.
- 18.2 Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

Por fim, As informações contidas neste documento não são classificadas como sigilosas.

Assim, declara-se que este documento é PÚBLICO, uma vez que seu conteúdo não se caracteriza como ultrassecreto, secreto ou reservado, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527/2011.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Requisitante.

ERNANO ARRAIS JUNIOR

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 16:10:04.

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação como Integrante Técnico.

MARCIO RAULINO DE PAIVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 18:02:45.

Despacho: Aprovo o presente TR como Autoridade Competente e Autoridade Máxima da Área de TIC Substituto, bem como declaro a adequação dos estudos realizados aos ditames da IN SGD nº 94/2022.

PAULA XAVIER DOS SANTOS

Autoridade Máxima da Área de TIC



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 17:50:22.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contrato 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	15/06/2026 14:39 (v 0.4)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	296/2026	25000.120323/2025-14

(Processo Administrativo nº 25000.120323/2025-14)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União, por intermédio do Ministério da Saúde, com sede no(a) [endereço], na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx. xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde II, por meio do Registro de Preços, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, em atenção ao disposto na Portaria nº 6.640, de 20 de fevereiro de 2025, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
---	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1.Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SINVAL ALAN FERREIRA SILVA

Subsecretário de Assuntos Administrativos

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	15/06/2026 14:53 (v 0.3)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	296/2026	25000.120323/2025-14

Ata de Registro de Preços nº xx/2026

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição e instalação de equipamentos destinados à operacionalização da estratégia de Telessaúde II, por meio do Registro de Preços, no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, conforme Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º XX/XXX, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor							
do	[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
TR								

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Saúde.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor
do	[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]

TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	<div>Fornecedor</div> <div>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</div>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SINVAL ALAN FERREIRA SILVA
Subsecretário de Assuntos Administrativos